

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1885 • 8 de Junho de 1995 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1122 • Director: Carlos Brito

Uma luta essencial

• Artigo de Jerónimo de Sousa

Pág. 18

Carlos Carvalhas na II Assembleia do Sector Intelectual da ORL

O motor é a justiça social

Págs. 24 e 25



Reestruturação policial do Governo

A GRANDE INSEGURANÇA

Págs. centrais

Compromissos do PCP na defesa dos direitos sociais dos trabalhadores

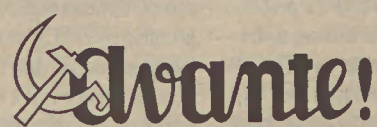
Págs. 4 e 5

TIMOR

A luta pela liberdade

Conferência Interparlamentar Internacional

Págs. 21 a 23



Por ser feriado no dia 15, o próximo número sairá na quarta-feira, dia 14



O PCP realizou uma Assembleia de Intelectuais de Lisboa

RESUMO

31
Quarta-feira

A CDU divulga os cabeças de lista para as legislativas pelos distritos de Aveiro e Portalegre ■ Carlos Carvalhas recebe a Associação Nacional de Deficientes ■ A Interjovem, organização juvenil da CGTP, lança uma campanha nacional contra o trabalho infantil ■ A Rússia concorda no estabelecimento de novas relações políticas e militares com a NATO ■ Bill Clinton admite o envio temporário de tropas americanas para a Bósnia ■ O Supremo Tribunal chileno confirma as penas de prisão para dois responsáveis pelos serviços secretos, que assassinaram Orlando Letelier, ministro dos Estrangeiros de Allende ■ O primeiro-ministro japonês ameaça demitir-se, caso os conservadores continuem a boicotar o plano para que Tóquio apresente desculpas públicas sobre o papel do Japão na II Guerra Mundial.

1
Quinta-feira

Carlos Carvalhas visita as crianças do Bairro das Patameiras, em Odiveelas ■ Durante um seminário sobre o trabalho infantil, promovido pela CGTP-IN, Carvalho da Silva defende que a contratação de menores deve ser criminalizada ■ Os trabalhadores dos jardins de infância e creches dos CRSS entram em greve ■ No relatório de inquérito a Camarate, a AR conclui que «os autores morais do atentado foram militares de direita e centro-direita» ■ O Supremo Tribunal de Justiça profere um acórdão sobre fraude e desvio de verbas do Fundo Social Europeu ■ Portugal e os EUA assinam o novo Acordo de Cooperação e Defesa, em Lisboa ■ Iniciam-se as sessões de trabalho da Conferência Interparlamentar sobre Timor no Parlamento ■ A Grécia rectifica a Convenção Internacional sobre o Direito do Mar, sem alargar para 12 milhas o limite das águas territoriais no mar Egeu ■ O presidente egípcio desloca-se a Damasco para se encontrar com o seu homólogo sírio.

2
Sexta-feira

O secretário-geral do PCP percorre algumas ruas de Lisboa, distribuindo propaganda da CDU e falando com a população ■ A fragata «Roberto Ivens» colide com um petroleiro canadiano durante exercícios militares ■ Noventa por cento de educadores de infância fazem greve ■ A UE lançam a revisão do Tratado de Maastricht ■ Os sérvios bósnios anunciam a libertação de 120 reféns ■ Bill Clinton promete responder com firmeza ao derrube de um «F-16» norte-americano na Bósnia ■ O ministro do Interior argelino confirma que dois dirigentes da FIS

estão presos ■ Inicia-se o Festival Internacional de Cinema de Tróia.

3
Sábado

Na II assembleia do Sector Intelectual de Lisboa do PCP, Carlos Carvalhas chama a atenção para a urgência de romper «com as políticas de Maastricht» ■ Álvaro Cunhal participa em várias iniciativas em Sines ■ Inicia-se, na Áustria, um encontro entre timorenses pró e anti-libertação do território ■ Quinze países da NATO e da UE aprovam a iniciativa franco-britânica de enviar cinco mil soldados para a Bósnia, numa «força de reacção rápida» ■ A UNITA e as Nações Unidas acordam a retirada das populações residentes na Jamba.

4
Domingo

A propósito do Dia Mundial do Ambiente, Carlos Carvalhas visita o concelho do Seixal ■ Deflagra um grande incêndio em Sernancelhe ■ Os sérvios bósnios voltam a bombardear Sarajevo ■ Os independentistas tchetchenos desmentem o anúncio feito pela Rússia da queda de Venedo, quartel-general dos rebeldes.

5
Segunda-feira

Principia a semana nacional de luta da CGTP pela redução do horário de trabalho ■ Realiza-se uma manifestação nacional de professores junto ao Edifício do Ministério da Educação ■ Uma testemunha do caso Camarate «incrimina» dois ex-governantes do PPD/PSD ■ A declaração final do encontro intratimorenses reafirma a importância de «medidas na área dos direitos humanos» e de preservação de identidade cultural em Timor ■ A Rússia opõem-se à criação da força de intervenção rápida na Bósnia.

6
Terça-feira

Carlos Carvalhas e Manuel Carvalho da Silva interveem na sessão de apresentação dos «Compromissos do PCP na Defesa dos Direitos Sociais dos Trabalhadores» ■ Cavaco Silva visita instalações da Marinha em Vila Franca onde diz que Portugal é um dos países onde há melhor segurança. Durante a visita os seguranças do primeiro-ministro entram em confronto físico com uma manifestação de trabalhadores. Cavaco sai por uma porta traseira ■ A guerrilha zapatista e o Governo mexicano efectuam a terceira ronda de negociações, em Chiapas ■ Entra em vigor o embargo total decretado pelos EUA contra o Irão.

EDITORIAL

A linguagem da verdade

«**D**izemos com clareza o que pensamos, o que propomos, o que queremos e o que fazemos», salientou Carlos Carvalhas perante o vasto auditório da 2ª Assembleia do Sector Intelectual de Lisboa do PCP, no passado sábado, ao estabelecer o contraste entre o discurso político, hipócrita e falso de outras forças políticas e a linguagem da verdade do PCP e da CDU.

Em plena pré-campanha eleitoral, com todas as principais forças políticas já no terreno, em intensa competição, é da maior importância alertar os eleitores e toda a opinião pública para os malabarismos, as piruetas e os sofismas de linguagem a que os principais executores da política de direita, o PSD, e aqueles que os apoiaram em questões essenciais, o PS e o PP, vão usar para se furtarem às responsabilidades e ao merecido castigo.

São bem conhecidos os estratagemas a que em circunstâncias semelhantes o PSD costuma jogar mão para se fingir de oposição e alternativa a si próprio.

O que tem acontecido com certos «distanciamentos» de Fernando Nogueira em relação à política do Governo e com anúncio de uma arrancada para «um novo ciclo» em que «a preocupação dominante será o social», não só não colhe pelas responsabilidades do novo líder laranja em todos os executivos cavaquistas e na elaboração das suas políticas, como não comporta novidade nenhuma.

A grande novidade neste caso, é a barafunda e a confusão em que o próprio PSD, prisioneiro da sua manobra, se deixou enredar, mergulhando numa crise de identidade e de referências, com o desânimo a crescer nas suas hostes, que parece se sentem antecipadamente derrotadas.

Novidade deve considerar-se também a nova cambalhota de Nogueira - agora um salto mortal para trás - no seguimento dos conselhos do conclave de analistas e comentadores laranja, por ele convocados, que parece terem opinado que o distanciamento é demasiado, que o «social» é excessivo e que alguma companhia de Cavaco é desejável.

É assim que se fabrica a verdadeira linguagem de Nogueira. O discurso regulado por aquilo que se julga ser o mais eficaz para a caça dos votos. Talvez se enganem.

Para já toda a campanha laranja é inevitavelmente marcada pelo balanço severamente negativo de dez anos de governação e pelos escândalos recentes da nova vaga de nomeações de pessoal afecto ao Governo de Cavaco para as empresas públicas e altos cargos na administração e da utilização flagrante de helicópteros da força aérea na campanha eleitoral do PSD.

Em matéria de prestidigitação eleitoralista o PS não fica atrás de ninguém. A sofreguidão é que o perde algumas vezes.

Andou António Guterres durante vinte e três dias a dar a volta a Portugal, e a prometer quase tudo a quase todos, para atirar por terra grande parte desse trabalho quando em Coimbra não foi capaz de traduzir em dinheiro a sua proposta de aumento do orçamento da Saúde e deixou o país convencido de não dominava o valor do PIB, que é o referencial da muitas das suas promessas.

A apelidada «caravana da nova maioria» ficou assim inutilizável para a propaganda eleitoral. Bastará falar dela para vir à memória o engasganço desacreditador de Guterres. É para esquecer. Mas esquecerá?

Tornou-se claro para muita gente que a «gaffe» do Secretário-Geral do PS é o produto de uma linguagem que nada tem a ver com a verdade, é o resultado do discurso

Em plena pré-campanha eleitoral, é da maior importância alertar os eleitores e toda a opinião pública para os malabarismos, as piruetas e os sofismas de linguagem a que os principais executores da política de direita, o PSD, e aqueles que os apoiaram em questões essenciais, o PS e o PP, vão usar para se furtarem às responsabilidades e ao merecido castigo.

que visa sempre agradar a quem é feito, que promete a «flexibilização das leis de trabalho» quando se dirige aos patrões capitalistas e logo a seguir a «solidariedade» e a «justiça social» quando se dirige aos trabalhadores. É um acidente no chorriho de promessas!

Mas não é só por isso que o PS não fala a linguagem da verdade.

Mais grave ainda são as tentativas dos dirigentes do PS para ocultar as suas responsabilidades em relação à aprovação do Tratado de Maastricht e à cumplicidade com aspectos essenciais da governação de Cavaco Silva nos domínios económico e social, bem como, a efectiva convergência da política que nestas matérias se propõe realizar, se for governo, com o que tem sido feita pela governos do PSD.

É indispensável pôr a descoberto perante os eleitores, quer estas responsabilidades, quer estes propósitos.

Por sua vez o PP(CDS) que se tinha arvorado em campeão da transparência na vida política logo moderou os seus ímpetos quando chegou o momento de se pronunciar concretamente na Assembleia da República em leis fundamentais para que a tal transparência seja assegurada.

O partido de Manuel Monteiro acaba de votar a favor dos deputados em «part-time» e com a possibilidade de acumularem o cargo com outros ocupações e remunerações, por maiores que sejam, e também votou a favor do financiamento dos partidos pelas empresas, o maior veículo da corrupção e da falta de transparência da vida política.

É caso para dizer que mais depressa se apanha um mentiroso que um coxo.

Nada mais oposto à linguagem da verdade do que a loquacidade torrencial do comentador da TSF, Marcelo Rebelo de Sousa.

Por uma das mais curiosas originalidades da nossa comunicação social é atribuída a este inveterado conspirador e intriguista político-partidário uma tribuna de aparente imparcialidade e isenção, onde semanalmente faz «exame» aos partidos (incluindo ao seu) e aos líderes partidários (incluindo aos seus), permitindo-se até dar notas pelas provas prestadas e conselhos para futuras provas.

Só o provincianismo crasso que infelizmente subsiste nos nossos meios, aparentemente, mais sofisticados!!!

É claro que MRS usa a tribuna para as suas propagandas: a do seu partido ou a da sua facção, se está em litígio com a direcção vigente.

Agora foi chamado por Fernando Nogueira para opinar sobre a estratégia eleitoral do seu partido, o PSD, com a qual ficou naturalmente corresponsabilizado.

Devem então ser julgadas a esta luz as insistentes afirmações de MRS, nas suas últimas crónicas, de que «a mensagem do PCP não passa» e as muito «generosas» sugestões que tem feito para que passe a passar.

É caso para dizer que se MRS está tão incomodado, a mensagem do PCP e da CDU está no bom caminho.

Aliás os comunistas e os demais activistas da CDU fizeram a experiência directa do impacto da mensagem e das propostas da Coligação nas jornadas de esclarecimento de 2,3 e 4 de Junho em que, com grande sucesso, estiveram em contacto directo com muitas centenas de milhares de portugueses, por todo o país.

O que resulta da experiência da jornada de esclarecimento é mostrar grande compreensão e positivo acolhimento às ideias de que «é necessário relançar a economia pelo motor da justiça social», como sintetizou Carlos Carvalhas, que isso implica uma nova política, onde imperem os valores de esquerda, o que só é possível com um considerável crescimento da votação na CDU.

Avante!

Proprietários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socorro Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socorro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7ª-A, 1100 Lisboa
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante! — Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rasa — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B L1, 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PLURICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heka Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00

25 números: 3 487\$50

ESPAÑA

50 números: 13 300\$00

EUROPA

50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU

50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____
Morada _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!», acompanhado de cheque ou vale de correio.

A reforma das «reformas»

Houve quem visse na cerimónia do lançamento do livro de Cavaco Silva no Centro Cultural de Belém uma espécie de ensaio geral de um outro acto: o da apresentação da sua candidatura à Presidência da República.

Pode ser que sim e pode ser que não.

A dúvida não tem que ver, é claro, com a vontade do ainda primeiro-ministro que há muito tempo, provavelmente há muitos anos, acalenta essa ambição não confessada, a que tem sacrificado, de modo implacável e frio, não só os interesses do país, mas o do seu próprio partido, o que é em geral percebido, quer no país, quer no interior do partido, onde já muitos o consideram desertor.

É por isso que a candidatura presidencial de Cavaco Silva está muito mais subordinada ao resultado das legislativas e ele muito mais dependente do partido e da liderança que o substituiu, do que estaria nos seus projectos quando iniciou o «tabu», consumou a «renúncia» e começou a armar ao distanciamento das pugnas partidárias.

Carregando às costas quase sozinho aquilo a que chama as «reformas da década», isto é, a desastrosa governação cavaquista de que os seus discípulos se afastam pressurosos (descomprometendo-se) e que não querem

adoptar como modelo, Cavaco dá cada vez mais a impressão estar fora do mundo ao querer apresentar-se como o herói de uma «obra» que praticamente mais ninguém reconhece.

O homem toma-se por um oráculo, «dá sermão aos empresários», como tituló há dias o «D.N.» e julga-se providencial: «os portugueses fizeram-me primeiro-ministro para pôr fim à irracionalidade», como teve a lata de afirmar na apresentação do seu livro.

Ele que responde às críticas da oposição dizendo «não estão bons da cabeça», é que parece não o estar, quando tece os elogios mais inverosímeis às suas «reformas», mesmo as mais ruinosas (privatizações, ensino ou fiscal), como já mostrámos neste espaço.

Com a sua experiência de governo e de vida, Cavaco parece inesperadamente simplório quando auto-elogia uma pobre proposta sobre micro-empresas que apresentou na cimeira comunitária de Corfu, dizendo que «se revela cada vez mais oportuna e promissora» «para promover a criação de novos empregos», quando se sabe a desgraçada situação de Portugal e da comunidade em matéria de desemprego.

Convém, no entanto, não subestimar, a determinação com que, no meio da bara-

funda do seu partido, cumpre o «programa das privatizações» e afirma «apoiar a realização plena da União Económica e Monetária».

O mais curioso é observar como Cavaco Silva se sente tentado a intervir em força na campanha das legislativas e como recebe fazê-lo.

É tentado pelo sentimento de queda a pique que se instalou nas hostes do PSD e da confusão que reina nas fileiras laranja, onde muitos apontam Cavaco como um dos responsáveis.

Um mau resultado do partido do Governo nas legislativas pode ser fatal para a candidatura do primeiro-ministro às presidenciais.

Mas se Cavaco se empenha muito nas legislativas, o previsível mau resultado será ainda mais fatal às suas ambições presidenciais. Daí o receio.

O melhor de tudo será um grande resultado da CDU e uma derrota clamorosa do PSD. Então sim, as «reformas» de Cavaco poderão ser coroadas com a reforma das «reformas», isto é, a reforma do próprio Cavaco.

Já não é sem tempo.

■ Carlos Brito

Coisas sem importância

Numa vida política que, com uma grande contribuição dos mais influentes meios de comunicação social, parece estar organizada em torno da vertigem do efémero, da alucinante sucessão de casos e «factos políticos» e da devoção pela «pequena frase», é natural que haja uma data de coisas que deviam ajudar a estruturar juízos e opções políticas que acabem, pura e simplesmente, por ficar como assuntos fugazes e coisas pouco importantes.

É por isso que, por uma vez embalados nessa onda, aqui vimos declarar que é coisa sem importância que, segundo uma notícia do «Público» sobre as queixas de pequenas e médias empresas relativamente à distribuição de subsídios para formação profissional no 1º trimestre deste ano, «numa "tranche" de apoios globais de aproximadamente 2,5 milhões» (de contos) dois bancos - o BCP e o BPA - abarbataram «mais de um milhão de contos», ou seja, quase 50%.

Coisa igualmente nada importante é que um comentador económico do «Expresso» tenha vindo lembrar a história da Severo de Carvalho, empresa agora na «agonia» e que desde Janeiro não paga aos trabalhadores, empresa apresentada como «a construtora do poder social democrata, ganhando concursos a oito e distribuindo benesses de forma generosa», que «tinha assessores ao mais alto nível do poder político e alguns da oposição socialista», «um espécie de bloco central para a construção civil», empresa que foi convenientemente comprada pelo IPE que a baptizou de IMOC e «nela esbanjou 14 milhões de contos».

Coisa ainda mais desprovida de significado é que, no caso das viagens de helicóptero de Marques Mendes, o já famoso Major Chaves, chefe de Gabinete do Ministro da Defesa (que já tinha aparecido como organizador da campanha de Fernando Nogueira para a liderança do PSD), tenha candidamente explicado ao «Público» que o pagamento do serviço de aeronaves da Força Aérea por membros do Governo para fins não oficiais é contabilizado mensalmente. Assim desvendando que, se há uma rotina contabilística, é porque há uma correspondente rotina de indevida utilização de meios da Força Aérea para finalidades «não oficiais».

Perante estas e outras coisas, espíritos fora do tempo e almas envidradas terão a tentação racional e justiceira de dizer que afinal há aqui matéria para importantes reflexões, por exemplo sobre a treta de um «liberalismo económico» sustentado por uma fortíssima intervenção do Estado ao serviço do grande capital, sobre o significado de os dois bancos privados mais fortes também necessitarem de abocanhar umas grossas maçoças da formação profissional, sobre a infame colonização do Estado e até de um ramo das Forças Armadas pelo PSD.

Por uma vez, para que não se diga que dizemos sempre o mesmo, não cedamos à tentação de acompanhar tais espíritos e tais almas.

Por uma vez, plagiando uma velha frase do velho ditador de Sta. Comba, façamos de conta que «está tudo bem assim e não podia ser de outra maneira».

■ Vítor Dias

Saldos, saldos, saldos...

Com grande estardalhaço mediático, terminou a primeira fase da privatização da Portugal Telecom, correspondendo à alienação pelo Estado português de 28% do capital da empresa. É evidente que muito haverá ainda a dizer sobre esta operação, mas desde já interessa sublinhar um aspecto meridianamente claro: a razão do «êxito» da operação.

Afirmou-se que a procura verificada, nomeadamente no mercado internacional, demonstraria o interesse e confiança dos compradores neste «produto» da economia portuguesa - o que será uma evidência, mas conduz a uma pergunta inevitável: e porquê? Que leva um comprador a interessar-se pela aquisição de um produto?

Diria Monsieur de La Palisse que, sem dúvida alguma, o facto de ele ser lucrativo, situação que inevitavelmente implica uma outra: ser barato. Se, melhor ainda, for muito barato - então os compradores farão bicha ao balcão.

Ora o valor da Telecom e correspondente preço das acções privatizadas constitui uma edificante história cavaquista. Nas primeiras

notícias, o valor global da empresa chegou a atingir 1 300 milhões de contos. Em Agosto do ano passado, uma avaliação feita por uma empresa estrangeira, a James Capel, estabeleceu 1 000 milhões de contos, o que os observadores reputaram aceitável dado fundamentalmente a avaliação por número de linhas telefónicas instaladas com um valor unitário tido por técnica e financeiramente razoável.

Começam entretanto discussões dentro da própria Telecom, um dos seus administradores, Cabral da Fonseca, afirma publicamente que aquele valor é inflacionado e que o real deverá situar-se em cerca de 700 milhões, enquanto Todo-Bom opta por uns salomónicos 900.

Passa-se seguidamente à avaliação já com vista directamente à privatização dos 28%, entregue, tão escandalosa como habitualmente, a entidades portuguesas elas próprias interessadas na aquisição! Como não poderia deixar de ser - se querem comprar, não querem comprar caro - os valores foram de 850 mi-

lhões, atribuído pelo BFE, 700 milhões pelo BPI e 600 milhões pela ESSI. A Telecom opta para dirigir a operação pela entidade que estabeleceu o preço mais barato e fixa-o em 650 milhões de contos. O Governo acaba por estabelecer um valor por acção que coloca a empresa a valer ainda menos, entre um total mais baixo de 475 milhões e um mais alto de 589.

Valor final resultante já da privatização feita, a Portugal Telecom surge avaliada em 532 milhões de contos, ou seja, metade dos valores inicialmente apontados! Em Maio do ano passado, o «Financial Times», citado por «O Independente», escrevia sobranceiro que «ou privatizam barato ou então não haverá investidores».

O agonizante governo ouviu o recado: Minhas Senhoras e Meus Senhores, em ocasião única de liquidação total das existências devido mudança de ramo, o cavaquismo faz aos srs. capitalistas um desconto de 50% na compra das telecomunicações portuguesas.

■ Ruben de Carvalho

ENGRENAGEM militarista

A evolução da situação na Bósnia-Herzegovina, em toda a antiga Jugoslávia e na região balcânica é particularmente inquietante. As grandes potências, em lugar de aproveitarem as tréguas em vigor desde Janeiro para se empenharem numa solução política do conflito justa e duradoura, envolveram-se cada vez mais no teatro das operações: mantêm desde Julho de 92 um bloqueio ilegítimo e imoral à nova Jugoslávia; permitiram que as armas continuassem a chegar em grande quantidade a Izetbegovic, o protegido dos EUA; fecharam os olhos às ofensivas da Armia muçulmana para modificar a correlação de forças no terreno; deixaram que as forças croatas do fascizante Tudjman abrissem caminho na Eslovénia Ocidental nas barbas dos capacetes azuis; e, por fim, perante a retoma das operações militares, advertiram as diferentes partes mas acabaram por desferir os seus golpes militares apenas sobre uma: os bombardeamentos nos arredores de Pale, a «capital» dos sérvios da Bósnia, tiveram as consequências dramáticas conhecidas, com a tomada de capacetes azuis como «reféns» conduzindo à agudização da tensão na região e ao desenvolvimento de uma preocupante psicose militarista.

Foi neste clima que a televisão nos forneceu abundantes imagens das forças da Brigada Aerotransportada em treino intensivo e o «Público» nos asseverou, no meio de lamentáveis comentários de cariz militarista, que aqueles portugueses estavam «ansiosos por partir» em missão para a antiga Jugoslávia. Durão Barroso viria dias depois dizer que «a solução só pode ser política... não são nem a União Europeia, nem a Aliança Atlântica, nem a UEO que vão resolver o assunto». É de registar tão realista afirmação. A verdade é que, entretanto, como Presidente (semestral) da UEO, patrocina iniciativas em que o Governo de Cavaco Silva aparece como autêntico campeão do reforço operacional da UEO, da militarização da UE e da transformação das FFAA portuguesas em simples apêndice da máquina militar do imperialismo.

Nunca será de mais alertar os portugueses para os perigos da política de submissão nacional do actual Governo. Tanto mais que isso acontece numa situação em que - como o mostra a maratona de reuniões do Conselho de Segurança da ONU, NATO, UEO, UE, «Grupo de Contacto» - está em movimento uma complexa engrenagem que apenas obedece à lei dos mais fortes e se está a traduzir numa frenética corrida militar na região. A Itália (onde estão baseados os bombardeiros que atacaram na Bósnia) coloca as suas forças em estado de pré-alerta. A França põe a caminho do Adriático o porta-aviões «Foch» com cerca de 2.000 homens a bordo. A Grã-Bretanha despacha unilateralmente para a Bósnia mais uns milhares de militares com armamento ofensivo. Os EUA põem a caminho da costa da Dalmácia o porta-aviões «Theodore Roosevelt» acompanhado de uns quantos cruzadores. E a culminar tudo isto, uma reunião dos MNE da NATO e da União Europeia decide a criação de uma Força de Reacção Rápida (mais uma!) constituída por militares da França, Grã-Bretanha e Holanda e apoiada de meios logísticos dos EUA que significativamente continuam a evitar envolver tropas no terreno com mandato e objectivos mais que suspeitos.

Atoladas num conflito que a sua política intervencionista internacionalizou e incendiou e envolvidas numa indistigável competição por esferas de influência na região, as grandes potências imperialistas estão assim empenhadas numa escalada militarista extremamente perigosa que ultrapassa em muito a problemática balcânica. De facto, a máquina militar do «Occidente» (que também inclui a bem oriental potência nipónica) «moderniza-se», aperfeiçoa-se, reforça-se, treina-se, prepara-se para mais largos voos intervencionistas. Na sequência do Golfo, da Somália ou do Ruanda, hoje o principal pretexto para a corrida às armas reside nos dramáticos acontecimentos na Bósnia-Herzegovina e não pode descartar-se aí uma aventura de incontroláveis consequências. Mas o alcance desta corrida militarista é bem maior. As chamadas «ameaças» e «desafios» do «pós-guerra fria» constituem no essencial um espantoso agitado pelas grandes potências para escamotear as enormes injustiças sociais e agudíssimas contradições engendradas pelo próprio desenvolvimento capitalista e impor pela força soluções contrárias aos interesses dos trabalhadores e dos povos.

■ Albano Nunes

Compromissos do PCP na defesa dos

A sessão de apresentação dos "compromissos do PCP na defesa dos Direitos Sociais dos Trabalhadores" decorreu terça-feira no Centro Vitória em Lisboa, onde dirigentes e membros do PCP e JCP, entre os quais o secretário-geral do Partido, Carlos Carvalhas, se juntaram com uma assembleia de sindicalistas apoiantes da CDU e na qual o coordenador da CGTP, Manuel Carvalho da Silva, apelou, a título pessoal, ao voto na coligação.

Para além de divulgar o conteúdo de tais compromissos, secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, criticou, na intervenção que publicamos nestas páginas, a política fiscal e laboral do governo, desafiando o primeiro-ministro e o

presidente do PSD a esclarecerem "quem tem sido beneficiado com a gestão orçamental do PSD". Na perspectiva das próximas eleições legislativas, Carvalhas destacou as prioridades do PCP como sendo "um crescimento económico novo - criador de postos de trabalho estáveis e justamente remunerados e respeitador do ambiente", bem como o combate ao desemprego. Para combater o desemprego, Carvalhas considerou que deverão ser utilizados "todos os instrumentos de políticas económicas e sociais", nomeadamente as políticas monetária e cambial, a "selectiva e eficaz aplicação de fundos estruturais fiscalizada pelos trabalhadores".

"Portugal precisa de uma nova política, uma política de esquerda ao serviço do povo e não das oligarquias", afirmou Carvalhas, num apelo ao voto, que foi comum ao lançado pelo líder da CGTP.

Também Nuno Costa, do executivo da Juventude Comunista Portuguesa, interveio nesta sessão onde explanou as exigências e as propostas da JCP para uma mudança na política de juventude, com particular destaque para uma política de desenvolvimento económico que permita a criação de emprego juntamente com uma política social que garanta o direito ao trabalho estável com salários justos.

Para um crescimento económico novo - criador de postos de trabalho e respeitador do ambiente - para um combate ao desemprego deverão ser utilizados todos os instrumentos de políticas económicas e sociais, como:

- as políticas monetária e cambial;
- a selectiva e eficaz aplicação de fundos estruturais fiscalizada pelos trabalhadores;
- as políticas de crédito e fiscal, favorecendo o investimento produtivo criador de emprego e penalizador da actividade especulativa;
- o desenvolvimento e renovação dos serviços públicos, sociais (educação, saúde, etc.);
- o lançamento de políticas específicas, que devem ser desenvolvidas em articulação com a Comunidade para a salvaguarda da agricultura e do mundo rural e da actividade pesqueira;
- uma política audaciosa de desenvolvimento da indústria e dos serviços;
- o estabelecimento de um plano de urgência para o emprego juvenil e para as regiões (Alentejo, por exemplo) vivendo situações de elevadas taxas de desemprego e empobrecimento;
- a redução do horário semanal máximo de trabalho para as 40 horas semanais;
- a regionalização e descentralização das respostas económicas e sociais aos problemas do desemprego e de combate aos processos geradores de assimetrias regionais.

Manuel Carvalho da Silva

«Vamos dar a volta a isto»

Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CGTP-IN, começou a sua intervenção na sessão sobre os compromissos do PCP na defesa dos direitos sociais dos trabalhadores, por defender a urgência de uma nova política e afirmando que «o PCP é a esquerda necessária para essa nova política» e que «o reforço da CDU constituirá a garantia para que se construa uma efectiva alternativa».

Carvalho da Silva, que falou de improviso, apelou ao «voto em força» na CDU, para «garantir a ruptura necessária com o actual modelo económico», que «favorece o sector financeiro e especulativo em detrimento da indústria, agricultura e pescas».

Falando sobre o estado da economia, Carvalho da Silva disse que «o país não tem um modelo de desenvolvimento», «a indústria está atrasada», é «baixo o nível da organização e gestão» e «o ritmo de integração da nossa economia na economia europeia e internacional não tem em conta os interesses nacionais».

O dirigente da CGTP-IN diria mesmo que essa integração é «feita à custa dos trabalhadores».

«São opções tomadas à custa dos baixos custos de mão-de-obra», acrescentou, acusando-as de gerar desigualdade, desemprego e precariedade.

Carvalho da Silva defendeu a ideia de que «não há políticas sociais positivas mantendo-se políticas económicas desastrosas» e voltou a apelar ao voto «em força na CDU» por ele «contribuir para que os trabalhadores vejam respostas para muitas das suas reivindicações».

Carvalho da Silva fez um paralelo entre a defesa dos direitos dos trabalhadores e a afirmação de valores de solidariedade e justiça na sociedade: «defender os direitos é combater as exclusões», acrescentou.

No final, o coordenador da CGTP dirigiu-se em particular aos jovens, apelando a que eles não aceitem «ser excluídos ou discriminados». «Protestem, venham connosco, vamos dar a volta a isto, o caminho é pela esquerda, com o PCP», disse.



Nuno Costa

Os problemas dos jovens podem ser resolvidos

Nuno Costa, dirigente da Juventude Comunista Portuguesa, interveio também na sessão de terça-feira para apresentação dos compromissos do PCP na defesa dos direitos sociais dos trabalhadores afirmando:

Os jovens ligados ao mundo do trabalho constituem uma importante fatia do global dos trabalhadores.

A grande ofensiva desencadeada pela direita e pelo grande capital, contra os trabalhadores, gerou uma grave situação social, caracterizada pela instabilidade profissional, pelo desemprego, pela discriminação e por um constante ataque aos direitos, causando grandes dificuldades ao presente e futuro dos jovens.

Somos confrontados com um mercado de trabalho onde a generalização e utilização abusiva das mais díspares formas de precariedade dos vínculos de trabalho são a regra.

O crescente desemprego juvenil atinge cerca de 25% do total de desempregados.

A formação profissional, por regra, é ocupacional, havendo mesmo jovens que já se "especializaram" em quase todas as profissões, não vindo depois materializado em posto de trabalho o tempo do curso.

Os Trabalhadores-estudantes têm grandes dificuldades de conciliar as duas actividades, devido particularmente à não aplicação e reconhecimento do Estatuto de Trabalhador-Estudante.

As discriminações salariais em função da idade e do sexo, são prática corrente, bem como o prolongamento do horário de trabalho, em muitos casos sem qualquer tipo de regalias.

A precariedade e a pressão constante do patronato e da direita sobre os trabalhadores pretendem condicionar também a inserção e ligação dos jovens trabalhadores com a sua organização e a formação da sua consciência de classe, materializada na luta pelos seus direitos.

No entanto, os jovens aspiram mais e melhor, e o mundo do trabalho não é excepção.

São muitos os jovens trabalhadores que assumem a ideia de que as coisas não têm que ser obrigatoriamente assim, de que é necessária e possível a realização pessoal e profissional.

As suas exigências correspondem às nossas propostas.

As nossas propostas assentam, no essencial, em duas traves mestras:

1.ª - Criação de emprego através de uma política de desenvolvimento económico que vise salvaguardar, modernizar e diversificar o aparelho produtivo; que fomente o investimento produtivo que combata a descapitalização das empresas;

Que regionalize e promova o desenvolvimento local;

Que controle eficazmente a aplicação dos fundos estruturais que recuse as orientações monetaristas da U.E. e evite a destruição das nossas pescas, agricultura, indústria, etc.;

Que ponha termo às privatizações de sectores estratégicos da nossa economia;

2.ª - Direito ao trabalho estável com salários justos, condições de trabalho dignas, liberdade de organização dos trabalhadores, que combata o trabalho infantil, que ponha termo à utilização abusiva dos vínculos precários, que reduza o período experimental para 3 meses, que utilize os centros de emprego como instrumento activo de obtenção de emprego, que revogue as normas legais que possibilitam a contratação a termo certo dos jovens, só porque procuram o 1.º emprego;

Que ponha fim às comissões de serviço enquanto forma de precarizar os jovens quadros;

Que tome medidas eficazes de protecção do posto de trabalho e dos direitos das mulheres durante a gravidez e no período pós-parto;

Que promova efectivamente as carreiras profissionais;

Que garanta o acesso ao emprego aos jovens deficientes;

Que actualize o SMN;

Que revogue a norma que estabeleceu um salário mínimo de 80% do SMN para menores de 18 anos;

Que efective o pagamento de horas extraordinárias; que estabeleça a 40 horas semanais;

Que estabeleça os 16 anos como idade mínima para o ingresso no mercado de trabalho;

Que estabeleça as 35 horas como horário máximo para trabalhadores entre os 16 e os 18 anos e que os proíba de trabalhar entre as 20h e as 6h; que aplique um efectivo subsídio de desemprego e de inserção na vida activa aumentando e alargando a sua aplicação;

Que garanta a todos os trabalhadores férias pagas e 13.ª mês;

Que vise uma protecção adequada contra os acidentes de trabalho e doenças profissionais;

Que apoie a actividade de centros de cultura e desporto nas empresas;

Que normalize as contribuições dos trabalhadores independentes;

Que garanta o direito à greve;

Que garanta o direito de sindicalização e acção no local de trabalho, com protecção legislativa eficaz;

Que dote a Inspecção de Trabalho dos meios necessários para uma intervenção eficaz junto das empresas;

Que efective a fiscalização e puna as entidades empregadoras de crianças; que defina zonas de risco ao nível do trabalho infantil e tome medidas de acompanhamento ao desenvolvimento e integração de crianças e à sua formação escolar.

Os problemas dos jovens trabalhadores portugueses podem ser resolvidos conquiste-se para Portugal uma efectiva política de esquerda, com a coragem para concretizar as profundas e radicais alterações que se impõem nos objectivos colocados ao desenvolvimento económico do país, que passe a colocar no seu centro a satisfação das necessidades dos trabalhadores e do nosso povo.

E apenas uma força política se encontra em condições de dinamizar essa profunda transformação - a CDU.

Direitos Sociais dos Trabalhadores

Declaração de Carlos Carvalhas

«Portugal não está condenado»

Ouvimos aqui uma voz da juventude que nos trouxe as preocupações e as perplexidades de muitos jovens portugueses que são cada vez mais confrontados com um ensino elitista, com um mercado de trabalho cuja porta é para a maioria um emprego precário e mal pago, com a falta de habitações e com uma política global em que o principal vector é «a lei do mais forte» e o do «salve-se quem puder».

O nosso camarada Manuel Carvalho da Silva, ao retratar-nos a situação social e a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, fez um apelo à juventude para que junte a sua voz, o seu protesto à nossa luta por uma nova política que tenha por centro e finalidade o Homem. É preciso mudar de política.

A destruição do aparelho produtivo, agricultura, pescas, indústria, a degradação dos serviços públicos e a redução das funções sociais do Estado, a par de uma ofensiva contra os direitos, os salários e a segurança social tem tido e continua a ter graves consequências sociais: desemprego, pobreza, desestabilização social, acentuação das desigualdades, aumento da toxicod dependência e da criminalidade.

A reconstituição monopolista tem vindo a ser acompanhada da exploração e da liquidação de direitos.

E, como muitas vezes temos dito, não é possível separar a política económica das questões sociais.

Emprego e melhores condições de vida

A CGTP-Intersindical Nacional, a grande central sindical dos trabalhadores portugueses, na sua «Plataforma» para uma nova política económica e social sublinha com clareza que «não se pode continuar a defender a mesma política económica e propor depois remédios para os problemas sociais», concluindo que «não existem políticas sociais positivas no quadro de políticas económicas desastrosas».

Isto é, não se pode continuar a defender uma política de raiz liberal, uma política sujeita ao fundamentalismo monetarista de Maastricht, que assenta na intensificação da exploração, na degradação dos salários, gerando desemprego e precariedade e simultaneamente afirmar que se tem remédio para as vítimas dessa política.

O emprego e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e das populações tem que ser uma das preocupações fundamentais de uma verdadeira política de desenvolvimento económico.

Ora o que vemos, é que, com esta política, o desemprego não só tenderá a aumentar como a perpetuar-se, tornando-se cada vez mais como um dado, não da conjuntura, mas da estrutura social e económica. E isto é inaceitável.

Nos últimos dois anos, como mostram mesmo os dados oficiais, o desemprego tem vindo a aumentar sucessivamente e teria sido ainda maior se não fosse o recurso à emigração. E esta subida tem sido acompanhada pela rápida desaceleração do ritmo de crescimento dos salários nominais e até pela diminuição dos salários reais como se verifica desde o fim do terceiro trimestre de 1993.

A degradação dos salários e das reformas, o aumento do desemprego, do trabalho precário e das reformas antecipadas a principal causa de o consumo das famílias permanecer bastante retraído, sendo um factor de entrave ao crescimento económico.

Por isso, sublinhamos que, na actual conjuntura, mais necessário se torna relançar a economia pelo motor da justiça social.

Uma melhoria mesmo que ligeira do poder de compra incentivaria uma recuperação do consumo das famílias o que seria um elemento dinamizador de toda a economia.

Em conjunto, a melhoria do consumo interno, do investimento e da expansão das exportações permitiria um crescimento do PIB significativo durante o ano de 1995.

Por isso, dizemos e reafirmamos que um aumento intercalar das pensões e reformas e dos trabalhadores da administração pública, mesmo que modesto, era não só um factor de justiça social, como um factor de eficácia económica.

A pura demagogia

No seu relatório, publicado em vésperas da cimeira da ONU, sobre desenvolvimento social, realizado em Copenhaga, a OIT,

reflectindo sobre os meios de reduzir o desemprego, afirmava, preto no branco, que a «desregulamentação dos mercados do trabalho não trazia a solução ao desemprego nem à pobreza» e refutava a análise, tão cara ao PSD e aos grandes «sacerdotes» do neoliberalismo, que o nível elevado de salários europeus seria directamente responsável pela alta do desemprego.

É pura demagogia afirmar-se, como o tem feito ultimamente o Primeiro-Ministro e o Dr. Fernando Nogueira, que a melhoria das condições de vida das populações, que a melhoria do poder de compra dos trabalhadores, que a melhoria das funções sociais do Estado levariam ao aumento das despesas do Estado e ao aumento dos impostos. Isto é completamente falso. A questão que se coloca é como se gasta o dinheiro público, para onde é que ele vai, quem tem sido beneficiado com a gestão orçamental do PSD.

Se o PSD entrega 60 milhões de contos aos grandes proprietários do Alentejo, se o Governo concede milhões e milhões de benefícios fiscais ao grande capital, se o Governo enche os sacos azuis dos ministros e secretários de Estado, para fins eleitorais, se o Governo faz cortes na formação profissional e nos apoios ao desemprego, como acontece escandalosamente com o Instituto do Emprego e Formação Profissional e se tem, como tem, uma política clientelar, naturalmente que depois falta o dinheiro para os reformados, para a saúde e o ensino público.

Se o Governo vende o património ao desbarato e se tem uma política fiscal que facilita a evasão fiscal, que promove a injustiça tributária, um sistema em que no essencial quem paga os impostos são os assalariados, naturalmente que as receitas não só ficam aquém do possível e do necessário, como penaliza cada vez mais os que menos têm.

ca que se tem traduzido no aumento da carga fiscal. Numa política fiscal em que bem se pode dizer: se queres pagar menos impostos, torna-te rico! O desafio está feito. Vamos ver se o Primeiro-Ministro e o Dr. Fernando Nogueira mais uma vez metem a viola no saco.

Não há dinheiro para os trabalhadores da Administração Pública, nem para os reformados, nem para a saúde e educação, mas há dinheiro para o Governo generosamente ampliar o prazo de amortização da dívida da Lisnave até ao ano 2002! Não há dinheiro e vende-se a Telecom ao desbarato. Não há dinheiro no Orçamento, mas há dinheiro para se continuar a alimentar a clientela laranja através dos Fundos Comunitários, nomeadamente, através do Fundo Social Europeu...

Basta de demagogia e de hipocrisia Sr. Primeiro-Ministro e Sr. Presidente do PSD.

A questão central é a das opções, é a de saber como se utiliza o dinheiro público e com que eficácia, porque quanto às promessas ninguém bate o PSD.

Por isso nós lhe dizemos que é necessário utilizar o dinheiro e o dinheiro público de outra maneira, privilegiando o interesse público, o interesse colectivo e não os amigos, os compadres ou os que têm cartão do partido.

Naturalmente que um partido, como o PSD, que se habituou a ser um segmento do aparelho do Estado, que com toda a desfaçatez até aluga um helicóptero à Força Aérea para fins eleitorais, um partido assim não está em condições de compreender a função económica e a função social, na utilização do património e dos dinheiros públicos.

Nestes últimos anos, tem havido «mais e melhor Portugal» para a clientela do PSD, para um número cada vez mais restrito de famílias; do que se trata agora é de liquidar tal política, construindo um Portugal de progresso e justiça, numa Europa de paz e cooperação. Nós não podemos permitir a passividade do Estado face ao agravamento social, não podemos permitir a existência de um aparelho frio e voraz na liquidação de impostos de quem trabalha para engrossar as fortunas de meia dúzia.

Prioridades

Como já afirmámos, ao serviço das prioridades de um crescimento económico novo - criador de postos de trabalho estáveis e justamente remunerados e respeitador do ambiente - e do combate ao desemprego deverão ser utilizados todos os instrumentos de políticas económicas e sociais, nomeadamente:

- as políticas monetária e cambial;
- a selectiva e eficaz aplicação de fundos estruturais fiscalizada pelos trabalhadores;
- as políticas de crédito e fiscal, favorecendo o investimento produtivo criador de emprego e penalizador da actividade especulativa;
- o desenvolvimento e renovação dos serviços públicos, sociais (educação, saúde, etc.);
- o lançamento de políticas específicas, que devem ser desenvolvidas em articulação com a Comunidade para a salvaguarda da agricultura e do mundo rural e da actividade pesqueira;
- uma política audaciosa de desenvolvimento da indústria e dos serviços;
- o estabelecimento de um plano de urgência para o emprego juvenil e para as regiões (Alentejo, por exemplo) vivendo situações de elevadas taxas de desemprego e empobrecimento;
- a redução do horário semanal máximo de trabalho para as 40 horas semanais;
- a regionalização e descentralização das respostas económicas e sociais aos problemas do desemprego e de combate aos processos geradores de assimetrias regionais.

Portugal não está condenado à arrogância do PSD, Portugal não está condenado à política do «quero posso e mando», à política de concentração de riqueza e de entrega de avanças fundamentais da economia ao estrangeiro. Portugal não está condenado ao atraso e à dependência crescente, a entregar o seu mercado aos produtos estrangeiros e a ser uma fonte de mão-de-obra barata.

Portugal precisa de uma nova política, uma política de esquerda, uma política ao serviço do povo e não das oligarquias.



Desafiamos o Primeiro-Ministro e o Dr. Fernando Nogueira a informarem o povo português, por exemplo, sobre quantos milhões é que só nestes últimos quatro anos foram concedidos em benefícios fiscais, isto é, quanto foi concedido ao grande capital e às actividades especulativas e parasitárias.

Desafiamos o Primeiro-Ministro e o Dr. Fernando Nogueira a dizerem se é ou não verdade que os benefícios fiscais, concedidos quase que exclusivamente aos rendimentos de capitais e às aplicações financeiras (quer em IRS quer em IRC), atingem cerca de 100 milhões de contos anuais. Se é verdade ou não que a taxa de imposto que incide sobre as mais-valias resultantes da especulação bolsista (10%) é inferior à taxa mais baixa do IRS (15%).

E se é ou não verdade, que as mais-valias obtidas na alienação de acções estão, na prática, totalmente isentas!

E se é ou não, também, verdade que a evasão fiscal no IVA (que os consumidores pagam integralmente) atinge valores incalculáveis. Isto quanto às receitas. Porque quanto às despesas seria interessante que Fernando Nogueira dissesse ao povo português e aos agricultores quantos milhões é que foram enterrados nos matadouros, as tais empresas PEC, que são um verdadeiro escândalo?

Quantos milhões é que foram este ano para os gabinetes dos ministros, quantos milhões foram gastos a mais na aceleração de obras e no atraso de outras, para coincidirem em período eleitoral. Quantos milhões foram gastos em obras sumptuárias para enfeite do «regime cavaquista». Esta é que tem sido uma políti-

PCP/Açores anuncia programa da pré-campanha Mudar de política

«O apoio e o voto na CDU é a única forma de se evitar que uma eventual mudança de pessoas não se venha a saldar por uma manutenção da mesma política», considera em comunicado o PCP/Açores que anunciou uma série de iniciativas para os próximos meses.

Em debate na ALR

O secretariado da DORAA pronunciou-se ainda sobre a proposta de decreto Legislativo Regional sobre a política de habitação, levada à Assembleia na passada semana, frisando que, desde 1984, os deputados comunistas lutam pela criação de um programa de habitação social, ideia que foi recusada ao longo dos anos.

Concretamente sobre a presente proposta, que concentra num só diploma a recuperação de habitação degradada, a auto-

O programa da pré-campanha nos Açores foi definido na passada semana pelo Secretariado da DORAA do PCP que se propõe desenvolver «um aprofundado, útil e democrático debate político em todas as ilhas e visa mobilizar e alargar a área de apoio eleitoral da CDU».

Como pontos altos do calendário, os comunistas anunciam a realização de uma reunião extraordinária do Conselho Regional dos Açores do PCP, na Horta, para apreciação do processo de preparação da lista, na sequência da qual será divulgado o cabeça de lista.

Os restantes candidatos serão conhecidos durante a primeira semana de Julho, estando prevista para os finais do mesmo mês a apresentação pública em tempo de antena do PCP/Açores na RTP e RDP das principais questões em debate no processo eleitoral.

A partir do final deste mês decorrem acções de mobilização interna, encontros CDU de ilha e debates públicos com a participação de candidatos, dirigentes deputados e apoiantes da CDU.

A pré-campanha tem como ideias fortes a «demonstração da importância que tem para o País e para os Açores o crescimento eleitoral geral da CDU (...) a necessidade de haver uma verdadeira mudança de política (...) num sentido verdadeiramente de esquerda, correspondendo às necessidades de dinamização da economia, de combate ao desemprego, de acentuada melhoria das prestações sociais, de introdução, de introdução de uma verdadeira justiça social e de aprofundamento geral da democracia e da participação».

Ao debate virão ainda «um conjunto de pontos que constituirão um compromisso nacional da CDU para com o Açoriano, e que visarão contribuir para que a Autonomia Regional tenha uma melhor e maior inserção no funcionamento geral do Estado, por forma a que possa vir a ser possível realizar-se nos Açores uma verdadeira política de desenvolvimento».



construção e a construção a custos controlados, o PCP/Açores manifesta algumas preocupações relativas ao financiamento dos vários programas, caso da habitação social e da recuperação de habitações degradadas que não são propriedade dos moradores respectivos.

Declarando-se contra o projecto do CDS/PP que visa a alteração profunda da lei do arrendamento rural, o PCP propõe contudo a substituição de um único artigo daquele diploma com o objectivo de «possibilitar que todos os agricultores possam ter acesso a todos os fundos comunitários à disposição das explorações agrícolas e pecuárias».

Aquela alteração «visa resolver legalmente um grave problema com séria repercussão económica, que resulta da existên-

tência de muitos contratos não reduzidos a escrito, o que face à lei em vigor impossibilita a candidatura a fundos comunitários dos reideiros nessas condições.

Recordando que esta questão mereceu um apelo muito forte no último Congresso da Agricultura dos Açores, o PCP estranha o parecer negativo emitido pela Comissão de Economia (com os votos do PSD e a abstenção do PS) e declara a sua disponibilidade para encarar no Plenário variadas soluções técnicas «desde que garantam, realmente, o total, legal e seguro acesso de toda a agricultura e lavoura aos fundos comunitários».



Carvalhas com crianças nas Patameiras

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, visitou no passado dia 1, Dia Mundial da Criança, as crianças do Bairro das Patameiras, na freguesia de Odivelas, onde foi ainda recebido na Associação de Moradores do Bairro.

Leite estrangeiro invade escolas de Aveiro

Os produtores do distrito de Aveiro acabam de sofrer mais um rude golpe na sequência da recente decisão de entregar o fornecimento de leite escolar às grandes multinacionais, com graves prejuízos para o sector leiteiro do Distrito de Aveiro.

Segundo um comunicado da DORAV do PCP, «a mesma situação aflitiva é sentida no campo cooperativo que, fruto da concorrência desleal, está a braços com sérias dificuldades económicas, ameaçando ruína iminente nalguns casos».

«Depois de ter destruído grande parte do sector de abate do distrito, o Governo PSD continua a asfixiar financeiramente o matadouro cooperativo da UNIAGRI, enquanto gasta milhões de contos em matadouros que por vezes nem chegam a abrir», refere a DORAV.

PSD na caça ao voto

O projecto de criação da freguesia de Canhoso, apresentado pelo PSD sem diálogo com a população nem com os órgãos autárquicos, é «provocatória e puramente eleitoralista», denunciou há dias em comunicado a Comissão Concelhia da Covilhã do PCP.

O PCP considera a iniciativa «provocatória e puramente eleitoralista, já que o PSD, no passado dia 23 de Maio, impôs na comissão parlamentar de administração do território que até às próximas eleições de Outubro não vão ser criadas novas freguesias», refere o documento, sublinhando que com este acto aquele partido «mentiu e enganou a população do Canhoso», demonstrando ao mesmo tempo que «a apresentação do projecto de criação da freguesia se insere na lógica da caça ao voto».

A Comissão Concelhia do PCP considera justa a aspiração da população de criar a sua freguesia, mas defende que a situação deve ter um tratamento sério e transparente sem aproveitamento eleitoralista, em diálogo com as freguesia e com a população, pelo que vai propor desde já reuniões com a comissão pró-freguesia do Canhoso, assim como com as outras juntas de freguesia do concelho da Covilhã.

«Alerta!» em edição de Junho

Já está a ser distribuído o número de Junho do «Alerta!», Boletim das Células de Empresa e Organismos de Classe Profissional da Organização Regional de Aveiro do PCP. Na presente edição, apela-se à participação na jornada de luta pela 40 horas (máximo) semanais, sendo ainda incluídos materiais sobre o congresso dos metalúrgicos, sobre os recentes encontros de reformados realizados no distrito, bem como é dado nota do decorrer da campanha dos 150 mil contos, entre outros temas.

N.º 1
Junho
1995

ALERTA!

Reforçar e dinamizar por uma nova política

Boletim das Células de Empresa e Organismos de Classe Profissional da Organização Regional de Aveiro do PCP

Jornada de luta pelas 40 horas (máximo) semanais

A DORAV do PCP salientou nas conclusões da sua recente reunião, que a jornada de luta de 40 horas de trabalho semanal, marcada para o período de 1.º a 9.º de Junho, é uma oportunidade crucial para a manifestação do querer dos trabalha-

METALÚRGICOS Congresso da Federação

A realização em Aveiro do 6.º Congresso da Federação dos Sindicatos de Metalúrgia, Metalomecânica e Minota de Portugal, no passado dia 19 de Maio, constitui motivo de orgulho para todos os que trabalham e lutam neste distrito, dado que, para além de ser o reconhecimento do importante crescente do distrito no mundo do trabalho, é também o reconhecimento das capacidades

Sindicalização

Dando cumprimento à campanha da CGTP de reforço da Organização Sindical, o Sindicato dos Metalúrgicos anunciou um conjunto de medidas de reestruturação de seu aparelho, entre as quais a sindicalização e a eleição de delegados sindicais são tarefas fundamentais.

Reestruturação e Eleições

Procurando dar resposta às realidades locais e dotar o Sindicato de meios adequados para os desafios do futuro, está em curso um processo de reestruturação que passa pela junção dos Sindicatos dos Metalúrgicos de Aveiro e de Viana, processo este que culminará com eleições para os corpos gerentes do novo Sindicato a terem lugar de 26 a 29 de Junho.

Desemprego atinge níveis inéditos

O desemprego adquiriu nos Açores, nos últimos anos, um volume e uma natureza inéditos, afirma uma moção aprovada quarta-feira da semana passada no plenário de trabalhadores comunistas realizado no Centro de Trabalho António Duarte, na Horta.

Citando dados oficiais, o texto refere que aquele flagelo atinge 7,6 por cento da população activa, 60 por cento dos quais são trabalhadores que tinham ocupação anterior. Estes números revelam uma retracção do mercado de trabalho, onde se registou a extinção de muitos empregos não compensada com a criação de novos postos de trabalho.

Os comunistas afirmam ainda que a existência de grande número de trabalhadores por conta própria que não conseguem encontrar trabalho regular reforça a gravidade da situação.

Na ilha do Faial, o desemprego atingiu no final do 1.º trimestre cerca de 5 por cento do

total regional, ou seja 332 trabalhadores. As perspectivas não são animadoras se se atender ao facto de muitas empresas estarem em situação económica difícil.

Sublinhando a necessidade de «estancar e inverter a tendência que se tem vindo a acentuar de aumento do desemprego», o Plenário defendeu «uma nova política que valorize as produções regionais, permita a expansão e modernização das pequenas e médias empresas, que remunerem com justiça o trabalho e que enfrente com medidas específicas apropriadas as diferenças que resultam da insularidade distante».

Estes são os pontos considerados indispensáveis para «o desenvolvimento, o combate ao desemprego e envolvimento criativo da juventude e a dignificação da mulher trabalhadora».

O Plenário decidiu ainda apelar a um amplo debate público sobre os diversos pro-

blemas económicos e sociais, com destaque para a questão do desemprego, propondo que a Rádio Local Antena 9 promova um debate sobre a problemática com a presença dos partidos políticos com representação parlamentar e as estruturas representativas dos trabalhadores. Proposta semelhante foi também endereçada à direcção dos centros de produção dos Açores da RTP e da RDP.

Oliveira do Bairro

O concelho directivo, a associação de pais e estudantes estão contra a Câmara Municipal de Oliveira do Bairro que quer construir um pavilhão desportivo em lugar de difícil acesso. A comissão concelhia do PCP de Oliveira do Bairro em reunião, analisou a questão e resolveu tornar pública a seguinte posição: «Parece ser claro que a preocupação do executivo camarário não é bem a de construir um pavilhão desportivo para servir os alunos, os jovens da comunidade, mas antes, a este pretexto, tal como os professores pais e alunos afirmam, usam a escola para obter a celebração do protocolo e construir o pavilhão com a participação em 80% do Ministério da Educação e talvez com o fim de na altura das eleições apresentar obra feita, independentemente de servir ou não a população».

É preciso mudar
Os trabalhadores por conta de outrem — operários, empregados, técnicos — mais do que outros sectores da população, operam sob as condições mais desfavoráveis da produção e do consumo.
A luta dos trabalhadores por conta de outrem é a luta pela melhoria das condições de trabalho, pela melhoria das condições de vida, pela melhoria das condições de desenvolvimento. Exige, portanto, o reconhecimento dos seus direitos, o reconhecimento dos seus interesses, o reconhecimento dos seus valores.
Diferença e estes interesses, através do voto na CDU em todo o País, elegendo mais deputados do PCP, é de interesse de todos os trabalhadores.
Apenas o voto na CDU é garante de mudança!

O que está em causa é uma mudança de política e uma verdadeira alternativa democrática



Álvaro Cunhal na Póvoa de Santa Iria "Para derrotar a direita o voto útil é na CDU"

A alternativa política passa pelo reforço do PCP

Centenas de pessoas participaram no último domingo numa animada festa popular promovida pela CDU na Póvoa de Santa Iria. Iniciado logo pela manhã, com jogos populares, o convívio estendeu-se ao longo do dia com um preenchido e diversificado programa que teve o seu momento alto no comício em que participaram, para além de Álvaro Cunhal, presidente do Conselho Nacional do PCP, Isabel de Castro, do Partido "Os Verdes", João Corregedor da Fonseca, da Intervenção Democrática, e Rosa Saúde, membro do Executivo da Comissão Concelhia de Vila Franca de Xira do PCP.

Tendo como cenário a Quinta da Piedade - um magnífico espaço de lazer aberto a toda a população, onde a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, titular da pro-

priedade, procede a obras de recuperação do património nela construído e onde tem instalado uma sala de exposições e uma biblioteca - o comício teve como primeiro orador Guida Costa, da JCP, que, depois de recensear os principais problemas com que se confrontam os jovens portugueses, apelou a uma dinâmica de participação capaz de mobilizar o voto juvenil na CDU.

Convidada a intervir por António Nabais, da Comissão de Freguesia da Póvoa, que

presidiu ao comício, falou de seguida a camarada Rosa Saúde, candidata pelo círculo de Lisboa, que colocou a tônica do seu discurso na grave situação económica e social em que o Governo lançou o País, bem como nas promessas eleitorais do PSD não cumpridas, como é o caso da semana de trabalho de 40 horas. Sem deixar de advertir para a vaga de promessas já em curso, que tenderá a acentuar-se nos tempos mais próximos, Rosa Saúde manifestou no entanto a sua convicção de que os eleitores saberão distinguir nos vários discursos "quem é que está verdadeiramente do lado dos trabalhadores".

"O direito à felicidade, ao equilíbrio ecológico, ao bem-estar", foi, por sua vez, a grande questão colocada pela dirigente do Partido "Os Verdes", Isabel de Castro, numa intervenção onde falou detalhadamente do momento presente, caracterizado, em sua opinião, por fenómenos de exclusão e desumanização.

A possibilidade de mudar este estado de coisas é, pois, a grande oportunidade que não deve ser desperdiçada pelas eleições de Outubro próximo, razão pela qual, observou, importa "utilizar inteligentemente essa arma que é o voto", o mesmo é dizer, dar força ao projecto de transformação protagonizado pela CDU.

Referências à Coligação que agrupa comunistas, "Verdes" e outros democratas independentes marcaram também o início da intervenção

de Álvaro Cunhal, que reiterou a natureza democrática do projecto e a sua postura no quadro partidário, falando sempre a verdade, e com isso se diferenciando de outros, como o PS, que "meteu o socialismo na gaveta" ou o CDP/PP, que de popular só tem o nome.

O momento político presente - profundamente marcado "pelo fracasso da política do Governo, por uma "vaga de lutas sociais" e pelo "descontentamento de sectores sociais cada vez mais amplos" que hoje "identificam claramente as responsabilidades" do Executivo do PSD pela situação criada - foi outro dos temas desenvolvidos pelo dirigente comunista, salientando a este propósito que "chegou a hora de abrir caminho a uma nova política, a uma alternativa democrática".

É neste contexto, aliás, que deve ser entendida a frase "Vamos dar a volta a isto!", palavra de ordem que exprime uma grande confiança e uma grande responsabilidade e que, assinalou, "há um ano atrás não se podia dizer", mas que hoje, face aos desaires do Governo, corresponde inteiramente ao modo como evoluiu a situação.

Recuando um pouco no tempo, Álvaro Cunhal lembrou ainda o momento em que o PCP pediu a dissolução da Assembleia da República - na altura, frisou, o "PSD estava encostado à parede e via já a derrota" -, considerando que esta decisão do Presidente da República de não dissolver o Parlamento constituiu uma

"bóia de salvação" que está agora a ser aproveitada pelo Governo e pelo PSD para fazer uma campanha de demagogia e promessas.

A questão central, do ponto de vista do presidente do Conselho Nacional do PCP, não reside exclusivamente, porém, em afastar o PSD. O que está também em causa, sublinhou, é uma mudança de política e uma verdadeira alternativa democrática. É que, recordou, o PS não é alternativa - tem colaborado com o PSD nas questões essenciais, disse - e uma hipotética obtenção de uma maioria absoluta representaria inevitavelmente a continuação da mesma política.

Daí, enfatizou, a importância do reforço da CDU, e designadamente do PCP, por serem os portadoras de uma política nova, capaz de resolver os problemas nacionais e protagonizar verdadeiramente uma alternativa democrática. "Para derrotar a direita o voto útil é na CDU", concluiu.

Palavras de confiança foram ainda dirigidas por Álvaro Cunhal às muitas centenas de apoiantes da CDU presentes no comício, especialmente aos jovens, confiança que resulta do ambiente por si testemunhado em iniciativas que vão tendo lugar um pouco por todo o País, no decorrer das quais, assinalou, é visível o "espírito de combate" e têm estado patentes os sinais de adesão à CDU de quantos "reconhecem a obra realizada, o nosso trabalho, e sabem que falamos verdade e que estamos sempre com o povo".

Segurança

CM do Porto explora medo e incerteza

As recentes propostas da Câmara Municipal do Porto sobre os problemas da insegurança são «demagógicas», exploram «sentimentos de medo e incerteza e não visando de facto a resolução séria do problema da segurança, mistificam os reais problemas económicos e sociais, causa primeira da crescente insegurança e criminalidade», afirma em comunicado a DOCP do PCP.

Os comunistas da cidade do Porto acrescentam o facto de «tais propostas a concretizarem-se aliviarem o Governo das responsabilidades que constitucionalmente lhe cabem».

Concretamente, o PCP critica a insistência de Fernando Gomes na alteração de competências da polícia municipal, o que «representaria elevadíssimos encargos para a autarquia», para além de que «a actividade policial não cabe nas fronteiras de um só

município, principalmente nas áreas metropolitanas». Pelas mesmas razões, continua o comunicado, «a contratação agora anunciada de forças de segurança privada, por 30 ou 40 mil (com cães ou sem cães), para num prazo limitado procederem à segurança numa área restrita da Baixa do Porto, não pode deixar de ser considerada ridícula, não só pela solução em si, como pelo facto facilmente reconhecível de que a insegurança na cidade não pode se pode reduzir à Baixa do Porto».

O PCP defende que além da «necessária alteração da política económica e social, no sentido de um desenvolvimento integrado que erradique as bolsas de pobreza e marginalidade, é necessário o aumento do número de efectivos policiais, o que passa por um melhor aproveitamento e redistribuição dos existentes e a abertura de mais esquadras junto das populações».

Figueira da Foz prepara privatização da água

Em nota de imprensa, a comissão concelhia da Figueira da Foz, condena e protesta contra o aumento da água ao domicílio no concelho em 36%. Foi uma decisão da Câmara Municipal da Figueira da Foz, que, segundo considera o PCP, visa preparar «a privatização da água no concelho, prevista no plano de actividades da Câmara do PS para 95».

«A rede de água no concelho encontra-se completa, não necessitando de grandes investimentos em infra-estruturas, para além da sua manutenção, tratando-se de um bem essencial que dá lucros». Por isso, prossegue a nota, «não há justificação para estes aumentos a não ser preparar as pessoas para futuros preços gravosos após a privatização». «Estes aumentos que atingem especialmente as famílias de menores recursos, ultrapassando a inflação esperada em cerca de sete vezes, e demonstram como a Câmara socialista não quer ficar atrás do Governo PSD em matéria de aumento do custo de vida».

O PCP interroga-se sobre «o que faz correr o PS nesta onda privatizadora? É a gula do milhão de contos inscrito no orçamento da Câmara pela alienação dos serviços municipalizados de águas no concelho?».

Os comunistas alertam para o facto de que com a privatização

a Câmara perderá o controlo dos preços da água: «vai ser a lógica natural do lucro, a lógica do mercado que vai imperar». E acrescentam:

«Sabíamos que nada escapa à onda de privatizadora do PSD nem que seja a saúde, os hospitais, nem mesmo a segurança social e o ensino, que tantos males estão a causar ao País: desemprego, destruição do aparelho produtivo na indústria, na agricultura, nas pescas. Porém que o PS na Figueira da Foz não lhe queria ficar atrás e até o queria ultrapassar pela direita, isso era novidade. Não é só o País que precisa de uma nova política, ela é também necessária na Figueira da Foz em termos de governo autárquico».

DORS divulga PROIDDS

O programa integrado de desenvolvimento do distrito de Setúbal (PROIDDS) foi tema de uma conferência de imprensa, realizada recentemente no centro de trabalho da cidade sadina.

Trata-se de um projecto protagonizado pelo PCP e os seus militantes e que intervém praticamente em todos os sectores de actividade do distrito, tendo

Alentejanos exigem nova Reforma Agrária

São cada vez mais diversos os sectores da vida regional que reclamam uma nova reforma agrária nos campos do Alentejo, afirma a DOREV em comunicado referindo que esta «exigência patriótica» é compreendida pela própria CCRA e pela Comissão de Justiça e Paz da Igreja Católica.

Recordando as características essencialmente agrícolas da região e o facto de o nosso país importar mais de 70 por cento dos produtos alimentares, os comunistas insistem na urgência de uma nova política agrícola que ponha a terra a produzir, exercendo a sua função social.

«A Região necessita e o seu povo exige uma Nova Reforma Agrária nos campos do Alentejo, colocando o uso e posse da terra do serviço da produção e do desenvolvimento, eliminando o latifúndio absentista».

Esta ideia, que é hoje reclamada pelos mais diversos sectores da vida regional embora o ministro da Agricultura e o governador civil façam ouvidos



A Reforma Agrária deu trabalho aos alentejanos e tirou os campos do abandono (foto de arquivo)

de mercador, constitui a única forma de conter o empobrecimento dos campos, a desertificação e envelhecimento do mundo rural alentejano, que está a ter consequências em todo o tecido económico e social da região.

Com mais de 10 mil desempregados, o distrito de Évora depara-se com a saída da população, motivada pela instabilidade e falta de emprego. À recessão económica, ao drama das dezenas de milhares de reformados e deficientes obrigados a sobreviver com pensões de miséria, junta-se a situação de calamidade provocada pela continuada seca cuja gravidade o Governo não reconhece.

Acusando o PSD de não cumprir as promessas feitas há quatro anos de uma vida melhor para os agricultores, através do desenvolvimento agrícola, da

construção da Barragem dos Minutos e Frei Joaquim, a Direcção Regional de Évora do PCP denuncia as pressões feitas pelo Partido do Governo e seus ministros sobre os empresários no sentido de não investirem no distrito e na região, no meadamente nos concelhos de Évora e de Mora.

Mas também as recentes declarações do deputado socialista Capoulas Santos, afirmando que «a construção do Alqueva tem de ser repensada» suscitou a surpresa dos comunistas. É que, recorda a DOREV, «todos os estudos efectuados indicam que o Alqueva é necessário para abastecer a barragem e que os possíveis impactos negativos são muito inferiores aos impactos positivos».

Desta forma, acrescenta, o PS e o seu deputado Capoulas San-

tos devem clarificar urgentemente a sua posição sobre o Alqueva e o aproveitamento dos recursos da região.

Dois deputados é objectivo eleitoral

A DOREV definiu como grande objectivo eleitoral passar a ser a primeira força no distrito e eleger o segundo deputado. Com as principais linhas da intervenção já traçadas e com um vasto conjunto de iniciativas programadas para o período pré-eleitoral, de que se destacou a realização no passado sábado em Évora do Encontro Distrital da CDU, os comunistas sublinham a dinâmica e o ambiente de confiança que se manifesta em torna das acções e das propostas da CDU.

Porto João Amaral encerra debate sobre educação

Realizou-se, na passada sexta-feira, no Hotel Tuela, um participado debate sobre as componentes essenciais e as medidas prioritárias de uma nova política educativa.

Intervieram os camaradas Paulo Rodrigues, José Calçada e Mário David Soares, tendo os trabalhos sido dirigidos pela camarada Ruth Branco Rodrigues, do Conselho Regional da OR Porto.

Foi efectuado um balanço da política educativa conduzida pelo PSD nos últimos anos, tendo sido sublinhadas algumas semelhanças com as propostas do PS, referidas a intervenção parlamentar dos comunistas e a luta reivindicativa dos sindicatos do sector e apresentadas as linhas essenciais da política alternativa do PCP.

Encerrou os trabalhos o camarada João Amaral, primeiro candidato da CDU pelo círculo do Porto.

PS aplica despedimento colectivo

O vereador da CDU na Câmara de Cascais, Carlos Sota, considera que «as recentes rescisões de contratos e avenças a cerca de 20 trabalhadores constituem despedimento colectivo».

Os despedimentos, na sua maioria, foram aplicados a trabalhadores que ali trabalhavam há mais de 5 anos, sem se ter levado em conta que os contratos só terminavam dali a 10 meses, e incluíram mesmo uma trabalhadora que estava em licença de parto.

Carlos Sota afirmou que «o Partido Socialista e o seu presidente desde que tomaram posse, há 15 meses, sempre têm tratado os trabalhadores como números. Neste caso não fugiram à regra, limitaram-se friamente a enviar uma carta a cada trabalhador sem lhe dar conhecimento prévio nem qualquer justificação. Acresce o grande o secretismo

que envolveu este processo, sobre o qual nem as próprias chefias a que os trabalhadores estavam dependentes nada sabiam».

Para o vereador da CDU, estes despedimentos não fazem sentido porque nem há redução financeira nem de pessoal. Os lugares libertados foram recentemente ocupados por assessores e outros colaboradores que raramente são vistos na Câmara e têm vencimentos mais elevados.

Carlos Sota considera que «estas e outras medidas de repressão que têm sido tomadas pelo Partido Socialista contra os trabalhadores, têm acentuado no seio destes um clima de medo e de intimidação numa tentativa de silenciar tudo e todos. É por isso que a maioria dos trabalhadores afirma que nem antes do 25 de Abril se viveu assim na Câmara de Cascais».

CAMARADAS FALECIDOS

António Vieira

Faleceu, no passado dia 26 de Maio, com 84 anos de idade, António Vieira, natural de Vila Franca de Xira, operário, militante prestigiado em Abrunheira, freguesia de S. Pedro de Penaferrim, concelho de Sintra.

João Miranda

Faleceu no passado dia 16 de Maio, vítima de doença incurável, João Simões Miranda, barbeiro de profissão e membro da Organização Concelhia de Aveiro.

José Soares

Faleceu na madrugada de 4 de Junho, José Soares. Participante no Movimento Revolucionário do 18 de Janeiro de 1934, na sequência do qual esteve preso na Trafaria e em Angra do Heroísmo. O camarada José Soares retomou actividade no Partido após o 25 de Abril de 1974, participando nas principais iniciativas bem como na organização de todas as comemorações do 18 de Janeiro.

No seu funeral, realizado no passado domingo, estiveram presentes vários dirigentes da Comissão Concelhia da Marinha Grande e da DORLEI do PCP, tendo o responsável da Comissão Concelhia proferido algumas palavras de homenagem ao falecido.

Maximino Fonseca

Faleceu com 86 anos de idade, Maximino Fonseca, natural da Freguesia do Beato, em Lisboa. Foi um destacado militante antifascista e estava actualmente organizado no Cacém.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

como objectivo principal combater o desemprego.

Desde a realização da IV assembleia regional do PCP foram efectuados uma série de contactos com personalidades e entidades com o objectivo de divulgar o PROIDDS, tendo sido recolhido um largo conjunto de opiniões favoráveis ao projecto.

Assim reuniu até à data com a associação empresarial da região de Setúbal, Associação de empresas de construção e obras públicas de sul, UCHEDES, região de turismo costa azul, união dos sindicatos de Setúbal, Pluricoop, órgãos autárquicos, estando em agenda muitas outras reuniões.

Curiosamente, o ministro Mira Amaral em relação a este projecto, afirmou: «que qualquer programa do tipo OID não teria mais cabimento para a península de Setúbal ou para o distrito». Porém, passados poucos dias da IV AORS, a comunicação social divulga que Cavaco Silva tem um plano reservado para a região de Setúbal.

A DORS salienta que nesta situação se revela «o mundo de contradições pela qual o PSD, sendo Governo, quer estar fora e contra o Governo». Impõe ainda que este «assuma as suas responsabilidades, esclareça os portugueses e em primeiro lugar os trabalhadores e os habitantes do distrito das suas reais intenções. Respeite as opiniões e propostas das entidades representativas da região, sem o que estaremos de novo perante mais uma manobra eleitoralista do PSD e Cavaco Silva».

Aumento da criminalidade e da insegurança comprovam

Política de segurança interna do Governo é um fracasso

Em matéria de criminalidade e de insegurança, é ponto assente: existem razões de sobra para o clima de intranquilidade sentido pela generalidade dos cidadãos. Os números, a este respeito, falam por si e é o próprio Relatório de Segurança Interna relativo ao ano de 1994 que vem confirmar preto no branco que há um preocupante aumento de criminalidade traduzido estatisticamente num acréscimo global de 12 por cento entre os anos de 1993 e 1994.

Debatido na sessão plenária de segunda-feira, o documento, pelos números nele revelados, constitui em si mesmo um testemunho exemplar de como no capítulo da segurança têm sido completamente desadequadas e incorrectas as medidas adoptadas pelo Governo, muito concretamente a chamada reestruturação das forças de segurança.

O que está em causa, mais exactamente, como fez questão de realçar no debate o deputado António Filipe, é uma política errada de segurança interna, de que é expressão a referida reestruturação das forças de segurança, com resultados manifestamente calamitosos que o próprio Relatório se encarrega de comprovar.

Resulta claro, pois - face ao falhanço da reestruturação e à própria incapacidade de resposta até agora evidenciada pelo Ministério da Administração Interna -, que o Governo não tem estado à altura de resolver o problema da criminalidade e da segurança dos cidadãos, fenómeno que, importa realçar, tem a sua génese fundamentalmente na profunda instabilidade social em que a política neoliberal do PSD tem lançado o País, com consequências sobretudo ao nível do aumento da marginalidade, da exclusão social, do consumo e tráfico de droga.

Para este mesmo aspecto chamou a atenção o deputado António Filipe, sem deixar

de assinalar, por outro lado, não ser aceitável levar a cabo uma reestruturação das forças de segurança, cuja primeira razão de ser, lembrou, é a mera poupança orçamental, descurando completamente o indispensável acréscimo e melhoramento dos meios de intervenção.

Com efeito, foi ainda António Filipe a lembrá-lo, em vez de dotar as esquadras existentes dos meios adequados, o Governo encerra-as e afasta os agentes das populações, em vez de incumbir os agentes de cumprirem a sua verdadeira missão, que é garantir a segurança das populações, transforma-os em oficiais de diligências, e, para cúmulo, em vez de combater a criminalidade que alastra nas ruas, concentra milhares de efectivos em corpos de intervenção, "sem outra função que não seja a de estarem prontos a reprimir as lutas sociais que se manifestam contra a política do Governo".

Num debate que acabou por reflectir o rotundo fracasso do Governo numa área extremamente sensível como é a da segurança dos cidadãos, onde



Enquanto a criminalidade alastra nas ruas, o Governo concentra milhares de efectivos em corpos de intervenção destinados a reprimir as lutas sociais que se manifestam contra a política do Governo

o ministro compareceu sozinho, sem nenhum dos habituais responsáveis dos Assuntos Parlamentares a acompanhá-lo, reclamada pelo parlamentar comunista foi ainda uma alteração profunda das orientações fundamentais da política de segurança interna e das actuações das forças policiais.

Nesse sentido vão, aliás, as medidas preconizadas pelo

PCP no seu projecto de lei que define as Grandes Opções de Política de Segurança Interna, diploma onde são advogadas, entre outras medidas, uma aproximação da polícia aos cidadãos, a dotação das forças de segurança com meios suficientes e adequados, o fim das actuações repressivas que atentam contra os direitos dos cida-

dãos, a dinamização das populações, das comunidades e das autarquias na discussão de soluções para os problemas de segurança, a alteração do dispositivo policial, por forma a assegurar o seu empenhamento prioritário em acções de prevenção da criminalidade e de garantia da segurança e da tranquilidade das populações.

Acidente de Camarate Comissão aprova conclusões

A Comissão Eventual de inquérito ao acidente de Camarate aprovou as conclusões dos seus trabalhos de investigação. Aprovados por unanimidade foram o Relatório e o Projecto de Resolução, bem como a parte das Conclusões que refere factos considerados provados a partir dos resultados de exames periciais efectuados por entidades de cuja idoneidade não existem razões para duvidar. O mesmo já não sucedeu, porém, no que se refere à parte das conclusões que considera provada - de acordo com o texto - «a presunção de que o despenhamento da aeronave foi causada por um engenho explosivo, que visou a eliminação física de pessoas, tendo por isso, acção criminosa», matéria em relação à qual a posição do deputado comunista António Filipe foi de abstenção.

Apesar da palavra "atentado" ter deixado de figurar nas conclusões do inquérito, a abstenção do deputado do PCP na votação ponto por ponto resultou do entendimento, como o próprio refere em declaração de voto, de que "os trabalhos da Comissão de Inquérito não permitem concluir de forma peremptória se se tratou de acidente ou de acto criminoso, e de que apenas os órgãos competentes para a investigação criminal estarão eventualmente em condições de, prosseguindo as investigações, concluir sobre essa questão".

Recorde-se que a versão inicial referia que a explosão a bordo do Cessna em que seguia Sá Carneiro "visou a eliminação física de todos os ocupantes da aeronave e, portanto, constituiu um atentado". A versão definitiva, aprovada apenas com a referida abstenção do deputado comunista, fica-se apenas pela "acção criminosa".

Quanto ao Relatório, o sentido de voto favorável de António Filipe ficou a dever-se ao facto de o mesmo se limitar à descrição factual das diligências efectuadas pela Comissão, dele acabando por ser expurgado, relativamente à versão proposta, a transcrição de excertos de depoimentos feitos perante a Comissão, cujo grau de credibilidade não é possível garantir com segurança.

Na base da posição favorável adoptada pelo parlamentar do PCP relativamente ao Projecto de Resolução, esteve, por outro lado, o facto de o mesmo propor que seja dada publicidade ao processo nos termos legais, preconizando simultaneamente que o mesmo seja facultado, de imediato e integralmente, ao Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa e à Procuradoria Geral da República e que sejam facultados a estas entidades todos os meios necessários ao prosseguimento das investigações.

Agendado para dia 20 Projecto do PCP reduz horário máximo de trabalho

Foi agendado para o próximo dia 20 o projecto de lei do PCP que prevê a redução do horário máximo de trabalho para 40 horas semanais. Anunciada por Octávio Teixeira, presidente do Grupo comunista, nas recentes Jornadas Parlamentares do PCP, esta proposta que acabaria por ser aceite de agendar o diploma até final da Legislatura correpondeu ao propósito de confrontar os outros partidos com o cumprimento das suas promessas eleitorais.

Mais exactamente, como na ocasião sublinhou Octávio Teixeira, trata-se de "obrigar os res-

tantes partidos a cumprir as promessas" feitas há quatro anos durante a campanha eleitoral para as legislativas de 1991, segundo as quais em 1995 o horário máximo semanal de trabalho seria de 40 horas, sem perda de salário, promessas essas que, como é sabido, desapareceram por completo do discurso desses partidos, ficando tudo na mesma.

Num requerimento entregue na conferência de líderes que decidiu o agendamento do diploma, o líder da bancada do PCP recorda que o Acordo Económico e Social de 1990 previa

já a "redução progressiva do horário de trabalho", frisando que o mesmo estabelecia que em 1 de Janeiro de 1991 o horário máximo de trabalho deveria ser de 44 horas, passando para as 40 horas em 1995.

"Encontramo-nos em 1995 e o limite máximo do horário de trabalho é ainda de 44 horas semanais, admitindo-se mesmo que em determinados casos possa atingir as 50 horas", sublinhou Octávio Teixeira, assim justificando a necessidade do debate e votação do projecto de lei do PCP, que já havia sido recusado em 1993.

Congresso dos Poderes Locais

O Grupo Parlamentar do PCP entregou no início desta semana na Mesa da Assembleia da República um projecto de lei que define a composição da delegação portuguesa ao Congresso dos Poderes Locais e Regionais da Europa até à concretização do processo de regionalização do País.

Na base desta iniciativa está a recente rejeição por aquele Congresso, a exemplo do que já sucedera em 1994, dos três representantes indicados pelo Governo que integravam a delegação portuguesa para nele participar, rejeição funda-

mentada no facto de não reconhecerem legitimidade a membros das CCRs para integrarem a Câmara dos poderes regionais desta instituição europeia.

Como salienta uma nota do Gabinete de Imprensa do PCP, o Governo "voltou assim a sujeitar o País a uma situação em que a imagem e o prestígio nacional saem prejudicados, num processo explicável apenas pela sua persistente procura em tentar iludir o País e a Comunidade sobre a real ausência de Regiões Administrativas".

PESCADORES DESCONTENTES

Sábado, em Cortegaça, realizou-se um encontro que reuniu mais de 250 pescadores da pesca artesanal, os quais «manifestaram o seu descontentamento e protesto em relação às posições e medidas» do Governo. O executivo laranja foi acusado de não ter uma política de pescas e de vir «afundando o sector, particularmente no que se refere à pequena pesca, servindo os grandes interesses económicos, em consonância total com a Comunidade Europeia» - refere uma nota do Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Norte.

Os pescadores exigiram o licenciamento e regulamentação adequada das várias artes da pesca artesanal, «tendo em conta uma verdadeira investigação científica e as realidades económicas, sociais e culturais das comunidades piscatórias e de todos quantos dependem deste tipo de pesca». Protestaram contra a forma como foi integrada a Caixa dos Pescadores no regime geral da Segurança Social, que tem originado «situações de grande injustiça social», e contra a política de abates (que não contempla pescadores e tripulantes). O encontro exigiu o funcionamento de postos de vendagem do pescado em todas as praias onde tal se justifique, nomeadamente Espinho e Mira.

SUPERIOR ADMITE GREVE

Professores e investigadores do Ensino Superior foram ontem e anteontem consultados acerca da eventual realização de uma greve às avaliações, caso tal se venha a revelar necessário para garantir o êxito das negociações com o Ministério da Educação e o Governo - revela a Fenprof numa nota de imprensa distribuída em nome das organizações promotoras da consulta.

Os sindicatos subscritores da plataforma reivindicativa comum para o Ensino Superior (os da Fenprof, o SNESup e o Sindep), na sequência da movimentação da classe nos últimos meses, foram recebidos a 19 de Maio pela ministra Ferreira Leite. Correspondendo à solicitação desta, entregaram quatro dias depois três propostas concretas: que vigore uma primeira fase de revalorização salarial, de 1 de Julho ao final deste ano; que sejam garantidas a contratação dos docentes necessários para as escolas e verbas mínimas de financiamento; e que seja feita uma revisão extraordinária dos quadros das escolas (e que sejam criados quadros onde ainda não existem). As organizações sindicais docentes solicitavam então uma primeira reunião negocial ainda para Maio (o que não se verificou) e defendiam que as negociações podiam e deviam estar concluídas até ao fim de Junho.

ASPECTOS GRAVES NO ISEP

Os trabalhadores-estudantes têm no Instituto Superior de Engenharia do Porto um tratamento com «aspectos graves», denunciou na semana passada a FNATES. Em comunicado enviado à agência Lusa, a Federação Nacional das Associações de Trabalhadores-Estudantes afirma que alguns docentes do ISEP estão a violar claramente o Estatuto do Trabalhador-Estudante no que toca à permissão de faltas nas aulas práticas. «Desde que comprovem a sua qualidade de trabalhadores-estudantes, os alunos têm direito a usufruir das regalias consagradas na lei», frisa a federação. O comunicado refere ainda a existência de irregularidades por parte da secretaria do ISEP, e protesta por o actual horário de exames em alguns cursos condicionar, devido à precariedade do emprego, os trabalhadores-estudantes dentro das empresas. Estas questões foram colocadas no I Encontro de Trabalhadores-Estudantes do ISEP, realizado em fins de Maio.

PARAR A BORDO

Tripulantes de cabina da TAP chegam a viajar 16 horas em pé porque todos os lugares do avião estão ocupados, acusou fonte sindical, admitindo o recurso à greve devido a problemas laborais na empresa. José Braz, do Sindicato Nacional do Pessoal de Voo da Aviação Civil, disse à agência Lusa que a situação em que estão a trabalhar os cerca de 1300 tripulantes de cabina da TAP é «insustentável», enquanto fonte da administração explicava que o saneamento financeiro da TAP exige «uma maior dedicação e compreensão por parte do pessoal».

Os tripulantes de cabina da TAP admitem recorrer à greve se a administração continuar a não cumprir o acordo da empresa, disse o sindicalista. A definição de formas de luta, entre elas a paralisação, deveria ficar decidida num plenário de delegados do SNPAC, marcado para a passada segunda-feira.

SEMANA INGLESA EM MACAU

A partir deste mês a Função Pública de Macau adoptou um novo horário, consagrando a entrada em vigor da *semana inglesa*, que dispensa o trabalho nas manhãs de sábado. Embora em regime experimental, vigorava já um horário adaptado à *semana inglesa* desde 27 de Fevereiro. Mantém-se a mesma carga horária semanal de 36 horas. O novo horário vai ter reflexos no alargamento do período de atendimento ao público nos vários serviços, estando também salvaguardada a possibilidade de determinados departamentos poderem funcionar em regime de turnos nas manhãs de sábado para dar resposta às solicitações da população e dos agentes económicos.

Educadores e ajudantes de creches e jardins de infância

Duas greves numa semana para defender a pré-escola pública

Com elevadas adesões, que provocaram o encerramento de um significativo número de estabelecimentos, estiveram em greve na semana passada os ajudantes de creches e vigilantes de jardins de infância (quinta-feira) e os educadores (sexta). Tal como outras acções levadas a cabo para assinalar o Dia Mundial da Criança, as paralisações chamaram a atenção para os problemas por resolver na educação pré-escolar e as graves consequências do recente decreto-lei do Governo que aponta para a privatização da rede pública.

A greve de quinta-feira teve, segundo a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, uma adesão global de 95 por cento e paralisou «uma grande parte dos jardins de infância da Segurança Social». Trabalhadoras e sindicalistas concentraram-se de tarde junto ao Ministério do Emprego, em Lisboa.

A paralisação foi convocada no quadro da luta pelo reenquadramento profissional, que proporcione uma remuneração e um estatuto correspondentes às funções que realmente exercem. «Com uma função que abarca não só o apoio logístico a educadoras de infância e encarregados de educação, mas também tarefas de carácter pedagógico, os trabalhadores em causa vêm exigindo uma definição da situação da sua carreira profissional, já que para as mesmas funções há critérios salariais diferentes» - explica a nota de imprensa da federação.

A greve geral dos educadores, convocada pela Federação Nacional dos Professores, teve por

objectivo protestar contra o decreto-lei do Governo (ainda não promulgado) e a privatização do ensino pré-escolar, exigindo simultaneamente o alargamento da rede de creches e jardins de infância, de modo a garantir «uma educação de qualidade, pública e gratuita para todas as crianças, conforme determinam a Constituição da República Portuguesa e a Lei de Bases do Sistema Educativo» - como referia uma nota do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa. Nesse documento, divulgado sexta-feira à tarde, o SPGL informava que os 94 por cento de adesão à greve na sua área «confirmam os números que se estão a registar noutras regiões».

Gratuidade ameaçada

Entre outras consequências, a privatização da rede de estabelecimentos de ensino pré-escolar pretendida pelo Governo levaria a que os pais fossem obrigados a pagar mensalidades, acabando com a gratuidade e impedindo milhares de crianças de frequentar creches e jardins de infância.

Este alerta foi lançado no dia 1 de Junho, numa iniciativa conjunta do SPGL e da Fenprof, com a CGTP e a União dos Sindicatos de Lisboa, que, na manhã do Dia Mundial da Criança, promoveram uma acção de esclarecimento e sensibilização na baixa lisboeta (iniciativas semelhantes decorreram noutras distritos).

Numa nota distribuída aos jornalistas, o SPGL recorda que

«a educação pré-escolar tem sido completamente menosprezada por este Governo, que, potentemente e num desrespeito total pelo quadro legal que define as suas responsabilidades, deixou que este sector da educação chegasse a uma situação de estrangulamento».

Em oposição às linhas contidas no decreto-lei do Governo, os educadores «exigem que o Estado assumira as responsabilidades que a lei lhe atribuiu».

Entre outras medidas que reclama do Governo, o SPGL refere:

- a publicação imediata das portarias de criação de jardins de infância, retida há vários anos;

- a implementação de apoios complementares ao seu funcionamento e que permitam regimes de atendimento adequados a cada comunidade;

- o alargamento da rede pública de jardins de infância;

- programas de formação contínua para os educadores de infância e pessoal auxiliar;

- respeito pelo Estatuto da Carreira Docente e Estatuto remuneratório dos educadores.

Entre as acções desenvolvidas pelo SPGL e demais sindicatos da Fenprof conta-se a recolha de apoios a um abaixo-assinado que rejeita a política actual e exige a generalização da rede pública da educação pré-escolar.

Cogumelos no Montemuro

A propósito da greve e da acção de sensibilização, o Sindicato dos Professores da

Região Centro retomou um comentário feito a propósito de declarações da ministra da Educação (que em Abril manifestou a esperança de que os jardins de infância nasçam como cogumelos na serra do Montemuro).

Afirma o SPRC, contestando a opção política do Governo: «Em muitas regiões do interior do País, as crianças ficarão simplesmente impedidas de frequentar a educação pré-escolar, exactamente porque a generalidade dos pais não está em condições de contribuir financeiramente para o funcionamento dos jardins de infância. Hoje, os educadores de infância realizam um importante trabalho de sensibilização das famílias para que as crianças das zonas do interior rural frequentem o jardim de infância. Este trabalho nem sempre tem sucesso... imagine-se o que acontecerá quando (e se) alguma instituição privada decidir abrir jardins de infância, por exemplo, em plena serra do Montemuro».

«De facto, ninguém acredita que instituições privadas ou de solidariedade social estejam interessadas em assegurar a oferta de educação pré-escolar em regiões onde os recursos das famílias são escandalosamente reduzidos em resultado da política económica e social dos últimos governos», defende o SPRC, concluindo que «fica cada vez mais clara a necessidade de outra política, que encare a educação como um importante serviço público, que valorize a escola e dignifique a profissão docente».

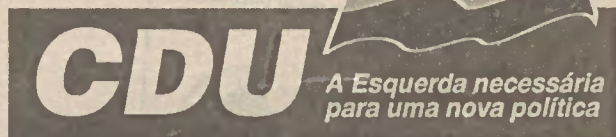
Médicos em congresso

A política governamental de alienação dos serviços públicos de saúde e redução das responsabilidades do Estado nesta área, em favor de grupos económicos privados, mereceu clara condenação no 3º Congresso da Federação Nacional dos Médicos, que reuniu no passado sábado, em Lisboa, representantes dos sindicatos do

Norte, da Zona Sul e da Zona Centro. Entre os objectivos gerais do programa de acção aprovado pela FNAM figuram ainda a defesa da dignidade profissional e de carreiras médicas dignas, atractivas e dotadas de autonomia e de independência técnica e científica, a exigência de uma política salarial justa, a revogação da lei de Gestão Hospitalar, do regime de instalação das ARSs e dos regulamentos de concursos de habilitação e provimento, e a actualização dos quadros médicos dos serviços públicos de saúde.

A par do programa de acção e da eleição dos corpos gerentes da federação, o Congresso analisou ainda as carreiras médicas e as saídas profissionais para os mais jovens, exigindo o fim das formas precárias e ilegais de contratação e alertando para o perigo do desemprego médico.





CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



Os candidatos da CDU

No prosseguimento da divulgação que temos vindo a fazer dos candidatos da CDU, publicamos hoje as listas apresentadas pelos distritos de Viana do Castelo e de Faro.

À medida que outras listas forem sendo apresentadas, e nos limites impostos pelas possibilidades do nosso jornal, traremos a público os restantes candidatos da CDU pelos diferentes círculos eleitorais.

Viana do Castelo

José Honório Novo
44 anos.

Licenciado em Engenharia Electrónica.
É actualmente deputado do Parlamento Europeu.
Professor efectivo, da Escola Secundária Infante D. Henrique (Porto).
É membro do Conselho Regional da Organização Regional do Porto do PCP.

Alberto Midões
39 anos.

Médico Cirurgião.
Eleito na Assembleia Municipal de Viana do Castelo, cuja lista encabeçou.
É membro da DORVIC do PCP.

António Gonçalves da Silva
55 anos.

Inspector Principal da Inspeção Geral de Educação.
Vereador na Câmara Municipal de Viana do Castelo, responsável pelo Pelouro da Educação.
Dirigente do Sindicato dos Inspectores.
Membro da DORVIC e suplentes do Comité Central do PCP.

Augusto Cândido Ranha
42 anos.

Professor do Ensino Secundário.
Presidente do Conselho Directivo da Escola Secundária de Monserrate.
Membro da Direcção Regional do Sindicato dos Professores do Norte e do Conselho Nacional da FENPROF.
Membro do Conselho Nacional do Partido Ecologista OS VERDES.

Carlos Alberto Carmo
39 anos.

Chefe do Serviço de Produção dos ENVC.
Foi Delegado Sindical e membro da Comissão de Trabalhadores durante 2 mandatos.
É militante do PCP.

Fernando Gonçalves da Silva
43 anos.

Metalúrgico.
Coordenador da União dos Sindicatos de Viana do Castelo.
É membro do Conselho Nacional da CGTP.
É membro da DORVIC do PCP.

SUPLENTES

Manuel Lopes Afonso
54 anos.

Professor do Ensino Secundário.
É membro do Conselho Regional da DORVIC do PCP.

Virgínia Gonçalves Barbosa
36 anos.

Advogada.
É vice-presidente do Aero-Clube do CEVAL.
É subdirectora do jornal Notícias de Valença.
É membro da DORVIC do PCP.

Algarve

Carlos Luís Figueira
50 anos. Casado. 3 filhos. Residente em Faro.

Membro do PCP desde 1964. Funcionário do PCP desde 1968.
Membro da Assembleia Municipal de Faro.
Membro do Executivo e do Secretariado da DOR do Algarve, sendo actualmente responsável da respectiva organização.
Membro da Comissão Política do Comité Central do PCP.

António Boronha
46 anos. Casado. Natural e residente em Faro.

Empresário.
Director-Geral da INDAL e sócio gerente das empresas FAREXPORT, FARINA e MONTERREI.
1º Presidente do NERA (Núcleo Empresarial do Algarve), do qual é Presidente da Assembleia Geral.
Dirigente da Associação Industrial Portuguesa e membro do INEC (Ass. Europeia dos Industriais de Gomas de Alfarroba).

Membro das Câmara de Comércio Portugal-Espanha, Portugal-Estados Unidos da América e Portugal-Holanda.
Membro da Assembleia Municipal de Faro eleito pelo PT em 1993.
Candidato independente.

Carlos Manuel Boto

38 anos. Casado. 2 filhos. Natural e residente em Lagoa.
Empregado bancário.
Membro da DORAL do PCP.
Vogal Permanente da Comissão Executiva da Região de Turismo do Algarve.

João Goulão

41 anos. Casado. 3 filhos. Residente em Faro.
Médico pela Faculdade de Medicina de Lisboa.
Membro da DORAL do PCP.
Director Regional do Sul do Serviço de Prevenção e Tratamento das Toxicodependências.
Vereadores pela CDU na Câmara Municipal de Faro.

José de Deus

40 anos. Casado. 1 filho. Residente em Vila do Bispo.
Professor.
Dirigente associativo.
Presidente da Câmara Municipal de Vila do Bispo de 1985 e 1993.

Marco António Jóiá

22 anos. Natural e residente em Silves.
Estudante universitário.
Membro da JCP e do PCP.

Lurdes Guerreiro

45 anos. Casada. 1 filha. Natural de Loulé, residente em Faro.
Médica.
Membro da Comissão Concelhia de Faro do PCP.
Dirigente do Sindicato dos Médicos do Sul e do Conselho Regional da União dos Sindicatos do Algarve.

Orlando Chaço

34 anos.
Jurista.
Membro da Comissão Executiva e do Conselho Nacional do Partido Ecologista «Os Verdes».

SUPLENTES

Maria Celina Leal

58 anos.
Licenciada em Filologia Germânicas pela Universidade de Coimbra.
Membro da Intervenção Democrática.
Professora de Inglês e Português em várias escolas.
É professora em Portimão.
Orientadora pedagógica do distrito de Faro.
Faz parte do um Grupo de Apoio a Toxicodependentes em Portimão.

José Cruz

48 anos. Casado. 2 filhos. Natural e residente em Vila Real Santo António.
Empregado bancário.
Membro da DORAL do PCP.
Adjunto do Presidente da Câmara Municipal de Vila Real Santo António.

José Mendes Morais

45 anos. Casado. 2 filhas. Residente em Faro.
Advogado.
Membro da DORAL do PCP.
Ex-oficial superior da Marinha. Pertenceu à Assembleia do MFA.

João Paulo Sousa

24 anos. Natural e residente em Olhão.
Membro da JCP e do PCP.
Trabalhador estudante. Estuda na Universidade do Algarve.
Disc-Jockey em várias discotecas da Região. Trabalha na H2O.
Colaborador de diversas rádios regionais.

Eurico Antunes

60 anos. Casado. 3 filhos. Reside em Loulé.
Engenheiro Civil.
Membro do PCP.
Dirigente cooperativo.

Évora Encontro distrital prepara campanha

Os oito candidatos da CDU pelo círculo eleitoral de Évora foram apresentados à população no passado sábado, num encontro distrital da Coligação, em que participaram cerca de duzentas pessoas, e em que se apontou como objectivo tornar a CDU a força política mais votada do distrito.

A apresentação dos candidatos esteve a cargo do mandatário distrital da CDU, Abílio Fernandes, que salientou o facto de os mesmos exercerem a sua actividade profissional no distrito e desempenharem várias actividades sociais, culturais e políticas, pelo que conhecem e vivem os problemas e anseios da população. De referir que, dos candidatos apresentados, cinco são membros do PCP e três são independentes, sendo um proposto pelos "Verdes". A média etária dos candidatos, em que se inclui uma mulher, é de 38 anos.

Para além da apresentação dos candidatos, o encontro distrital de Évora da CDU - em que participaram o executivo da Direcção da Organização Regional de Évora (DOREV) do PCP, representantes do Partido Ecologista "Os Verdes", da JCP e independentes, bem como o mandatário da CDU, Abílio Fernandes, Raimundo Cabral, responsável pela

DOREV, e Domingos Abrantes, membro da Comissão Política do PCP - preencheu os seus trabalhos com a análise das propostas apresentadas tendo em vista a campanha eleitoral.

O camarada Raimundo Cabral, na intervenção de abertura, pôs a tónica na importância e necessidade de contacto directo com as populações, quer através de iniciativas porta-a-porta como em sessões e debates temáticos, tarefa prioritária nos cerca de quatro meses que medeiam até às eleições de Outubro.

Particularmente saudadas foram as intervenções do representante da JCP e do cabeça de lista pelo distrito, Lino de Carvalho. Quanto à JCP - a que nos últimos três meses aderiram mais de centena e meia de jovens - não parece faltar dinamismo: para o período de pré-campanha estão agendadas diversas iniciativas, incluindo, entre outras, uma festa realizada sábado, em

Vendas Novas, outra programada para Portel no próximo dia 10, e um jantar CDU, dia 22 de Junho, em Évora.

Lino de Carvalho, que encerrou o período de debate, centrou a sua intervenção em três aspectos fundamentais: o trabalho realizado pelos deputados comunistas e a obstrução feita pelo PS e pelo PSD aos diversos projectos apresentados pelo PCP na Assembleia da República; os dez pontos programáticos que a CDU apresenta ao distrito para a próxima legislatura; e a confiança num resultado eleitoral que permita à CDU vir a ser a força política mais votada e eleger dois deputados CDU pelo distrito de Évora.

No final dos trabalhos, interveio o camarada Domingos Abrantes, que fez o ponto da situação política, alertando em particular para os problemas do desemprego e segurança social, e as grandes responsabilidades que nesta matéria cabem ao Governo e à sua política. Domingos Abrantes sublinhou igualmente a ambiguidade do PS neste e noutros domínios, o que torna ainda mais necessário o reforço da votação da CDU e do grupo parlamentar do PCP para uma efectiva alternativa democrática.

... E também Viseu e Portalegre

Os encontros distritais da CDU de Viseu e de Portalegre, realizados no passado domingo, tiveram igualmente como objectivo apresentar as respectivas listas de candidatos às próximas eleições legislativas e as propostas da Coligação para a nova legislatura. As duas iniciativas, bastante participadas, contaram com as presenças, no caso de Viseu, de João Amaral, membro do CC do PCP, deputado na Assembleia da República e cabeça de lista da CDU pelo círculo do Porto, e, no caso de Portalegre, de Henrique Sousa, membro do Secretariado do CC do PCP.

Das conclusões do encontro de Viseu salienta-se a defesa da regionalização e a criação das regiões administrativas, bem como a exigência de uma política eficaz de combate ao desemprego, criação de novos empregos e aumento dos salários reais dos trabalhadores. Preocupados com a situação que se vive no distrito, os participantes no encontro pronunciaram-se por uma política participada pelas populações que aposte nas capacidades

locais, a nível da agricultura, da indústria e dos serviços, que apoie o comércio tradicional e crie condições para a sua modernização, uma política de desenvolvimento que tenha em conta o atraso económico, social e cultural de muitas das zonas interiores, única forma de contrariar com sucesso os perigos da desertificação. Para o distrito de Viseu, e para além das preocupações com a defesa do direito à saúde, à educação, de protecção social aos reformados e pensionistas, de condições de futuro para a juventude, a CDU propõe ainda a efectiva protecção e valorização do património natural, histórico e cultural da região, acompanhado do necessário esforço para o seu desenvolvimento turístico.

Já no que se refere a Portalegre, a tónica do encontro distrital da CDU foi posta na juventude e dinamismo da Coligação, que se apresenta ao eleitorado como uma alternativa a uma política que, a nível regional, mais não fez do que agravar fenómenos antigos de desertificação, abandono e

envelhecimento, acentuados pela crise instalada na agricultura e na indústria, pela insegurança e precariedade de emprego, pela falta de perspectivas de futuro.

Jovens são sem dúvida os candidatos da CDU: ao cabeça de lista, Luís Pargana, que conta apenas 27 anos, juntam-se mais cinco elementos, sendo a média etária de 33 anos. Não menos significativo é o facto de três dos seis candidatos serem mulheres.

O encontro, em que participaram 150 pessoas, transbordou de confiança. Há agora que meter mãos ao trabalho para atingir o objectivo proposto: eleger o deputado CDU por Portalegre. Como o próprio Luís Pargana afirmou, ao intervir no encontro, "só a candidatura CDU está em condições de garantir uma necessária aproximação entre os eleitores do distrito e os seus representantes na AR, dando voz aos seus anseios", contribuindo ao mesmo tempo para "a derrota da política de direita e para uma verdadeira alternativa democrática".

Presidente da Câmara de Nisa ilibado de todas as acusações

O presidente da Câmara Municipal de Nisa, José Manuel Basso, face ao anúncio de que o Tribunal Administrativo declarou a sua inocência em relação a hipotéticas ilegalidades, manifestou-se convicto de que existiram «motivos políticos» na origem do inquérito que lhe foi movido pela Inspeção-Geral da Administração do Território (IGAT).

O presidente da Câmara de Nisa falou em conferência de imprensa realizada na Casa do Alentejo, em Lisboa, para reposição da verdade e defesa do bom nome do autarca, na sequência do arquivamento do processo pelo IGAT e pelo Tribunal Administrativo do Circuito de Coimbra.

Os factos reportam-se a 26 de Julho de 1994, quando José Manuel Basso anunciou que passava a assegurar a gestão dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, Turismo e Termalismo (SMASSTT) até à designação, por parte da Câmara, de novo conselho de administração.

O motivo para essa medida deveu-se ao facto de o anterior conselho de administração ter cessado as respectivas funções na sequência da saída de um dos vogais, que apresentara renúncia do mandato de Vereador da Câmara e foi designado como adjunto do Gabinete de Apoio Pessoal do Presidente da Câmara.

No mês seguinte, em reunião de Câmara, foi deliberado solicitar a realização de um inquérito sobre o caso dos SMASSTT por o presidente ter alegadamente «ultrapassado as suas competências».

Na mesma reunião, o presidente foi acusado pela oposição de «ter exercido actividades profissionais nas Termas da Fadagosa, em Nisa, enquanto se encontrava em situação de baixa médica» e de «ter nomeado secretária do Gabinete de Apoio Pessoal ao Presidente a sua esposa».

No início de 1995, um inspector da IGAT esteve em Nisa para



Os problemas do desenvolvimento de uma região do interior, como Nisa, deveriam ocupar mais os vereadores da oposição que, segundo José Manuel Basso, tentam obstruir o trabalho do presidente da Câmara

investigar as acusações de que foi alvo o autarca, tendo proposto, no relatório, a perda de mandato do presidente da Câmara e de três vereadores.

Durante a conferência de imprensa, José Manuel Basso queixou-se do facto de, «em fase de instrução» do processo, ter sido divulgada a vários órgãos de comunicação social a sua iminente perda de mandato.

«A apreciação final da IGAT acabou por ser, face aos dados apurados, bem diferente da divulgado em fase anterior. O relatório final não deu razão a nenhuma das acusações apresentadas inicialmente pelos vereadores da oposição, bem como a acusações introduzidas no decurso do inquérito por parte do inspector», salientou.

O autarca afirmou ainda que «os vereadores da oposição continuam a obstruir o trabalho da Câmara de Nisa, quando deveriam ocupar-se a fazer alguma coisa pelo seu concelho».

Zona ribeirinha do Seixal O «POZOR ao contrário»

A Câmara Municipal do Seixal e a Administração do Porto de Lisboa assinaram segunda-feira um protocolo visando a valorização e requalificação da zona ribeirinha seixalense, anunciou a autarquia.

A integração e recuperação do património edificado e do património natural, a par do fomento do desenvolvimento económico e do bem-estar social na região são - sustenta a Câmara - os principais

objectivos do Plano de Valorização da Baía do Seixal (PVBS), abrangido por este protocolo.

O usufruto das condições naturais, através de vias ciclo-pédicas e pedonais, pequenos ancoradouros, equipamentos e espaços culturais, equipamentos de suporte a desportos náuticos, esplanadas, espaços de divertimento e recintos para feiras e exposições são outras estruturas que o protocolo tentará viabilizar.

O presidente da Câmara Municipal do Seixal referiu-se a este entendimento entre as duas entidades como um «POZOR ao contrário», com

protagonismo da Câmara Municipal, se bem que tal não «tire sentido, nem significado, nem força institucional ao Porto de Lisboa, que conosco quis partilhar este desenvolvimento que inevitavelmente se vai repercutir nas próximas décadas».

Eufrazio Filipe diria ainda estar confiante que «acontecerão outros acordos com o Porto de Lisboa, com outros agentes económicos e com o movimento associativo».

O PVBS será tema de uma exposição a realizar na Sociedade Timbre Seixalense em finais de Junho, por ocasião dos festejos de S. Pedro.

Quem defende as Grutas do Zambujal?

A responsabilidade da destruição das grutas do Zambujal cabe, no entender da Comissão Concelhia do PCP de Sesimbra, «em primeiro lugar aos governos e em segundo lugar aos proprietários, por negligência».

Numa nota do Gabinete de Imprensa daquela estrutura partidária, faz-se o historial do processo desde que em 16 de Junho de 1978 foram descobertas as grutas do Zambujal. «Logo se previu estarmos perante um achado de grande valor geológico, cultural e turístico», diz a nota que acrescenta: «passados aproximadamente 17 anos, ninguém contesta a sua importância, mas é possível avaliar quem tem defendido aquele património e quem tem contribuído para a sua destruição».

A estrutura concelhia do PCP diz que a Câmara de Sesimbra e o seu presidente têm assumido desde sempre a defesa das grutas, com diversas acções e iniciativas, desde requisição da GNR, exposições a ministros, reuniões, etc.

Do lado do Governo nunca se aplicou o decreto-lei 140/79 que considera a área da gruta «um sítio classificado com interesse espeleológico» e que obrigava a que num espaço de seis meses fosse publicado o regulamento do sistema de defesa das grutas. Até hoje nada foi feito.

Por outro lado, os proprietários nada têm feito, deixando as grutas à mercê de vândalos.

A Comissão Concelhia do PCP reivindica a aprovação do regulamento referido, a tomada de medidas pelo Governo para que o funcionamento de uma pedreira próxima não afecte as grutas, colocação de sismógrafos para avaliar tal impacto, estudo do actual estado das grutas, exploração em busca de novas galerias e responsabilização dos proprietários pela sua preservação.

CNA quer confirmar apoios por causa da seca e geadas

A Confederação Nacional da Agricultura, CNA, solicitou às autoridades nacionais que proporcionassem um encontro com o Comissário Europeu da Agricultura e Desenvolvimento que ontem tinha uma visita agenda-da ao nosso país.

Os dirigentes da Confederação desejavam dar a conhecer ao Comissário René Steichen as propostas e reclamações da CNA perante a situação dos prejuízos resultantes da seca e geadas que assolaram Portugal.

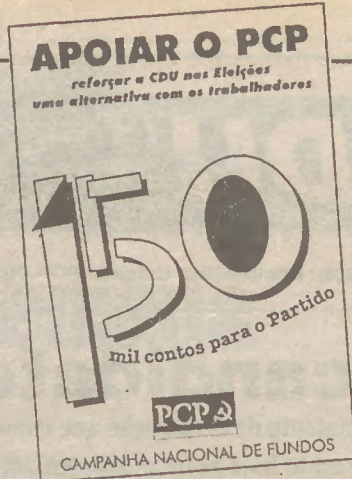
Até à hora de fecho desta edição do «Avante!» desconhecíamos se tal encontro se efectuou. No entanto, a CNA, em comunicado, dissera já que esperava que o Comissário Europeu «não se desloque apenas a uma ou duas grandes herdades no Alentejo» e que esperava o cumprimento da «Resolução Comum» do Parlamento Europeu sobre o problema.

Tal resolução, aprovada no passado dia 17 de Maio, fora considerada pela CNA como «muito positiva» e aborda os apoios

comunitários para minorar os prejuízos da seca e da geada. Apresentada em conjunto pelos euro-deputados portugueses, de diversos grupos políticos e até de várias nacionalidades, nela solicita-se à Comissão Europeia e ao Conselho Agrícola da União «que disponibilizem meios para auxílios de emergência para aplicação imediata» e se adianta que «a dimensão dos danos já verificados e previstos leva à necessidade de disponibilização urgente de, pelo menos, 30 milhões de contos».

A CNA diz em comunicado que compete ao Governo português «não desaproveitar este importante apoio do PE» e volta a reclamar a atribuição equitativa de indemnizações a fundo perdido «como a mais justa e indispensável das medidas a tomar».

Entretanto, a CNA solidarizou-se e apoiou activamente os agricultores vítimas das geadas que se concentraram no domingo no Largo da Câmara de Moimenta da Beira.



Campanha Nacional de Fundos do PCP Aumento do número de iniciativas

Um aumento do número e ritmo de iniciativas efectuadas no âmbito da Campanha Nacional de Fundos, promovida pelo PCP, é previsível depois do anúncio feito pelo «Avante!» de ela ter atingido cinquenta mil e 120 contos, ou seja, mais de um terço do objectivo final ao fim de apenas três meses e meio após o arranque. Um resultado que indica as boas condições que existem de receptividade à iniciativa do Partido e a boa resposta das organizações partidárias ao apelo de desenvolverem iniciativas para que, rapidamente e, se possível, ainda antes do fim da Campanha, se atinjam ou ultrapassem os objectivos anteriormente definidos.

A Campanha Nacional de Fundos foi lançada pelo PCP com o objectivo de angariar 150 mil contos que o ajudem a fazer face às despesas das batalhas políticas que se avizinhnam. Os materiais centrais que fazem o suporte desta Campanha Nacional de Fundos incluem cupões que representam contribuições de 500, mil, cinco mil, dez mil escudos e 50 contos; listas para recolha de fundos; um folheto; o referido cartaz e uma carta-apelo assinada pela Comissão Nacional da Campanha onde se explicam as razões da sua realização.

Foi aberta uma conta bancária onde também podem ser depositadas as contribuições para a Campanha Nacional de Fundos do PCP. Trata-se de uma medida que permite oferecer um novo meio a todos os que queiram participar nesta Campanha, complementando os outros atrás referidos.

Os depósitos destinados a esta conta deverão ser feitos na Caixa Geral de Depósitos, dirigidos à Agência do Rego (Lisboa) com o número 0680/002022431. Refira-se que as contribuições que entrem nesta conta serão imputadas às Organizações Regionais da área de origem do depósito, pelo que não se verificará qualquer prejuízo para a contabilização dos níveis de concretização de objectivos dessas regiões.

Actualizar quotas

Para além da vertente contributiva pontual esta campanha tem igualmente outro plano de actuação: a actualização e aumento das quotizações dos militantes do Partido.

As quotas são pois uma área da Campanha que devem ser encaradas de modo combinado, do ponto de vista financeiro e organizativo, por parte das organizações que devem definir objectivos quanto à elevação do volume de quotizações a recolher este ano, quanto ao número de militantes a pagar quota e quanto à elevação da quota média recolhida.

Há que examinar medidas concretas para a realização desta componente da Campanha Nacional de Fundos e para a avaliação do seu andamento (trimestral quanto às quotizações e mensal quanto às contribuições).

Idade de Reforma Emigrantes discriminados

Com a entrada em vigor da regulamentação comunitária respeitante à idade de reforma, milhares de cidadãos comunitários a trabalhar fora do seu país de origem, como é o caso de muitos portugueses, ficaram discriminados, "perdendo" anos de trabalho que não são contabilizados para o direito à reforma.

A idade de reforma não é igual em todos os países comunitários. Enquanto em Portugal um trabalhador só se pode reformar aos 65 anos, em França, por exemplo, todo o indivíduo pode requerer uma pensão de reforma a partir dos 60 anos, desde que reúna 37 anos e 6 meses de actividade assalariada.

Até Junho de 1994, data em

que o governo francês passou a aplicar a regulamentação comunitária sobre a matéria, o regime de segurança social francês procedia à contabilização de períodos de trabalho exercidos pelos emigrantes nos seus países de origem, de modo a proporcionar a atribuição da pensão de reforma aos 60 anos. "Graças" à regulamentação agora em vigor, deixou de pro-

ceder dessa forma, o que se traduz numa efectiva penalização de trabalhadores emigrantes como os portugueses.

O eurodeputado Sérgio Ribeiro levou já o caso à Comissão, sob a forma de pergunta escrita. Faz notar o deputado que "um emigrante português que trabalhou 15 anos em Portugal (regime geral com direito a pensão estatutária) e que trabalhou em seguida 22 anos e 6 meses em França, deixou de poder solicitar uma pensão de reforma junto da caixa francesa na idade dos 60 anos, sendo obrigado portanto a trabalhar mais 5 anos (aos 65 anos poderá

fazer o pedido de reforma qualquer que seja o número de anos de actividade), visto ser aos 65 anos que tanto em França como em Portugal poderá enfim fazer valer o seu direito à reforma".

Não é preciso grande argumentação para se perceber a injustiça da situação. Perguntase, então, o que pensa fazer a Comissão Europeia para "corrigir esta orientação que discrimina milhares de cidadãos comunitários a trabalhar fora do seu país de origem".

Num momento em que tanto se fala de coesão, o mínimo que se pode esperar é que a resposta seja célere.

Ajuda à agricultura Uma resposta sem nada de novo

"A Comissão presta uma atenção muito especial às situações de catástrofe natural nos diversos Estados-membros" - quem o afirma é o comissário Franz Fischler, em nome da própria Comissão Europeia, em resposta a uma pergunta do deputado Joaquim Miranda sobre medidas específicas a implementar para ajudar os agricultores portugueses a fazer face aos prejuízos causados pela seca e geada que afectaram o país.

Trata-se de uma resposta generalista que, nada dizendo, deixa em aberto a possibilidade de querer dizer qualquer coisa. Com efeito, reportando-se ao caso português, o comissário refere que "a aprovação, no contexto do quadro comunitário de apoio (QCA), dos programas operacionais 'intempéries Outono/Inverno' e 'seca 1992' constitui a resposta da Comissão a problemas idênticos". O que poderá significar que as tais medidas a serem implementadas, se o

forem, terão de esperar, apesar de o Parlamento Europeu se ter recentemente pronunciado a favor de uma intervenção urgente e, não menos importante, **desburocratizada**.

Segundo o comissário Fischler, no que se refere à situação atravessada pela agricultura portuguesa, "a Comissão e Portugal examinam actualmente, no âmbito das disponibilidades financeiras do QCA 1994/99, as medidas mais adequadas para obviar aos efeitos negativos" das catástrofes que

afectaram o país. Tendo em conta o tempo já decorrido, o mínimo que se pode dizer é que o referido exame pode ter todos os requisitos, menos o da urgência, com a agravante de que, em exame, está o clássico "tira daqui para pôr ali", o que não se pode considerar uma grande ajuda. Não sendo o QCA inesgotável e não estando nele previstas medidas para atender às catástrofes naturais recentes, fácil se torna concluir que alguma rúbrica, ou mesmo várias, vão ser desfalcadas.

Encontro Luso-Espanhol debate recursos hídricos

O Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica do Parlamento Europeu promove, nos próximos dias 16 e 17 de Junho, em Portalegre, um encontro hispano-português sobre a situação nos rios ibéricos.

A iniciativa, cujo objectivo é debater a problemática dos rios comuns aos dois países e os planos de bacia e hidrológicos nacionais, dá continuação a outra levada a efeito em Toledo, no passado mês de Abril, com idênticos objectivos. Tal como no primeiro encontro, participam neste debate deputados, especialistas portugueses e espanhóis, autarcas e outros interessados na matéria.

O encontro, a realizar na sala polivalente do Centro de Juventude de Portalegre, inicia os seus trabalhos no dia 16, às 17.30h, com o balanço das iniciativas anteriores; no sábado; a parte da manhã é dedicada ao tema "A gestão da água numa situação e tendência de escassez"; na parte da tarde, em análise estará o caso dos "Rios plurinacionais Portugal/Espanha - continuidade de acções".

De referir que a escolha de Portalegre para sede do evento não é ocasional, antes deriva do facto de aquele distrito ser o único do país que é atravessado, simultaneamente, pelos dois principais rios ibéricos, o Tejo e o Guadiana.

Regulamento do Pronorte Aplicar primeiro, examinar depois

A Comissão Europeia só agora está a examinar o regulamento do programa Pronorte, de que apenas tomou conhecimento na reunião do comité de acompanhamento realizada no Porto em 11 de Maio último. A informação, fornecida em resposta a uma questão do deputado Honório Novo, é curiosa, sobretudo tendo em conta que o regulamento em análise, cuja versão inicial foi alterada, já foi aplicado para a selecção das candidaturas ao referido programa.

Recorda-se que, de acordo com a primeira versão do regulamento do Pronorte, 60 por cento das verbas nele inscritas deveriam destinar-se às 18 cidades consideradas médias da Região Norte de Portugal, as quais, para se poderem candidatar, deveriam ter aprovado o respectivo Plano Estratégico. Posteriormente, alterações ao regulamento levaram a que as grandes concentrações urbanas ficassem beneficiadas, recebendo mais verbas do programa quem já recebe mais verbas do Governo, pelo que as referidas cidades médias poderiam vir a ser privadas de cerca de 10 milhões de contos do financiamento global previsto no Pronorte. Particularmente prejudicada com tais alterações, segundo Honório Novo, será a cidade de Viana do Castelo.

Questionada sobre a matéria, tendo em conta que, a serem aceites as alterações, será afectado o princípio político de promover o desenvolvimento de pólos regionais que contrariem a excessiva concentração urbana, a Comissão reafirma "o interesse que atribui à definição de uma estratégia de desenvolvimento das cidades médias em Portugal, que possa contribuir para diminuir os efeitos negativos da excessiva concentração urbana nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto", mas sobre o regulamento do Pronorte não se pronuncia. Não o poderia fazer, de resto, uma vez que só tardiamente dele teve conhecimento (feitas que estão as candidaturas), limitando-se a afirmar que "está actualmente a examinar esses documentos".

Como para acalmar qualquer má consciência, a Comissão garante que as autoridades portuguesas partilham dos seus pontos de vista quanto ao desenvolvimento das cidades médias, e que estarão previstas outras medidas de apoio no âmbito de outros programas do Quadro Comunitário de Apoio. Postas as coisas neste pé, é de recear que o Pronorte leve desaminado, na nossa bem conhecida senda da demagogia eleitoral. Enquanto a Comissão examina o regulamento, naturalmente,

Um curso agitado com final (quase) feliz

As alunas e tarefeiras do Curso de Confeção e Modelagem de Antuérpia (Programa Operacional que funcionou naquela cidade de Maio de 1992 a Junho de 1994), viveram recentemente uma experiência singular. A exemplo de tantos outros formandos, dos mais diversos cursos de formação, viram os subsídios que lhes eram devidos ficarem cada vez mais em atraso. No final de 1993 a situação já era difícil, e o ano de 94 não prometia melhoras. Foi aí que entrou em cena a representação do PCP no Parlamento Europeu, através do eurodeputado Sérgio Ribeiro e de Martins Coelho. As diligências desenvolvidas deram

frutos: no passado dia 24 de Maio, as alunas e tarefeiras receberam finalmente os subsídios em atraso de 1 de Dezembro de 93 a 26 de Junho de 94.

Um caso com final (quase) feliz, este, que levou as interessadas a agradecer aos nossos camaradas "toda a simpatia, compreensão, profissionalismo e empenho pessoal de que deram largas provas", e por seu intermédio "também ao Partido Comunista Português".

O "quase" justifica-se, no entanto, porque em falta estão ainda os certificados de frequência do Curso, prometidos inicialmente para Abril, depois para Maio, e agora previstos para Setembro. Desconhecem-se as razões de tanta demora, mas como as próprias interessadas afirmam, o simples facto de haver uma promessa "já é um progresso real", dado que anteriormente "nem sequer se falava" na atribuição de certificados.

É sem dúvida lamentável que casos destes ocorram, quando o que seria legítimo esperar das autoridades é que fizessem cumprir atempadamente as regras que elas próprias impõem e, o que é ainda mais grave, não se cansam de publicitar como parte de uma política dita de sucesso. Que o pagamento de subsídios devidos e a atribuição de certificados se arraste durante anos, obrigando à intervenção de eurodeputados mais atentos e preocupados com os cidadãos, não dignifica certamente o Governo nem o país.

Para os comunistas, não se trata naturalmente de colher louros, mas de contribuir para que a mais elementar justiça seja feita. Assim o entenderam as alunas e tarefeiras deste Curso, que entenderam por bem passar a escrito o seu agradecimento e apreço pela disponibilidade e ajuda recebidas.

AGRADECIMENTO

As alunas e tarefeiras do CURSO DE CONFECÇÃO E MODELAGEM DE ANTUÉPIA, Programa Operacional nº 9 que funcionou nesta cidade de 4/5/92 a 29/6/94 vem pela presente agradecer aos Ex. mos Senhores MARTINS COELHO e Deputado Europeu Dr. SÉRGIO RIBEIRO toda a simpatia, compreensão, profissionalismo e empenho pessoal, de que deram largas provas, e pela via deles também ao Partido Comunista Português.

Graças a vós, e unicamente a vós, os subsídios em atraso de 1 de Dezembro 93 a 29/6/94 foram finalmente pagos em 24/5/95.

Restam os certificados de frequência do Curso, prometidos para Abril, depois para Maio, estão agora previstos para Setembro. Como antes nos sequer se falava, há também um progresso real.

Aproveitando esta nossa reunião de 31 de Maio, queremos, Sr. Dr. MARTINS COELHO e Dr. SÉRGIO RIBEIRO manifestar-vos por escrito a nossa satisfação, apreço e simpatia e mais uma vez agradecer tudo o que fizeram por nós.

O Coordenador benévolo M. Augusto, testemunha activa de tudo, partilha os sentimentos das alunas e agradece a simpatia, disponibilidade e ajuda que sempre lhe foi dispensada, apesar das limitações de tempo.

Um abraço MUITO OBRIGADO E SEM RAJAM

Ana P. Cedeiroiro Nobre
Alice C.B. Fidalgo Pinheiro
Célia M. da Silva Pinheiro
Mariana de J. Petronillo
Marta T. Franco Oliveira
Josefa G. Patrício Carvalho
Marta J.D. Amado
Ida S. P. Marques
Marta L.G. Franco
Silvana M.A. Bus
Manoel Augusto

OIT em África

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Governo da África do Sul assinaram domingo um acordo prevendo a abertura de uma delegação da OIT em Pretória, que será também responsável pelas actividades da OIT no Botswana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia. Num comunicado divulgado a propósito, o director-geral da organização, Michel Hansenne, co-signatário do acordo pela OIT, afirma que a iniciativa testemunha "o envolvimento da OIT em África e a sua determinação em ajudar a reforçar as instituições democráticas e a promoção do pluralismo na África do Sul libertada do apartheid". Do lado sul-africano, o acordo foi assinado pelo ministro do Trabalho, Tito Mboweni. Recorda-se que a África do Sul regressou à OIT em Junho de 1994, pondo termo a 30 anos de ausência da organização, que esteve "na primeira linha do combate contra o apartheid", refere o documento.

Argélia

Uma missão do Conselho de Segurança das Nações Unidas encarregada de relançar a organização do referendo de autodeterminação para o Saara Ocidental chegou segunda-feira a Argel, anunciou fonte oficial. A delegação, de cinco membros, é liderada por Legwaila Legwaila, do Botswana, que já se reuniu com o titular da pasta dos Negócios Estrangeiros da Argélia, Mohamed-Salah Dembri. Segundo Dembri, citado pela agência Lusa, a missão vai "estudar com as duas partes em conflito, Marrocos e Frente Polisário, as modalidades de verificação do plano aprovado para solucionar o problema saaraui". O chefe da diplomacia argelina exprimiu ainda à delegação da ONU a "disposição" do seu país em "trabalhar para a paz e a estabilidade na região". A delegação da ONU deverá contactar igualmente com os líderes da Frente Polisário antes de regressar a El Ayoun, sede da missão das Nações Unidas para o referendo no saara ocidental (Minurso). Marrocos e a Polisário, que disputam desde 1975 a ex-colónia espanhola, observam um cessar-fogo desde Setembro de 1991.

Poluição

Os ministros do Ambiente de 10 estados federados alemães governados pelos sociais-democratas e de Bade-Wurtemberg decidiram no início da semana, em Kassel, tomar medidas drásticas contra a poluição automóvel. De acordo com a Lusa, as medidas ultrapassam em muito as já encaradas pelo governo federal com vista a limitar a concentração do ozono na atmosfera durante o Verão.

Igualdade de direitos, o aborto, condenação da violência contra as mulheres, abolição da pena de morte e a liberdade de iniciativa são temas que as mulheres sul-africanas propõem que estejam presentes na nova Constituição da África do Sul. Numa sessão, no passado domingo, para recolher contributos para a nova Lei Fundamental do país, as mulheres reivindicaram ainda a adopção de uma linguagem mais forte e mais específica para a protecção dos seus direitos.

Nos últimos meses, os legisladores sul-africanos têm recebido muitas propostas dos cidadãos para a nova Constituição, fruto das inúmeras conferências que têm promovido em todo o país.

África do Sul

Mulheres querem direitos na nova Constituição

«Ter a possibilidade de escrever a sua própria Constituição é um privilégio que pouca gente no Mundo teve. Apesar da nossa história de opressão e conflito, gozaremos esse privilégio», declarou recentemente o presidente da Assembleia Constitucional, Cyril Ramaphosa, segundo foi noticiado pela Lusa.

A Constituição Interina, em vigor há mais de um ano e que conduziu o país às primeiras eleições multirraciais, elimina a discriminação com base na «raça, género, sexo, origem étnica ou social, cor, orientação sexual, idade, incapacidade, religião, consciência, crença, cultura ou língua». Esta irá ser substituída pela nova Constituição, que deverá estar concluída em Maio de 1996.

Polícias detidos

Outra expressão das modificações que estão a ser operadas na África do Sul é o prosseguimento das investigações sobre alegados esquadrões da morte. Na passada segunda-feira, foi detido um segundo oficial da polícia sul-africana por ligação a 13 assassinios na ex-província do Natal e por suposto envolvimento em confrontos entre partidários do Partido Inkatha da Liberdade e do Congresso Nacional Africano.

Já no dia 31 de Maio, a mesma equipa prendeu um coronel da polícia, suspeito de envolvimento em dez assassinios no fim da década de 80.

As investigações sobre alegados esquadrões da morte prosseguem, sendo de esperar novas detecções.



Movimento ZLAN contra a corrida ao armamento

No passado fim-de-semana, realizou-se o VII Encontro Nacional da Associação «Municípios pela Paz, Ambiente e Cooperação - Movimento ZLAN», em que participaram representantes de 25 autarquias e de diversas organizações, entre as quais a CGTP, a CPPC, a ALLOC e a AMI. No local onde decorreu o encontro, esteve patente uma exposição fotográfica dedicada ao 50º Aniversário do Fim da II Guerra Mundial e da Derrota do Nazi-Fascismo.

No que se refere aos problemas da Paz e à evolução da situação política internacional, os participantes do Encontro concluíram que se verifica uma «tendência perigosa para o agravamento dos conflitos militares, que se acentua a corrida aos armamentos e que se privilegia a lógica militar relativamente às opções políticas». Os participantes destacaram sobretudo o facto de os gastos bélicos serem desviados das verbas de construção de escolas, hospitais, estradas, melhoria nas redes de elec-

tricidade, água e esgotos, bem como de medidas contra muitos problemas como o desemprego, a fome, a droga, manifestações neonazis e xenófobas, seca ou desertificação.

No âmbito do debate sobre questões relacionadas com o Ambiente, deu-se particular atenção à água e à inexistência de um plano hidrológico nacional. Quanto à desertificação, foi decidido que o Município de Beja, juntamente com outros municípios do Alentejo, Nordeste Transmontano e Beira Interior, irá analisar a situação e a possibilidade de se virem a realizar cooperações com a ONU e a União Europeia, com vista à aplicação da Convenção Internacional sobre a Desertificação em Portugal.

Durante a reunião, foram ainda assinalados problemas relativos à preservação do património histórico-cultural e à tolerância e segurança das populações.

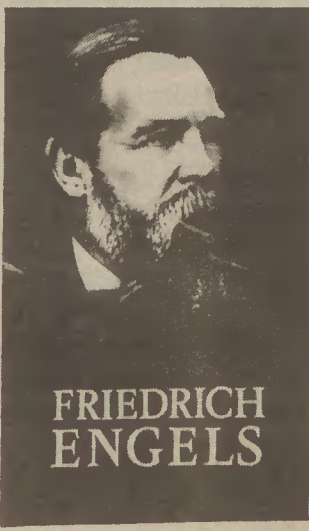
Os participantes do encontro decidiram associar-se à



evocação que assinalará, em todo o mundo, o 50º aniversário do lançamento das bombas atómicas sobre Hiroshima e Nagasaki, para além de contribuir para a constituição de uma comissão nacional para a comemoração do aniversário da fundação das Nações Unidas. Aproveitando a oportunidade, o Movimento ZLAN irá promover um amplo debate sobre o papel e o futuro desta organização.

Encontro PCP/DKP

O Secretário-Geral do PCP, camarada Carlos Carvalho, recebeu uma delegação do Partido Comunista Alemão (DKP), constituída por Heinz Stehr, Porta-Voz Nacional do DKP, Bruni Steiniger, membro do Secretariado da Direcção Nacional, e Klaus Steiniger, responsável distrital do DKP de Berlim Oriental. No encontro, participaram também Albano Nunes, membro do Secretariado do CC, e Domingos Lopes, membro do CC. Foram trocadas informações e opiniões sobre a situação nos respectivos países e a actividade dos dois Partidos e afirmada a necessidade de desenvolver as relações de amizade entre o PCP e o DKP.



FRIEDRICH
ENGELS

Biografia de Friedrich Engels

A elaboração de uma biografia científica de Friedrich Engels — genial pensador e lutador político, revolucionário convicto e destemido — é uma tarefa muito complexa. Contar a vida de Engels é contar a história gloriosa da luta da classe operária contra o capital, desde as primeiras acções do proletariado, dispersas e muitas vezes ainda espontâneas, até à sua transformação numa poderosa força política.

França quer retomar testes nucleares

A França, de acordo com declarações do ministro da Defesa, Charles Millon, na passada terça-feira, pode retomar a realização de testes nucleares. A decisão, a ser tomada pelo novo Presidente francês, Jacques Chirac, conta já com o parecer de um grupo de trabalho dirigido pelo chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, Almirante Jacques Lanxade, que se manifestou favorável ao reinício dos testes.

Segundo escreve o jornal "Libération", "os testes nucleares interrompidos em Abril de 1992 por François Mitterrand (então Presidente) deverão recomeçar em Mururoa e depressa! Tal é a conclusão do grupo de especialistas reunidos em volta do Almirante Lanxade, a pedido de Jacques Chirac (Presidente)".

Comentando estas afirmações na rádio "France-Inter", o Ministro acrescentou: o "relató-

rio do Almirante Lanxade foi feito a pedido do antigo Presidente da República (François Mitterrand) e conclui, creio, na necessidade de se retomarem os ensaios nucleares se se pretender garantir a eficácia e a segurança do arsenal nuclear francês".

Segundo o "Libération", para "facilitar" a decisão do chefe de Estado, "os especialistas aceitaram limitar a menos de uma dezena o número de ensaios pedidos".

Recorda-se que, na sua declaração de política geral na Assembleia Nacional, em 23 de Maio, o Primeiro-Ministro, Alain Juppé, afirmou que o governo forneceria "rapidamente" elementos susceptíveis de permitir ao Presidente, Jacques Chirac, decidir sobre o reinício ou não dos testes nucleares.

O nosso dever - disse Juppé - é garantir a credibilidade e eficácia da nossa dissuasão em todas as circunstâncias, conservando, no entanto, o objectivo de conclusão de um tratado de proibição de ensaios no final de 1996".

Não há dúvida de que, para muitos "defensores" do desarmamento nuclear, as armas são más quando estão nas mãos dos outros.

Greenpeace prepara acções de protesto

As afirmações do ministro da Defesa, Charles Millon, provocaram imediata reacção do movimento ecologista Greenpeace, que anunciou terça-feira o lançamento de uma nova campanha contra os ensaios nucleares. Para apoiar a campanha, o "Rainbow Warrior II" navegará, no dia 13, para Mururoa, Polinésia Francesa, perto da zona de ensaios nucleares franceses.

Em conferência de imprensa, a directora executiva do Greenpeace-França, Pénélope Komites, afirmou que "o recomeço dos ensaios nucleares, mesmo que de curta duração, atentará contra a reputação da França, não apenas por causa das esperanças suscitadas pela moratória

de Abril de 1992, mas também por causa dos compromissos assumidos pela França na conferência do Tratado de não-proliferação (TNP), em Nova Iorque".

Na opinião do Greenpeace, o recomeço dos ensaios constituiria "uma verdadeira provocação e suscitaria sérias interrogações quanto à sinceridade do empenhamento francês a favor da não-proliferação e do desarmamento, arriscando-se a comprometer a conclusão de um tratado de interdição total dos ensaios" em finais de 1996, na prevista conferência sobre o desarmamento em Genebra.

Na "viagem de protesto" do Greenpeace participarão várias personalidades, entre as quais o bispo francês Jacques Gaillot, recentemente destituído do cargo pelo papa João Paulo II, e o líder polinésio Oscar Témaru.

Coreia do Norte

Conversações com EUA em compasso de espera

As conversações entre a Coreia do Norte e os Estados Unidos sobre a implementação do acordo nuclear assinado em Outubro passado correm o perigo de fracassar, se persistir o diálogo de surdos entre as partes. Antontem, a Coreia do Norte ordenou a retirada de dois dos seus negociadores, enquanto os norte-americanos continuam a pretender impor uma série de condições e a recusar todas as exigências norte-coreanas.

Segundo alguns comentadores, a decisão norte-coreana poderá constituir uma forma de pressão para levar Washington a aceitar as suas

exigências, já que cinco outros negociadores, incluindo o chefe da delegação, permanecem na capital da Malásia, Kuala Lumpur, onde

decorre desde 20 de Maio esta nova ronda de negociações.

A Coreia do Norte tem afirmado repetidamente que o seu programa nuclear tem fins pacíficos e considera esta ronda de negociações crucial para determinar o futuro daquele programa, congelado desde a assinatura do acordo com os Estados Unidos, a 21 de Outubro de 1994.

Os Estados Unidos, por seu turno, afirmam-se convencidos de que Pyongyang tem

desenvolvido um vasto arsenal nuclear.

O acordo com os Estados Unidos destina-se a reverter o programa nuclear norte-coreano, o que implicaria a substituição dos seus velhos reactores, alegadamente produtores de grandes quantidades de plutónio, essencial para o fabrico de armas nucleares, por dois reactores de água-leve. Na proposta norte-americana, seria a Coreia do Sul a fornecer os dois reactores, uma situação

que a Coreia do Norte não aceita, alegando questões de segurança, exigindo que sejam os Estados Unidos a fornecer os reactores.

Segundo notícia da Lusa, a Coreia do Norte aumentou segunda-feira a lista de exigências, insistindo agora que seja Washington a pagar todas as infra-estruturas ligadas à implementação do novo programa nuclear, incluindo as linhas de transporte de energia, o que custaria mais mil milhões de dólares.

Cimeira de Cannes

A Europa em marcha lenta

O Conselho Europeu de Cannes, entre 26 e 27 de Junho e a Conferência InterGovernamental-CIG de 1996 sobre a reforma do Tratado de Maastricht são momentos ideais para "pôr a Europa em marcha" e para dar "um forte impulso político" à reforma do Tratado "evitando que caia em querelas ideológicas". As palavras são de um porta-voz comunitário em Bruxelas, no final de um encontro no início da semana entre o presidente da Comissão Europeia, Jacques Santer, e o presidente em exercício do Conselho Europeu e chefe de Estado francês, Jacques Chirac.

O encontro entre Chirac e Santer, classificado de "interessante, cordial e construtivo" pelo porta-voz da Comissão, decorreu a escassos dias do jantar de Chefes de Estado e de Governo da União Europeia, em Paris, previsto para amanhã, dia 9, e destinado a preparar o

Conselho Europeu de Cannes, França, entre 26 e 27 de Junho.

Segundo o porta-voz, citado pela Lusa, "a criação de emprego, tema maior inscrito na ordem do dia de Cannes, será abordado sob quatro ângulos, correspondentes às Pequenas e Médias

Empresas - PME; Iniciativas Locais de Emprego (ILE); Sociedade da Informação e relatório do grupo de peritos sobre a competitividade europeia".

Atendendo a constante repetição dos "ângulos" com que o problema do emprego é abordado, sem que se registem quaisquer resultados significativos, é de esperar que da cimeira de Cannes não resulte mais do que nova declaração de intenções sobre a matéria.

É possível que a Europa esteja a ser posta em marcha, como pretendem Chirac e Santer, mas no respeitante às questões da coesão económica e social, o mínimo que se pode dizer é que marcha tão devagar, tão devagarinho, que mais parece parada.

Jacques Chirac e Jacques Santer discutiram ainda questões relacionadas com as cimeiras do Grupo dos Sete Países Mais Industrializados (G-7), em Halifax, Cana-

dá, entre 15 e 17 de Junho, e Estados Unidos-União Europeia (transatlântica), a 14 de Junho, em Washington, tendo constatado a "grande convergência de pontos de vista" entre ambos a propósito dos "grandes temas" da actualidade europeia.

Na ocasião, foi reafirmada a necessidade de "pôr a Europa em marcha", tornando-a "mais próxima dos cidadãos", sendo o Conselho Europeu e a Conferência InterGovernamental-CIG considerados momentos ideais para pôr em prática tais propósitos.

Sobre a CIG, os dois dirigentes concluíram constituir a cimeira de Cannes a ocasião para dar "um forte impulso político" à reforma do Tratado "evitando que caia em querelas ideológicas". Uma preocupação curiosa, esta, numa altura em que por todo o lado se repete ter chegado "o fim das ideologias".

Os 11 laender (estados), dos 16 que constituem a Alemanha, pretendem limitar a velocidade a 90 quilómetros/hora nas auto-estradas e a 60 quilómetros nas estradas se a concentração do ozono ultrapassar 180 microgramas por metro cúbico.

Os ministros decidiram ainda implementar as suas propostas unilateralmente, antes do Verão, se até lá não chegarem a acordo com o governo federal. A concentração de ozono, que segundo certos cientistas alemães é também um factor cancerígeno, acentua-se sob o efeito conjugado do sol e dos gases de escape, provocando uma irritação dos olhos e nas vias respiratórias.

Transportes

Os ministros dos Transportes da Europa, América e Austrália estão reunidos desde terça-feira e até nove de Junho, em Viena, para debater novas medidas que tornem mais seguro, cómodo e ecológico o transporte rodoviário e ferroviário. Nesta Conferência Europeia de Ministros dos Transportes (CEMT) está prevista a participação de 31 titulares dessa pasta dos 15 países membros da União Europeia (UE), Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), nações do Centro e Leste europeu, Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia.

Entre outros aspectos, os ministros vão analisar medidas que promovam a utilização de camiões grandes e seguros, e adoptar uma resolução para a ampliação do contigente multilateral da CEMT para cada camião e sua adaptação às normas comunitárias "Euro 2"; regular o número e condições de circulação de autocarros de passageiros; e estabelecer as condições básicas comuns para o transporte ferroviário de mercadorias, com o objectivo final de o internacionalizar.

Fundamentalistas

Doze fundamentalistas islâmicos argelinos, suspeitos de pertencer a uma rede terrorista internacional ligada aos grupos armados da Argélia, foram detidos anteontem em várias cidades italianas. Os mandados de captura foram emitidos pelo tribunal de Nápoles na sequência de um inquérito elaborado durante um ano. Os fundamentalistas são acusados, nomeadamente, de tráfico de armas, munições e material de guerra possivelmente utilizados em acções terroristas perpetradas na Argélia e em países europeus, com eventuais ligações com organizações congéneres na França, Alemanha e Bélgica. Os detidos, entre os quais um dirigente da FIS, Deramchi Osmane, são ainda suspeitos de ter fornecido apoio logístico a exilados argelinos membros da Frente Islâmica de Salvação (FIS, dissolvida) e do Grupo Islâmico Armado (GIA).

■ Henrique Custódio

Reestruturação policial do Governo

A grande insegurança

A opção das "superesquadrões", no quadro duma pretensa "reestruturação" da Segurança Interna, é (mais) um retrato a corpo inteiro da política cavaquista: alienação das responsabilidades do Estado, critérios de estreito economicismo aplicados em questões fundamentais para o povo e o País, visão autoritária e repressiva do exercício do poder, desprezo pelos interesses e a opinião dos cidadãos.

Contrariando a actual tendência internacional do regresso às esquadrões de bairro e à aproximação entre agentes e populações para prevenir a marginalidade, surge este Governo a querer transformar a polícia numa guarda pretoriana armazenada em esquadrões gigantes, desligada dos cidadãos que é suposto proteger, ausente do quotidiano que devia regular e direccionada para acções de assalto, em repressão tendencialmente indiscriminada.

Dramaticamente, o Governo insiste nesta estratégia, cego e surdo à evidência: o aumento vertiginoso dos delitos e da marginalidade em todas as zonas de Lisboa onde foram desactivadas esquadrões. E repete o falacioso argumento de que está a "rentabilizar" os meios disponíveis, quando o que faz é desviar um número considerável de efectivos e meios para serviços que não deviam estar cometidos à Polícia. Isto enquanto a criminalidade aumenta tão assustadoramente, que está a abrir caminho a conceitos tão perigosos como os da "autodefesa".

A recente vitória da Junta de Freguesia e da população da Pontinha, obrigando o Governo a desistir do encerramento da esquadra local, mostra, entretanto, que é sempre possível impedir as malfetorias deste Governo. Estas e outras.



Plenário da população da Pontinha que decidiu o abaixo-assinado (foto da esquerda), Fátima Amaral, presidente da JF da Pontinha (foto ao centro) e encontro, na esquadra da PSP local, entre o seu comissário Viegas Martins (à direita, na foto) com Fátima Amaral e o presidente da CM de Loures, Demétrio Alves (foto da direita)



Fátima Amaral, presidente da Junta da Pontinha

... E da luta se fez esquadra

Maria de Fátima Amaral é a presidente da Junta de Freguesia da Pontinha, no Concelho de Loures. A sua energia e dinamismo à frente do executivo CDU da autarquia merecem relevo na contestação ao encerramento da esquadra local da PSP, tendo a sua autarquia conduzido um processo de luta exemplar, que mobilizou toda a população e as forças sociais do concelho, fazendo recuar, pela primeira vez, o Ministério da Administração Interna e o Governo na sua absurda estratégia de encerramento de esquadrões e concentração dos efectivos policiais em "superesquadrões" desligadas das populações e das realidades locais.

Em breve entrevista ao "Avante!", Fátima Amaral afirmou-se satisfeita, mas vigilante, pois "o comportamento zigzagueante do Ministério da Administração Interna e do Governo em todo o processo não é de molde a ficarmos inteiramente descansados".

Mas o momento é de satisfação pela vitória alcançada, "graças ao grande empenho e mobilização de todos", frisou.

E resumiu-nos a luta liderada pela autarquia a que preside contra o pretendido encerramento da esquadra da PSP na Pontinha, uma freguesia com 40 mil habitantes - muito mais que grande parte dos concelhos do País.

Freguesia sem esquadra... e partida em duas áreas

Começando pelo princípio, Fátima Amaral disse-nos:

"Num debate público promovido pela Junta da Pontinha em 17 de Fevereiro último, debatendo a segurança das populações e com a presença da PSP, foi-nos confirmado que era intenção do Ministério da Administração Interna transformar, em Agosto próximo, a actual esquadra da PSP da Freguesia em «posto de atendimento», eufemismo que esconde o encerramento prático da esquadra. A Freguesia da Pontinha seria, do ponto de vista da segurança, dividida em duas partes: a vila ficava sob a alçada da «superesquadra» a criar em Benfica e os bairros à responsabilidade da esquadra de Odivelas." E acrescentou: "O prejuízo era duplo; não só a Freguesia perdia a actual esquadra, como ficava dividida em duas áreas de intervenção da PSP."

A Junta de Freguesia não perdeu tempo: cinco dias depois, a 22 de Fevereiro, reuniu com todo o movimento associativo da Freguesia, tendo-se aprovado o lançamento público de um abaixo-assinado, que em pouco mais de 15 dias recolheu 6.536 assinaturas. Em 6 de Abril realizou-se novo plenário com a população onde, por proposta da Junta de Freguesia, foi constituída uma

delegação que acompanharia a presidente da Junta na entrega do abaixo-assinado e de uma Petição a apresentar à Assembleia da República. Tratava-se de uma delegação significativa, integrando representantes de todos os órgãos autárquicos da Freguesia, de escolas, dos bombeiros, de associações de comerciantes e de reformados.

"Fomos recebidos por todos", contou-nos Fátima Amaral. "No dia 18 pelo Secretário de Estado adjunto do Ministro da Administração Interna, Carlos Encarnação, e no dia seguinte por todos os Grupos Parlamentares. Uma cópia do abaixo-assinado foi igualmente entregue ao Primeiro-Ministro."

Os frutos da luta

Nos dias seguintes, a luta começou a sair à rua, nomeadamente a 21 de Abril, com protestos dos reformados e uma vigília, enquanto se realizava nova reunião com todo o movimento associativo, "desta vez para lançar um Manifesto subscrito por 63 organizações da Freguesia" (16 escolas, 13 associações de moradores, 13 associações de pais, 11 colectividades, seis associações de jovens, quatro associações de reformados, cinco comissões de festas e marchas e quatro organizações diversas). "Em 25 de Maio", acrescentou Fátima Amaral, "apresentámos o Manifesto em conferência de Imprensa e anunciamos as acções seguintes, nomeadamente cartas para o ministro e provas de atletismo".

E aqui surgem os primeiros frutos da luta pertinazmente desenvolvida pela população da Pontinha: "Na quarta-feira passada, dia 31 de Junho, pelas 17.30, o comissário da esquadra da Pontinha comunicou-me oficialmente que não haveria encerramento. Anulámos as lutas programadas e convocámos a população para uma festa a assinalar o sucesso obtido".

Só que não estava tudo resolvido... "Para grande surpresa de todos, à noite surge um fax da Lusa afirmando que o Gabinete do Ministro Dias Loureiro dissera que a esquadra da Pontinha encerraria em Agosto, quando abrisse a «superesquadra» de Benfica... Ficámos em polvorosa. No dia seguinte, mandei um fax para o ministro e, logo às nove horas, contactei telefonicamente o sr. Secretário de Estado, Carlos Encarnação, afirmando-lhe que manteria de pé todas as acções de luta programadas, se se confirmasse tão estranha «marcha atrás» do Ministério. Pediu-me para aguardar e ao meio-dia telefonou-me a dizer que a informação da noite anterior tinha sido um «lapso», manifestando urgência em reunir conosco, o que fez às 15 horas, confirmando que se tratava de um «lapso» e

que o Ministério mantinha a decisão de não encerrar a esquadra da Pontinha".

Neste ponto, a presidente da Junta da Pontinha sorriu e recordou que, "horas depois, mais concretamente às 18 horas, o secretário-geral do PS, António Guterres, passou pela Pontinha em campanha eleitoral e não hesitou em se pôr à boleia da luta desenvolvida pela Junta e os habitantes da Pontinha, afirmando que se o problema se resolveu, foi porque o Governo soube que ele ia à Pontinha". O ridículo da afirmação caiu particularmente mal na Pontinha e, sobre-

A marcha atrás ... e uma boleia

Respondendo, no passado dia 5 de Junho, a um requerimento do deputado comunista João Amaral para o esclarecimento, sem equívocos, do não encerramento da esquadra da PSP da Pontinha, informava o Ministério da Administração Interna (MAI), através do Secretário de Estado Adjunto do Ministro:

"No âmbito dos estudos para a reestruturação da Grande Lisboa, foi apresentada pela Polícia de Segurança Pública (Comando-Geral) uma proposta de integração da área da Esquadra da Pontinha na futura área da 3ª Divisão com sede em Benfica.

"Essa proposta foi objecto de estudo, não tendo merecido o acolhimento do Ministério da Administração Interna" (sublinhado nosso).

Este "não acolhimento" confirma, preto no branco, que o Ministério da Administração Interna fez marcha atrás na sua pretensão de fechar a esquadra da Pontinha, recuando, pela primeira vez, na sua estratégia prosseguida desde 1992 de fechar esquadrões de bairro, substituindo-as por desmesuradas concentrações policiais em "superesquadrões".

Acrescentava ainda esta informação ministerial que "a esquadra da Pontinha depende da Secção de Loures, pelo que será incluída no plano de reestruturação das Forças de Segurança no Concelho de Loures". Não é um pomneno dispiciendo: com ele, o MAI compromete-se a abandonar em definitivo a peregrina ideia de partir em duas a populosa Freguesia da Pontinha (mais de 40.000 habitantes), entregando a sua Segurança (como pretendia), numa parte à futura «superesquadra» de Benfica e na outra à esquadra de Odivelas.

na Comissão de Luta contra o encerramento da esquadra, mesmo entre apoiantes do PS, que acharam de mais tanto descaramento...

E Fátima Amaral concluiu: "Esta foi a vitória do empenho conjugado da população com os seus representantes autárquicos e mais uma demonstração de que vale sempre a pena lutar."

As propostas do PCP

"A «política de superesquadrões», com encerramento de esquadrões e postos locais existentes, corresponde a uma opção desastrosa que os cidadãos estão já a pagar com a sua insegurança", considera o preâmbulo do Projecto de Lei apresentado pelo PCP em 5 de Abril deste ano que, em título, "Define as Grandes Opções da Política de Segurança Interna e adota medidas imediatas para defesa da segurança dos cidadãos".

Acusa ainda o preâmbulo:

"Em vez de dotar com os meios adequados as esquadrões existentes e criar outras onde tal se revele indispensável; em vez de dotar as forças de segurança com os meios indispensáveis para o cumprimento das suas missões e assegurar a sua presença onde ela é necessária, que é junto dos cidadãos; o Governo encerra esquadrões e afasta os agentes dos cidadãos, reduzindo o papel preventivo e dissuasor da criminalidade que a sua presença constitui."

Considerando que "é indispensável, de imediato, pôr termo às consequências negativas que decorrem desta «reestruturação» das forças de segurança", o Projecto de Lei do PCP "visa impedir no imediato o encerramento de esquadrões ou postos policiais e assegurar a reabertura das unidades encerradas no âmbito da presente «reestruturação», sempre que isso se mostre indispensável para assegurar a tranquilidade dos cidadãos" e, por outro lado, "propõe a aprovação de uma Lei de Grandes Opções de Política de Segurança Interna, que aproxime a polícia dos cidadãos, que dote as forças de segurança com meios suficientes e adequados, que ponha de parte as acções repressivas que atentam contra os direitos dos cidadãos, que dinamize a intervenção das populações, das comunidades e das autarquias na discussão de soluções para os problemas de segurança, que altere o respectivo dispositivo, por forma a assegurar o seu empenhamento prioritário em acções de prevenção da criminalidade e de garantia da segurança e tranquilidade das populações".

Medidas imediatas

No seu articulado, o Projecto de lei do PCP define os

"princípios de enquadramento da política de segurança interna", as grandes opções "quanto à distribuição de esquadrões e postos", "quanto à distribuição das forças de segurança", "quanto à distribuição dos recursos humanos", "quanto ao ensino e conduta dos membros das forças de segurança" e "quanto aos recursos financeiros".

O Artigo 3º define que a aprovação das Grandes Opções "será precedida de um debate público, no qual sejam ouvidas, nomeadamente, as autarquias locais e as associações representativas dos profissionais das forças de segurança", enquanto o Capítulo II aponta quatro medidas imediatas a adoptar "enquanto não são aprovadas as normas e acções decorrentes das Grandes Opções":

1ª Medida - São suspensas as acções de encerramento de esquadrões ou postos das forças de segurança.

2ª Medida - É suspensa a retirada da PSP de qualquer localidade.

3ª Medida - Parte significativa dos efectivos dos corpos de intervenção são transferidos, sem prejuízo dos seus direitos, para o dispositivo territorial das forças de segurança, e afectados às missões próprias incluindo as de prevenção da criminalidade, patrulhamento e outras destinadas a assegurar a tranquilidade dos cidadãos.

4ª Medida - Serão reabertos as esquadrões e postos encerrados depois de 1 de Janeiro de 1992, sempre que isso se mostre indispensável para a garantia da segurança e tranquilidade dos cidadãos.

José Neto

Com o encerramento de esquadrões a delinquência sobe em flecha

José Neto, membro do Conselho Nacional do PCP, é o responsável do Grupo de Trabalho para as Questões de Segurança junto do Comité Central. Pedimos-lhe que comentasse esta "filosofia" das "superesquadrões" que acometeu o Governo de Cavaco Silva vai para três anos.

"A criação das chamadas superesquadrões", disse-nos, "assenta em critérios economicistas de redução de despesas com a segurança (como acontece, aliás, noutras áreas - ensino, saúde, etc.) e numa concepção da polícia de natureza mais repressiva do que preventiva, porque mais distanciada das pessoas." E acrescentou:

"Maior eficácia no combate ao crime tem que passar (para além do combate às suas causas) por uma polícia mais próxima dos cidadãos, por mais prevenção e por mais cooperação com as comunidades locais."

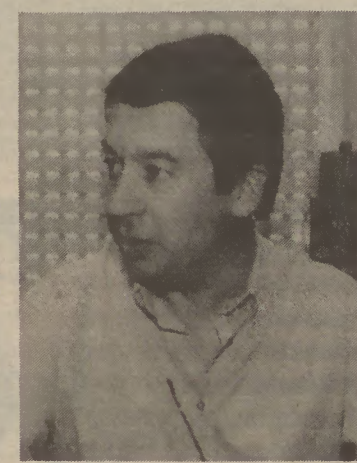
José Neto afirma também que "o único resultado visível deste processo de reestruturação tem sido o encerramento de esquadrões de bairro, até aí inseridas no quotidiano das populações, e um correspondente aumento em flecha da delinquência", citando, apenas como exemplo, o caso de Chelas, onde, como reconhece a própria polícia, de 1993 para 1994 e após o encerramento da respectiva esquadra, a criminalidade aumentou 34%, taxa de crescimento

muito superior à média nacional, que foi de 12%, no mesmo período.

Recordando que o PCP sempre esteve contra esta reestruturação e nunca situou o problema na falta de polícias, mas na má gestão dos efectivos e dos recursos, nomeadamente mantendo numerosos agentes adstritos ao serviço dos tribunais, do Governo e, segundo consta, até de deputados, José Neto disse que "o PCP várias vezes propôs que fosse estudada a rápida transferência de parte significativa dos efectivos policiais exclusivamente afectos a missões de patrulhamento urbano".

Instado a comentar a recente e controversa decisão da Câmara Municipal do Porto em contratar seguranças privadas para "patrulhar" a baixa portuense, o dirigente do PCP considerou: "Somos contra as soluções de segurança privada dos cidadãos, quer partam de elementos das populações, quer das autarquias. Para além de ilegais, são um caminho perigoso, contribuindo ainda para uma maior desresponsabilização do Governo."

E acrescentou: "Não é às autarquias mas sim ao Estado que deve ser exigido que assegure, como constitucionalmente lhe compete, a segurança e tranquilidade dos cidadãos em todo o território nacional."



Uma luta essencial

O PCP através do seu Grupo Parlamentar na Assembleia da República reapresentou o Projecto de lei de redução do horário semanal de trabalho para as 40 horas correspondendo assim a uma reivindicação central dos trabalhadores portugueses.

Tal iniciativa assume simultaneamente uma grande actualidade face à realização, entre 5 a 9 de Junho, da semana de luta pelas 40 horas decidida pela CGTP-IN.

Se forem cumpridas as anteriores promessas eleitorais das principais forças políticas com representação parlamentar, assim como os compromissos escritos do Governo do PSD quando assinou o Acordo Social de 90, o Projecto de Lei do PCP será transformado em Lei da República no dia 20 de Junho após votação no Plenário da Assembleia da República.

A prova será feita! Mas existem razões fortes de suspeição quanto à posição de voto do PSD que pode traduzir-se no voto contra. Interessante será a posição do PS que, naquele estilo "nim", vai ter de descodificar a sua proposta inscrita no seu "Contrato de Legislatura" que visa uma maior flexibilidade interna negociada da gestão do tempo de trabalho?

Um curso histórico

Mas sendo importante o desfecho desta justíssima iniciativa do PCP estaremos perante um acto dum processo que movimentou e há-de continuar a movimentar milhões de trabalhadores numa luta que já custou o sacrifício da liberdade e da própria vida a milhares de homens e mulheres e se transformou numa interminável e secular luta contra a exploração capitalista.

Estamos longe da jornada de trabalho das 14 horas por dia na indústria e do trabalho de sol a sol na agricultura. No nosso país, apesar de ainda vigorar as 44 horas semanais para a Indústria, a luta e a acção reivindicativa permitiram que actualmente em milhares de empresas se pratiquem as 40 horas semanais.

Mas o capitalismo, em permanente confronto com as conquistas dos trabalhadores, apesar dos fenomenais avanços da Ciência e Tecnologia realizadas pelo Homem, inventa e recria novos métodos que de modernidade só têm os adjectivos. A flexibilidade desde há uns anos a esta parte constitui uma das palavras mágicas da cartilha dos defensores e seguidores do capitalismo. Toda a organização dos tempos de trabalho parte sempre duma ideia lapidar: como conseguir mais lucro. Secundarizados são a dimensão social das empresas, a segurança nos locais de trabalho, a própria vida do trabalhador na família e sua sociedade. E assim vimos o surgimento de propostas em que o trabalhador poderia trabalhar 10 horas por dia ou 50 horas por semana, a singelo e a troco de horários mais encurtados nos dias ou semanas sobranes após a feitura da respectiva média mensal ou até semestral.

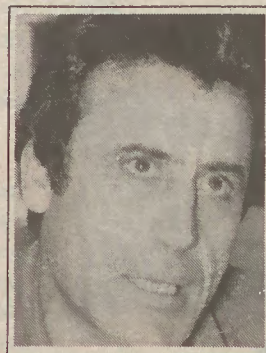
A troco de algum dinheiro, alguns sindicatos da UGT têm vindo a subscrever as propostas patronais, sabendo que para o capital será sempre muito mais fácil recuperar dinheiro de circunstância do que reconquistar direitos resultantes de muitas lutas, garantidos e consagrados nas Leis e nas Convenções colectivas. Esta gente que vende o que não é seu ofende assim a memória dos mártires de Chicago, apunhala a luta de gerações inteiras de trabalhadores, ao fazer o triste papel de figurantes do retrocesso histórico que o grande capital continua a protagonizar.

Não se questiona a necessidade da eficácia empresarial na organização e gestão dos tempos de trabalho. O próprio avanço da tecnologia e a competitividade assim o exigem. Mas transformar o trabalhador em coisa ou em custo, e a jornada de trabalho num factor de penosidade, de desestabilização e desarticulação da vida pessoal e familiar leva ao condicionamento da cidadania do direito ao trabalho e ao regresso de formas de exploração que fizeram escola há décadas atrás.

Aliás, quando se reivindica as 40 horas semanais ficam por contabilizar, particularmente nas grandes áreas metropolitanas, as

desgastantes deslocações para o local de trabalho de centenas de milhares de trabalhadores. Somadas as horas que se gastam nos transportes muitos seriam aqueles a constatar que a disponibilidade da sua vida em relação à empresa será de 60 horas por semana.

Num quadro de evolução desfavorável para os trabalhadores em que o nível do desemprego da precarização e da desregulamentação condicionam, objectiva e subjectivamente a luta pela redução do horário semanal de trabalho, ela continua a constituir uma reivindicação central para milhões de seres humanos. Conhecendo o carácter, a amplitude e o enraizamento dessa aspiração secular, o



JERÓNIMO DE SOUSA
Membro da Comissão Política

A semana de luta pela redução do horário de trabalho para as 40 horas é o mais significativo e animador apoio à iniciativa do PCP, revelador da sua justeza e oportunidade

capitalismo refina e readapta métodos e propostas, designadamente a redução do horário de trabalho em nome do combate ao desemprego. Recentemente dois factos demonstraram que nem sempre o vento corre de feição aos deuses e templos do lucro. Os metalúrgicos alemães, em luta, derrotaram a proposta do patronato conseguindo reduzir o horário para 34 horas e o aumento dos salários. O candidato socialista Jospin defendeu da tese das multinacionais fez a pirueta quanto percebeu o sentido da corrente social.

A CGTP-IN, pelas suas características, pela sua natureza, pela sua ligação profunda às massas trabalhadoras, tinha naturalmente que protagonizar a luta pela redução do horário de trabalho. Foi a luta do movimento sindical unitário e não acordos ou benesses que levaram a que hoje a média nacional dos horários semanais de trabalho seja de 42 horas. Longe ainda da média praticada nos países a União Europeia, com avanços lentos, com terreno conquistado a palmo por via dum caderno reivindicativo, duma negociação a nível de sector, persistindo sempre numa luta que decerto irá para além desta geração de trabalhadores.

Uma etapa

A semana de luta que agora decorre, tal como o Projecto Lei do PCP não serão por isso nem ponto de partida ou de chegada. São dois momentos importantes que impulsionaram esse curso irreversível duma reivindicação que está na génese do 1º de Maio.

O PCP não teve que correr no sentido da corrente. Já na anterior legislatura tinha apresentado uma iniciativa idêntica que a direita impediu com o seu voto contra.

Em 1993, o Grupo Parlamentar Comunista retomou o Projecto de Lei. O PSD, apesar da sua promessa programática na campanha eleitoral de 91, apesar do seu Governo ter subscreto a redução faseada das 40 horas, voltou, tal como o CDS, a votar contra um Projecto de Lei que teve o apoio de mais de mil organizações representativas de trabalhadores durante a consulta pública então realizada.

A semana de luta pela redução do horário de trabalho para as 40 horas é o mais significativo e animador apoio à iniciativa do PCP, revelador da sua justeza e oportunidade. Decerto que os trabalhadores saberão estar atentos à votação e aos discursos na Assembleia da República no dia 20 de Junho.

Quem sabe se alguns não vão descobrir a hipocrisia do Partido de Manuel Monteiro quando proclama o valor da família e vota contra a lei que iria permitir a milhares de famílias trabalhadoras mais um pouco de vivência, se outros não vão verificar que o deputado Guterres afinal não é tão solidário e concreto com os direitos dos trabalhadores, se muitos não vão perceber que o PSD não só não cumpre promessas como não se identifica com as verdadeiras aspirações e reivindicações do mundo do trabalho.

Mas que os trabalhadores sabem de certeza é que vão ter de continuar a luta por horários de trabalho mais justos e mais dignos, que essa luta de cem anos há-de ir para além do limiar do século XXI.



Culminando uma semana de luta pelas 40 horas

Greves, plenários e concentrações amanhã à tarde

Admitindo o recurso a «outras formas de denúncia», a CGTP tentou um «último esforço» para que Cavaco cumpra o que prometeu

Depois de completarem 40 horas de trabalho durante a corrente semana, trabalhadores de variados sectores e empresas vão amanhã entrar em greve, no segundo período de trabalho, respondendo ao apelo da CGTP, que promove desde segunda-feira uma jornada de luta pela redução dos horários.

Com esta acção, anunciada no 1º de Maio, a *Inter* pretende que o Governo dê cumprimento, até ao final do mandato, às promessas feitas pelo PSD na campanha eleitoral e aos compromissos assumidos pelo executivo (em 1991 comprometeu-se a reduzir progressivamente, uma hora por ano, o limite máximo legal de trabalho, até chegar às 40 horas semanais no início de 1995).

A exigência das 40 horas como máximo legal, com dois dias de descanso seguidos e sem prejuízo de regimes mais favoráveis já em vigor, é acompanhada da reclamação de redução do tempo de trabalho para as profissões de maior penosidade e risco.

Apesar de a luta dos trabalhadores ter imposto já horários inferiores, o máximo legal mantém-se nas 44 horas e a média continua acima das 42, o que faz de Portugal o país da União Europeia com maior duração do tempo de trabalho.

Lutas e sucessos

Os trabalhadores do sector dos mármoreiros vão ter, a partir de 1 de Julho, o horário de 40 horas semanais, informou segunda-feira a União dos Sindicatos do Distrito de Évora. Em comunicado, aquela estrutura distrital da CGTP acrescenta que os trabalhadores daquele sector vão continuar a lutar no futuro pelas 35 horas semanais, por se tratar de actividades penosas e perigosas.

No Grupo Portucel, na Caima, na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, no sector da imprensa e noutras empresas gráficas e de celulose já estão consagrados horários máximos que variam entre 37.30 e 40 horas, «sendo este um dos factores que mais tem contribuído para o desenvolvimento e estabilidade social» - refere uma resolução do plenário de sindicatos da federação da Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa. No documento, considera-se «inconcebível, face à crescente intensificação dos ritmos de trabalho», que ainda esteja sujeitos a horários convencionais superiores a 40 horas os trabalhadores da indústria gráfica e transformadora, de fabricação de papel e da fotografia.

Na fabricação de material eléctrico e electrónico «a luta dos trabalhadores tem conseguido que a semana de 40 horas fosse estabelecida como horário normal num significativo número de empresas», salienta-se num comunicado da federação das Indústrias Eléctricas, que aponta como exemplos a Alcatel, a ABB, a Cel-Cat, os Cabos Ávila, a Delco-Remi e a Stotz. A FSTIEP protesta contra as multinacionais do sector, que praticam em Portugal horários superiores aos que vigoram nos países onde estão sediadas.

A jornada de luta, iniciada segunda-feira, levou já à distribuição de muitos milhares de folhetos sindicais, aos trabalhadores e à opinião pública, defendendo a justiça da redução da semana de trabalho e denunciando a falta de cumprimento das promessas de Cavaco Silva.

Foram também lançados abaixo-assinados e apresentadas reivindicações directamente a entidades patronais. A maior parte dos sectores e empresas marcou para amanhã, no final do último período de laboração, greves, paralisações e plenários.

A União de Sindicatos do Porto promoveu ontem à tarde, na Praça da Batalha, um plenário público de sindicalistas e membros de comissões de trabalhadores.

Para amanhã à tarde estão convocadas acções de rua na Guarda (entrega de abaixo-assinados no Governo Civil), em Lisboa (sindicalistas, membros de ORTs e de organizações de reformados, na Praça de Londres), Torres Vedras, Sintra, Parede, Loures, Amadora e Funchal.

Se não houver resposta...

A CGTP enviou segunda-feira uma nova carta ao primeiro-ministro com um pedido de reunião urgente para debater as questões económicas e sociais que mais afectam os trabalhadores portugueses. «Este é um último esforço para que o primeiro-ministro cumpra as promessas de que vai governar até ao fim do seu mandato. Se, mais uma vez, não conseguirmos resposta, teremos de usar outras formas de denúncia», disse o coordenador da Intersindical em conferência de imprensa.

Carvalho da Silva, que falava aos jornalistas no final de uma reunião da Comissão Executiva da *Inter*, lembrou que, em Abril, a CGTP enviou a Cavaco Silva um documento em que reivindicava o aumento do salário mínimo e da pensão mínima

de reforma, o estabelecimento de um rendimento mínimo social, medidas eficazes de combate ao desemprego e a melhoria do sistema de protecção social. Em Maio, a CGTP fez um pedido formal de audiência ao primeiro-ministro, mas também não obteve resposta.

Carvalho da Silva realçou que existem actualmente novas questões para apresentar ao primeiro-ministro, nomeadamente relacionadas com a aplicação de subsídios para formação profissional e com o combate ao trabalho infantil. De acordo com o sindicalista, estão a ser dados subsídios a empresas para acções de formação que não são cumpridas, enquanto as escolas profissionais estão a ficar sem dinheiro.



Cavaco pela porta do cavalo

Quando foi visitar anteontem a Escola da Marinha, em Vila Franca de Xira, Cavaco Silva tinha a aguardá-lo sindicalistas e trabalhadores do concelho que, participando numa das iniciativas da semana de luta da CGTP, pretendiam confrontar o primeiro-ministro com as promessas e compromissos que fez há 4 anos acerca da redução do horário máximo de trabalho.

Furtando-se à manifestação, Cavaco Silva deu meia volta e entrou na unidade militar por um acesso secundário. Os manifestantes deslocaram-se prontamente para essa entrada, mas apenas tiveram por interlocutores os polícias encarregados da segurança da comitiva oficial.

Num folheto distribuído à população e à comunicação social, a USL/CGTP recorda que, contrariando as promessas de Cavaco Silva e do PSD, estão no desemprego quase 7 mil trabalhadores. Para os sindicatos, «o fenómeno do desemprego não é uma fatalidade do destino, mas antes o resultado da actual política anti-social», pelo que «só uma nova política e um novo Governo podem resolver os problemas dos trabalhadores».

Solicitado pelos jornalistas a comentar o incidente, o primeiro-ministro enalteceu o facto de se viver num país onde há liberdade de manifestação. Pena é que o seu conceito de liberdade de manifestação se fique por fugir das manifestações pela porta do cavalo.

Ora oiça, sr. eng. Mira Amaral

Exmo. Senhor

Das várias vezes que visitou o Distrito de Braga, sempre V. Exa. pautou a análise que fez da situação e industrial por um total desconhecimento da realidade.

Das várias vezes, nunca se esqueceu de ofender e insultar os trabalhadores, que sofrem na carne o drama dos salários em atraso, do desemprego e da marginalização social.

Das várias vezes, nada trouxe de novo aos empresários, às empresas e ao futuro do tecido produtivo.

Das várias vezes que veio, e depois de ir embora, aumentaram os salários em atraso, mais empresas paralisaram, mais empresas faliram, mais trabalhadores foram para o desemprego.

O trabalho infantil, a marginalização social, a prostituição e a droga são dramas do dia-a-dia que atingem já dezenas e dezenas de freguesias.

Admitimos que V. Exa., como Ministro do Governo PSD, cumpra a sua missão, isto é, NADA VEJA, NADA RESOLVA, tudo agrave, tudo aldrabe.

Mas a União dos Sindicatos de Braga tem a obrigação de não calar quando assim acontece. E tem a missão de chamar a atenção de V. Exa. e de outros seus «correligionários» para as realidades.

Vamos a elas?

Diz V. Exa: Os patrões querem trabalhadores e não os encontram!!!

Nós dizemos: Só se forem os patrões de empresas que sendo «a menina dos seus olhos», os seus «oásis», foram cumprimentá-lo, sentaram-se à mesma mesa, abraçaram-no, não só para lhe pedir mais subsídios... mas, para despedir.

Riopele, Sonicarla, Somelos, Sedas Vizela, Grundig, Grupo Luís Correia, Vila Têxtil, TMG, Fabolin, Fábrica do Ferro, Carvalho Araújo, Têxtil Vizela..., e até o recente «shopping» de Guimarães – todos estes e outros receberam do PEDIP milhares ou milhões de contos, todos reduziram os postos de trabalho, e ainda hoje insistem em rescindir unilateralmente o contrato. E quem não aceitar é posto a olhar para a parede, a limpar peças, perseguido, insultado, etc.

Algumas destas já não pagam os salários a tempo e horas (caso da Vila Têxtil, Sedas Vizelas, Carvalho Araújo).

Mas há mais!!!

— Há dois anos, V. Exa. inaugurou com pompa e circunstância a empresa Carvalho Araújo. É estranho que hoje não a vá visitar para ver o «desastre» que lá se passa!!!

— Disse há 3-4 anos que a Coelima não tinha futuro. Nós dissemos que sim. Recentemente foi lá inaugurar novas tecnologias!!!

— Sabe que os Centros de Emprego do Distrito têm mais de 30 mil trabalhadores inscritos à espera de emprego?

— Sabe que na generalidade os Centros de emprego exi-

gem que os trabalhadores vão para as empresas, clandestinas, com salários em atraso, receber menos que o subsídio de desemprego e o salário mínimo nacional, e de preferência à experiência, meses e meses (salários de 25 e 30 mil escudos)?

— Sabe que muitas das instituições públicas e de solidariedade social têm ao seu serviço trabalhadores «alugados» pelos Centros de Emprego, em regime «ocupacional» e que ao mesmo tempo mandaram embora os efectivos?

— E que quando estes trabalhadores terminam o prazo de concessão de subsídio de desemprego, vão embora e «alugam-se» outros?

— Sabe que há centenas de crianças a trabalhar?

— Sabe que há mais de 15 mil desempregados de longa duração, com médias etárias de 45 anos, aos quais

— Pensa continuar a dar milhares de contos às empresas «modernas» para estas continuarem a despedir e a violarem direitos?

— Vai continuar a «gabar» as empresas, enquanto as Inspeções do Trabalho e da Segurança Social continuam a levantar autos a essas mesmas empresas?

— Vai continuar a «gabar» e a sentar-se à mesa com os que não pagam salários, despedem, reprimem, insultam, etc., etc?

Já procurou saber o que se passa nas malhas Dextra?

Que medidas tomou?

E já agora que falam no «shopping» de Guimarães, (que abriu em Fevereiro):

— Sabe o que lá se passa?

— Conhece as condições de admissão e de trabalho?

— Sabe que já há despedimentos?

— Sabe que se trabalha à hora?

Sr. Ministro,

Como Ministro, admitimos que faça eco nos seus discursos, servindo-se das «cábulas» que os seus amigos (governador civil, Marques Mendes, Lemos Damião, Eurico de Melo, etc.) lhe dizem:

— estes sim, grandes e principais responsáveis pela situação de degradação social a que chegámos no Distrito;

— estes, sim, responsáveis pela violência policial contra os trabalhadores, pela fome e pela miséria em muitos lares;

— estes, sim, responsáveis pela onda de marginalidade, prostituição e droga que esta situação social está a gerar.

Exmo. Senhor,

Enquanto Ministro do Governo PSD, rejeitamos e

combatemos a sua posição de pactuação e submissão.

Enquanto homem e ser humano é lamentável que continue a dirigir aos trabalhadores, aos jovens, aos reformados, aos desempregados e marginalizados deste Distrito provocações do género.

Se a vergonha para si não tem limites, a dignidade para nós tem valores e, como tal, V. Exa. e o PSD não podem ser mais Governo neste País.

Braga, Maio de 1995

União dos Sindicatos do Distrito de Braga



Carta aberta da União dos Sindicatos do Distrito de Braga ao Ministro da Indústria

não dão qualquer possibilidade de formação profissional para reinserção em novas profissões e indústrias?

Se sabe, porquê continuar a insultar os trabalhadores e os empresários desta região?

E já agora:

— O que fez para que as empresas que tiveram milhares de contos de perdões de dívidas ao Estado abrissem as portas?

Será que vão ficar com o perdão e com todo o património?

Conferência Interparlamentar Internacional sobre Timor-Leste

A luta pela liberdade

Provenientes de todos os continentes, deputados e senadores estiveram reunidos em Lisboa, durante três dias, numa Conferência Interparlamentar Internacional, mobilizados pela solidariedade para com o povo de Timor-Leste. Animados pelo propósito de manter viva a chama da luta pela liberdade naquele território do povo maubere, os participantes nesta iniciativa da Assembleia da República aprovaram um documento denominado "Declaração de Lisboa", onde exigem a "libertação imediata de Xanana Gusmão e de todos os presos políticos timorenses encarcerados na Indonésia e em Timor-Leste" e no qual "prestam homenagem à heróica e trágica saga" do seu povo em defesa da "liberdade e identidade, afirmada ao longo dos séculos".

Na cerimónia de abertura, realizada fez ontem uma semana, em que intervieram todos os líderes parlamentares, assistiram, entre outras personalidades, a mulher do Presidente da República, Maria Barroso, o Procurador-Geral da República, Cunha Rodrigues, o Provedor de Justiça, Meneres Pimentel, e os ex-Presidentes da República Ramalho Eanes e Costa Gomes.

Em mensagem enviada no primeiro dia de trabalhos da Conferência, o Presidente da República afirma que, "para Portugal, Timor-Leste é uma questão nacional, uma questão de honra, de fidelidade aos princípios e de responsabilidade".

"Portugal não procura quaisquer benefícios ou interesses próprios no seu empenhamento em favor de Timor-Leste", frisa Mário Soares, antes de ressaltar que a posição portuguesa "é tão-só garantir o direito à livre escolha dos

timorenses, como inalienável direito consignado na carta das Nações Unidas".

Para o Chefe de Estado é igualmente claro que o papel do nosso país em relação àquele território termina logo após a realização de um referendo de autodeterminação, sublinhando a propósito que "Portugal aceitará, como é óbvio, a decisão soberana do Povo de Timor-Leste, qualquer que seja. Nesse momento, concluído o processo de descolonização iniciado por Portugal, de acordo com os ditames das Nações Unidas, poderá considerar cumprido o seu dever e responsabilidade para com Timor-Leste". O Presidente da Assembleia da República, Barbosa de Melo, manifestou-se convicto, por sua vez, de que a Conferência Interparlamentar sobre Timor-Leste mostrará que o povo português está unido nesta questão, independentemente das questões doutrinárias e ideológicas. Barbosa de Melo considerou que a aprovação unânime da realização da conferência e os discursos dos diferentes líderes parlamentares "são a prova desse sentimento profundo e firme do povo português".

O Presidente da Assembleia da República mostrou-se ainda convencido de que a Conferência "vai chamar a atenção e sensibilizar a comunidade internacional para a situação dramática de Timor-Leste e induzir a Indonésia, por via da pressão pública, a observância da Carta e ao cumprimento das resoluções dos órgãos máximos das Nações Unidas". Também o líder detido do Conselho Nacional da Resistência Maubere (CNRM), Xanana Gusmão, fez chegar o seu pensamento aos participantes na Conferência de Lisboa. Em mensagem lida pelo seu porta-voz e representante



especial do CNRM, José Ramos-Horta, Xanana Gusmão considera que o recente encontro intratimorense na Áustria "não tem sentido".

Fundamentando o seu ponto de vista, afirma que "se se pensa que os timorenses se vão reconciliar em Salzburgo, não tem sentido darmos à situação em Timor-Leste uma causa para cima das diferenças entre timorenses. Se a causa de toda a situação em Timor-Leste é a anexação pela via da força pela Indonésia, não tem sentido uma reconciliação entre timorenses".

No texto, o dirigente timorense refere que "a solução do problema ou a discussão de qualquer assunto", para terem resultados positivos, "tem que provir da explicação da situação política do/no território". Daí que, em sua opinião, seja "escusado pensar que o encontro entre integracionistas e resistentes possa lançar ideias como o respeito pelos direitos humanos", já que diversas resoluções sobre a matéria, tanto da ONU, como da União Europeia e de diversos governos, "não tem tido peso de convencimento para o regime de Jacarta".

No decorrer dos trabalhos, em nome do Grupo Parlamentar do PCP, para além do discurso proferido pelo seu presidente, Octávio Teixeira, na sessão de abertura, interveio também o deputado Miguel Urbano Rodrigues.

■ Octávio Teixeira

Em Timor-Leste o sentimento nacional é hoje mais forte que nunca

A Conferência que reúne, na Assembleia da República Portuguesa, parlamentares e outras personalidades dos cinco Continentes apresenta-se como uma iniciativa internacional de solidariedade com o amor pela liberdade de um pequeno e martirizado povo cuja existência era quase desconhecida no Mundo há apenas duas décadas: o povo maubere de Timor-Leste.

Senadores, Deputados, Historiadores, Sociólogos, Juristas, representantes de organizações ligadas à defesa dos direitos humanos, vão debater em Lisboa os problemas resultantes de uma situação que comprova simultaneamente a recusa timorense de aceitar como facto consumado a ocupação e anexação da sua terra e a extrema dificuldade das Nações Unidas em obter o cumprimento pela República da Indonésia das resoluções relativas ao inalienável direito à autodeterminação e à independência do povo maubere.

Temos consciência dos enormes obstáculos que separam os timorenses do objectivo pelo qual lutam — o direito de serem verdadeiramente livres, o direito de determinarem o seu próprio futuro. A solidariedade, contudo, tem avançado. Rompeu já muros de indiferença, informou, sensibilizou, fez recuar cumpli-

idades. A causa timorense ganhou dimensão planetária após o massacre de Novembro de 1991, quando as imagens da matança deram a volta ao mundo.

Esta Conferência Interparlamentar — e os comunistas portugueses sentem orgulho por terem proposto a sua realização quando aqui prestávamos homenagem às vítimas de Santa Cruz — esta Conferência constitui a melhor prova de que a opinião pública mundial e responsáveis políticos de diversos quadrantes acompanham com atenção crescente o combate da Nação maubere, numa convergência de movimentos de solidariedade cujos apelos, denúncias e vigilância colaboram a Indonésia numa posição de incomodidade, forçando-a a abandonar a política de recusa de conversações sobre Timor-Leste com a potência administrante, Portugal, sob a égide do Secretário-Geral da ONU.

Não alimentamos ilusões quanto a compromissos da República Indonésia — aliás, não cumpridos — relativos à situação de desrespeito pelos direitos humanos. Mas é transparente que, apesar da desproporção das forças em presença, o gigante indonésio não conseguiu dobrar a vontade timorense. A estratégia

integracionista, orientada para a destruição da identidade do povo maubere, fracassou. O sentimento nacional é hoje mais forte do que nunca em Timor-Leste. Resistiu ao genocídio, às leis do ocupante, à propaganda, às agressões à cultura local, ao terror endémico mantido pelo exército de ocupação. Essa é talvez a mais significativa das lições da trágica epopeia timorense.

Os timorenses demonstram no dia-a-dia, com imaginação e coragem, que a sua capacidade de resistir na defesa daquilo que são e querem continuar a ser se adapta a cada nova situação criada pelo invasor.

Não há data previsível para o fim do difícil combate travado pela grande maioria do Povo maubere. Mas o que esse pequeno grande povo fez até agora, ao resistir em condições que na aparência tornavam utópico o seu desafio à anexação indonésia, trouxe-lhe a solidariedade de milhões de homens em dezenas de países. Esta Conferência, repito, traduz uma evidência reconfortante: a luta pelo direito à autodeterminação e independência do povo de Timor-Leste adquiriu a dimensão de causa da Humanidade.



Conferência Interparlamentar Internacional sobre Timor Leste

■ Miguel Urbano Rodrigues

A resistência não tem limites

Transcorreram 20 anos sobre a agressão da República da Indonésia ao povo de Timor-Leste num acto de guerra violador da Carta das Nações Unidas e de todas as garantias anteriormente dadas à Comunidade Internacional e a Portugal como potência administrante do território.

Xanana Gusmão, o dirigente da Resistência Maubere, no seu depoimento perante o tribunal que o condenou em julgamento de farsa, descreve com estas palavras o acontecimento que ali mudou a vida: «O 7 de Dezembro de 1975 foi o dia que marcou na História a covarde e vergonhosa invasão indonésia, o dia em que as tropas indonésias massacraram indiscriminadamente a população indefesa de Dili, causando milhares de mortos entre velhos, mulheres e crianças, incluindo um jornalista australiano». E acrescenta: «Um governo instalado ao som de bombardeamentos marítimos e terrestres sobre a população indefesa, ao som do avanço de tanques e canhões. Um governo assim tem algum valor jurídico?»

Aquele dia assinalou o começo de um moderno genocídio, sem precedentes pelas suas proporções. O número de timorenses mortos pelo exército de ocupação indonésio nos primeiros dez anos é avaliado pelas organizações internacionais em 200 mil, ou seja, um terço da população existente em 1975.

Dias depois, a 12 de Dezembro, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou uma Resolução condenatória da invasão — a primeira de uma série.

As decisões da Assembleia Geral não são, porém, de aplicação obrigatória para os países membros. Muito mais significativa politicamente foi, portanto, a Resolução 384, aprovada pelo Conselho de Segurança, por unanimidade, a 2 de Dezembro. Através desse documento fundamental, o Conselho reconhece logo no primeiro parágrafo «o direito inalienável do povo de Timor-Leste à autodeterminação e à independência», de acordo com os princípios da Carta das Nações Unidas e da Declaração sobre a outorga da independência aos povos coloniais, contida na Resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral, em 14 de Dezembro de 1960. Pela mesma Resolução, o Conselho pedia ao governo indonésio que retirasse imediatamente as suas forças do território de Timor-Leste.

Na perspectiva do direito internacional, a situação criada não permitia duas interpretações no tocante à caracterização da agressão e aos direitos do povo maubere. Ao invadir Timor, a Indonésia violara os artigos 2 e 3 da Carta da ONU, praticando um acto de agressão, claramente definido como tal pela Resolução 3314 da Assembleia Geral. Simultaneamente, o governo de Jacarta, ao ocupar Timor-Leste, após uma ofensiva demorada e sangüinária, tripudiava sobre o princípio da igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos consagrado na mesma Carta da ONU, segundo a qual «todos os povos têm o direito de livremente determinar sem interferência externa o seu estatuto político e de prosseguir o seu desenvolvimento económico e cultural».

Entretanto, passaram duas décadas sobre a Resolução 384 do Conselho de Segurança e a República da Indonésia continua a ignorá-la. Em desafio à comunidade internacional levou mesmo mais longe a agressão e o desrespeito. Em 17 de Julho de 1976, anexou Timor-Leste fazendo do seu território a sua 27ª província. Jacarta desconheceu o conteúdo de sucessivas resoluções da Assembleia Geral onde, tal como nas resoluções 384 e 389 do Conselho de Segurança, era reafirmado «o direito inalienável do povo de Timor-Leste à autodeterminação e à independência».

Esse comportamento do governo do general Suharto não seria, contudo, viável se as potências com influência na Região se tivesse desde o início demarcado das ambições expansionistas e anexionistas de Jacarta. Mas na prática elas assumiram, embora em escalas diferentes, uma atitude de cumplicidade objectiva com a estratégia indonésia.

Existe hoje, amplamente divulgada, abundante documentação comprovativa da dimensão e gravidade dessas cumplicidades.

A Indonésia é uma enorme e riquíssima reserva de matérias-primas e um grande mercado em rápida expansão. Timor é um pequeno território inerte e o peso político de Portugal como potência administrante muito escasso. As grandes potências não hesitaram na escolha a fazer...

A Austrália, país industrializado de média dimensão, apressou-se como vizinha de Timor a dar o mau exemplo. Antes mesmo da invasão, o seu embaixador em Jacarta, Richard Woolcot, já sugeria em mensagem ao seu governo que seria útil «minimizar as repercussões (da agressão) na Austrália e, em privado, manifestar aos indonésios a nossa compreensão». É oportuno recordar que o governo do primeiro-ministro Fraser reconheceu depois de facto e de jure a anexação de Timor a troco de acordos de partilha do petróleo da plataforma marítima de Timor-Leste.

A posição oficial nipónica, negativa, tem sido também ditada pelo egoísmo. O Japão é o principal investidor estrangeiro na Indonésia. Paradoxalmente, é também o país onde se formou o maior número de movimentos de solidariedade com o povo maubere.

No tocante à questão de fundo da autodeterminação, os governos

da França, do Reino Unido, do Canadá e da Holanda — todos com importantes interesses económicos na região — esforçaram-se igualmente por não criar embaraços a Jacarta. Os fornecimentos de armas e a ajuda militar foram mantidos após a anexação. A China apoia a anexação. A posição da Rússia favorece também a Indonésia.

Mais complexo é o envolvimento da Administração norte-americana. Sem a concordância do governo dos EUA, a Indonésia não teria ousado invadir Timor-Leste. O ex-presidente Gerald Ford e Kissinger, então secretário de Estado, encontravam-se em visita oficial a Jacarta, na véspera da invasão. Conheciam em pormenor o projecto de agressão.

Nas suas Memórias, Patrick Moynihan, ao tempo embaixador dos EUA nas Nações Unidas, descreve, não sem orgulho, o papel que cumpriu em 1975 para evitar que a Resolução 384 do Conselho de Segurança produzisse efeitos práticos. Transcrevo um parágrafo expressivo: «Os EUA quiseram que as coisas corressesem como correram e trabalharam para esse fim. O Departamento de Estado pretendia que a ONU fosse totalmente ineficaz em qualquer medida a tomar. Essa tarefa foi-me confiada e eu executei-a com considerável êxito.»

Qualquer comentário seria supérfluo.

Os argumentos indonésios para a recusa do cumprimento das Resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança da ONU são inaceitáveis. A chamada consulta do povo de Timor-Leste sobre a incorporação na República da Indonésia é do domínio da ficção. Não existiu.

A Indonésia é um mosaico de povos de etnias diferenciadas. Mas se aceitássemos o argumento relativo à raiz malaia comum, a Indonésia teria de reivindicar a incorporação da Malásia Ocidental, do Norte de Bornéu, de parte das Filipinas e da Papua Oriental e de algumas áreas de Madagáscar... Assim o sublinharam Henry Kissinger e o prof. Benedict Anderson, da Universidade de Cornell e eminente especialista internacional em história da Indonésia.

A recusa indonésia em cumprir as decisões da ONU gerou uma situação de impasse que encontrou a sua expressão institucional na Resolução 37/30 da Assembleia Geral de 23 de Novembro de 1982.

O secretário-geral foi pela Assembleia incumbido de «iniciar consultar com todas as partes directamente interessadas, com o objectivo de encontrar os meios que permitam chegar a uma solução global do problema».

Durante quase uma década a Indonésia ignorou na prática essa recomendação, ao sentir-se encorajada pela passividade colaborante das grandes potências.

O massacre de Santa Cruz, em 12 de Novembro de 1991, veio, porém, chamar a atenção da opinião pública internacional para Timor-Leste, forçando Jacarta a alterações de fachada na sua política timorense. Com o rodar do tempo o recuo acentuou-se e as concessões assumiram algum significado. O desgaste do regime, identificável no avolumar da contestação interna, também contribuiu para uma menor rigidez no tratamento da questão timorense.

Os depoimentos de jornalistas americanos e europeus que assistiram à chacina no Cemitério de Dili — alguns deles agredidos com selvajaria como os americanos Alain Nairn e Amy Goodman — colocaram de repente a luta do povo maubere em foco na actualidade internacional. Dezenas de milhões de pessoas aperceberam-se então, com atraso, da tragédia de um povo esquecido. A cumplicidade com o governo de Jacarta tornou-se mais difícil. Os relatórios das organizações internacionais sobre a permanente violação dos direitos humanos no território começaram a ter eco nos grandes órgãos de comunicação social.

Aliás, a simples leitura das opiniões emitidas por generais indonésios sobre o massacre de Santa Cruz é esclarecedora da mentalidade de um exército de ocupação que traz à memória pela sua desumanidade e mundividência das SS do III Reich. Para o general Tri Sutrisno o povo de Dili que caminhava para o Cemitério era uma massa de delinquentes. E «os agitadores — afirmou no Parlamento indonésio — devem ser mortos e sê-lo-ão quando necessário (...) era uma manifestação do inimigo!»

O general Warouw, comandante das tropas de ocupação, definiu Timor-Leste como «zona de operações militares». E nessa conformidade «o dever de qualquer soldado é — disse — destruir o inimigo». Acontece que o inimigo é o povo maubere cuja esmagadora maioria rejeita a ocupação indonésia.

Sucessivamente, o Parlamento Europeu, a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, a Assembleia Parlamentar da União da Europa Ocidental e diferentes parlamentos nacionais aprovaram resoluções condenando as violações dos direitos humanos em Timor-Leste e a ajuda militar à Indonésia, pronunciando-se a favor do direito à autodeterminação do povo maubere.

Nos EUA, os grandes jornais passaram a denunciar com insistência e maior clareza o terror implantado em Timor-Leste pela República Indonésia.

O Congresso não permaneceu insensível. A carta assinada por 43 senadores e representantes ao Presidente Clinton em Julho de

1993 veio confirmar a tendência para uma mudança, embora mais de forma que de fundo, na política timorense. Mas a Administração, no tocante ao tema fundamental da autodeterminação, não alterou a sua posição. Manifesta-se preocupado com o desrespeito pelos direitos humanos, mas o Departamento de Estado reconhece a anexação de Timor-Leste pela Indonésia como um *fait accompli* — na fórmula diplomática oficial — embora sublinhando que a incorporação não se realizou por métodos democráticos...

Apercebendo-se da pressão cada vez mais forte da opinião pública internacional, a Indonésia abandonou finalmente a política da intransigência total e aceitou discutir a temática dos direitos humanos. Faz tímidas concessões, mas nega-se a admitir o direito à autodeterminação para Timor. Paradoxalmente, o general Suharto, ao presidir à Conferência dos Não Alinhados, proclamou o direito do povo palestino à autodeterminação e à independência, criticando então com firmeza a política dos poderosos que não respeitam os vizinhos pequenos e fracos. Entretanto, o seu ministro dos Assuntos de Segurança, Sudomo, ao ser interrogado sobre os efeitos das decisões internacionais relativas a Timor-Leste, respondeu secamente: «Quaisquer que sejam as Resoluções que a ONU venha a votar sobre Timor-Leste essa nossa Província permanecerá como parte inseparável da Indonésia». Donde se conclui que a Indonésia, farsaicamente, adopta duas concepções do Direito Internacional: uma exclusivamente para ela; outra para os demais.

Nem tudo, porém, continuou legal. Nos três últimos anos, Jacarta desenvolveu uma política externa que visa melhorar a imagem do governo de Suharto ao aceitar, concretamente, na Comissão dos Direitos do Homem, em Genebra, textos críticos relativamente às violações de direitos humanos em Timor.

Simultaneamente, Jacarta não somente aceitou a proposta para conversações com Portugal, como potência administrante reconhecida pela ONU, como afirmou repetidamente através do ministro Ali Alatas que no tocante aos direitos humanos somente seria possível avançar-se muito se fossem tomadas «medidas de confiança».

É hoje evidente que o objectivo do regime indonésio consiste em ganhar tempo, de modo a neutralizar o parágrafo da Resolução 37/30 da Assembleia Geral da ONU que confiou ao secretário-geral a missão de desenvolver com as partes interessadas esforços tendentes a uma solução global para Timor, internacionalmente aceitável que respeite as decisões tomadas pelo Conselho de Segurança e pela Assembleia. Obviamente, essa solução para Portugal e para o povo maubere passa pelo exercício do direito à autodeterminação enquanto que para os indonésios se esgota no terreno dos direitos humanos.

O governo do general Suharto não cumpre minimamente os compromissos assumidos. As perseguições, as prisões, os espancamentos, os assassinios políticos, a tortura, os julgamentos em audiências de farsa são parte componente da engrenagem do regime.

Que se pode esperar de um governo cuja política, em Dili, introduziu o corte de orelhas como punição mínima infligida aos patriotas timorenses?

O que se faz hoje no campo da solidariedade ao povo maubere é muito pouco, não obstante a generosidade e o empenho de organizações e personalidades que erigiram essa solidariedade em combates prioritários. Mas, embora lentamente, registam-se progressos na ajuda a Timor-Leste. É muito positivo que jornais como o «New York Times» e o «Washington Post» lembrem ao presidente Clinton que a luta pela defesa dos direitos humanos em Timor-Leste é apenas o primeiro passo de outra, mais ampla e fundamental, que permita à nação maubere exercer o seu direito à autodeterminação. É muito positivo que gente com ideários e opções religiosas tão diferenciadas tenha desafiado em Manila proibições e ameaças, levando mais longe no Pacífico a solidariedade com o povo timorense.

O desenvolvimento da história não é previsível com rigor, todos temos consciência de que o povo de Timor, desarmado, pobre e pouco numeroso, enfrenta em condições terríveis um ocupante poderosíssimo, um Estado autocrático de vocação imperial com 190 milhões de habitantes.

E, contudo, nesse confronto do pigmeu contra o gigante, a resistência do primeiro à perda da identidade cultural e na defesa do direito a ser sujeito do seu amanhã comove, aquece a confiança dos que estão com ele solidários. Houve nações que conquistaram a independência após séculos de ocupação e humilhações. Não há limites temporais para a resistência de um povo. Por isso mesmo, a tenacidade posta pelos timorenses na recusa da submissão abre no horizonte um clarão de esperança. Para nós, portugueses, não há outra causa cuja assunção nos emocione tanto.

A nação maubere, em 20 anos de luta, tornou-se herói colectivo de uma epopeia da humanidade. Não estamos aqui somente para lhe manifestar respeito e admiração. Esta Conferência Interparlamentar Internacional visa, antes de mais, ajudar esse povo maravilhoso a vencer a batalha pela liberdade. De cada um de nós, e de todos conjuntamente, depende um pouco o fim da orgia da barbárie indonésia em Timor-Leste e o abrir das portas à autodeterminação maubere.

Muito obrigado, Senhor Presidente.



Os deputados comunistas acompanharam com vivo interesse os trabalhos da Conferência

A solidariedade... e a desinformação

Falou-se e escreveu-se pouco em Portugal sobre a Conferência Interparlamentar por Timor-Leste que, na semana passada, trouxe a Lisboa deputados e senadores das cinco partes do mundo.

Sendo o alargamento da solidariedade o objectivo prioritário, o balanço é muito positivo porque a Conferência não se fez para os portugueses, mas para romper altos muros de incompreensão, para sensibilizar povos muito diferenciados, metendo-lhes na consciência a luta heróica da esquecida nação maubere. E isso está a ocorrer.

A opinião pública portuguesa teve alguma dificuldade em perceber o que se passou na Conferência e em lhe avaliar o significado. A cobertura mediática foi muito má. Durante os dois primeiros dias, a imprensa quase ignorou o acontecimento e a televisão deu-lhe atenção mínima. Posteriormente, a comunicação social (sobretudo os diários mais influentes) divulgou relatos tendenciosos da sessão de encerramento, demonstrando não haver captado as questões fundamentais que estavam em causa.

Títulos, reportagens e comentários transmitiram ao povo português a ideia de que os convidados estrangeiros — na sua maioria parlamentares de mais de três dezenas de países — inconformados com uma posição supostamente recuada da Comissão de Acompanhamento da Situação em Timor-Leste, haviam forçado a inclusão na Declaração de Lisboa de propostas muito mais avançadas. Por outras palavras, os visitantes, através dessa iniciativa, tinham levado mais longe a solidariedade. Títulos como «Acção, senhores, acção» (*Público*) e «Parlamentares rejeitam documento proposto por deputados portugueses: Vimos aqui para fazer algo mais» (*D. Notícias*) contribuíram para desinformar aqueles que desconhecem o conteúdo dos documentos submetidos a votação.

É um facto que a sessão foi tensa e confusa. A polémica, entretanto, desenvolveu-se de começo a fim em torno do acessório e não do fundamental. O presidente da Comissão de Acompanhamento, deputado Fernando Amaral, foi, porém, claro ao sublinhar logo no início que não levantava objecção alguma à aprovação do conjunto de sugestões apresentadas pelo juiz Michael Kirby, membro do Supremo Tribunal de Sidney e presidente da Comissão Internacional de Juristas. Defendeu, porém, que tanto esse texto, como outro, da autoria de Lord Avebury, fossem votados separadamente da Declaração de Lisboa, sem dela fazerem parte integrante.

Essa posição não prevaleceu. O resultado da votação levou alguns jornalistas a afirmarem que, finalmente, graças aos estrangeiros, a Declaração de Lisboa fora transformada num dinâmico programa de acção, caracterizado por um feixe de medidas práticas.

É uma conclusão inexacta e que induz em erro.

Muitas das sugestões reunidas nos 25 pontos do Documento Kirby são, a meu ver, positivas e contribuíram para a valorização da Conferência.

Não obstante, entendo que esse Documento não deveria ter sido integrado na Declaração de Lisboa. Precisamente por pretender ser exaustivo como somatório de iniciativas a desenvolver e de definições de princípio — o texto de Kirby não deve ser apreciado apenas pelo que afirma e propõe. Temos de o avaliar também pelo que não diz, pelo que omite.

Essa é a área dos equívocos, porque tratando-se de um texto tão pormenorizado, as ausências justificam uma atitude de reflexão.

Cito cinco omissões importantes:

• O Documento não faz referência à necessidade do cumprimento das Resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança da ONU sobre Timor-Leste. Segundo Kirby, o direito à autodeterminação (a palavra independência não figura, aliás, em qualquer dos 23 pontos) advém da «Lei Internacional». A diferença é muito importante: o Conselho de Segurança é o órgão executivo da ONU com poderes para impor o respeito das suas Resoluções; a Lei Internacional, na prática, somente tem força moral.

• O embargo de fornecimento de armas a Jacarta seria, numa primeira fase, apenas «selectivo».

• A referência à ajuda económica à Indonésia limita-se à sugestão de «acompanhamento» da acção do Banco Mundial (!) na Indonésia e em Timor-Leste.

• O documento não contém referências ao Timor GAP (na sua inter-

venção, Kirby salientou que o Supremo Tribunal da Austrália não respeitará a sentença do Tribunal da Haia relativa ao *Timor Gap Treaty* se a mesma lhe for desfavorável).

• A mais inexplicável das lacunas está implícita no Ponto 19 quando o juiz Kirby sugere que os parlamentares europeus sejam encorajados a levantar a questão de Timor-Leste nos órgãos da União Europeia com atenção especial no tocante ao Governo e ao Parlamento da Holanda. Ora, sendo os EUA e a Austrália os dois Estados cuja cumplicidade com o governo de Jacarta é mais ostensiva e grave, seria natural que o Documento Kirby incluísse uma referência crítica especial a essas situações, até porque a Austrália reconhece a anexação de Timor-Leste *de facto* e *de jure* e os EUA *de facto*. Entretanto, os EUA e a Austrália não são sequer citados ao longo dos 23 Pontos. Porquê?

Não cabe aqui levantar hipóteses, mas estamos perante uma omissão imperdoável.

Governo ausente

É uma evidência que o projecto de Declaração de Lisboa apresentada pela Comissão de Acompanhamento poderia ser melhor.

É também verdade que não continha inovações. Mas não era essa a função de um texto de síntese, sem objectivos programáticos. Entretanto, esse projecto que — segundo dizem — «não trazia nada de novo» vai mais longe do que o conjunto dos 23 Pontos relativamente a três questões de fundo:

1 — A exigência do cumprimento das Resoluções das Nações Unidas é fundamental. Elas determinam, sublinhe-se, a retirada das tropas invasoras indonésias.

2 — A exigência da libertação imediata de Xanana Gusmão e de todos os presos políticos timorenses.

3 — O apelo ao embargo total da venda de armas à Indonésia. Somadas, as omissões do Documento Kirby tiram-lhe coerência como esboço de programa de acção. A ênfase, louvável, posta na frente de defesa dos direitos humanos não é complementada por iniciativas que considerem o papel fulcral desempenhado pelos dois países cuja cumplicidade — a nível de Governos — com a Indonésia contribuiu e contribui decisivamente para a sua política de intransigência relativamente ao futuro de Timor-Leste.

Obviamente, numa Conferência de Solidariedade seria negativo submeter a uma crítica de fundo, no encerramento, quando a confusão se estabeleceu, um Documento apresentado como muito inovador e avançado. Mas, defender a vantagem de uma votação separada do projecto da Declaração de Lisboa foi uma atitude correcta.

Não o soube, porém, compreender a comunicação social que tão mal cobriu o acontecimento. Com tamanha desatenção que nem ao menos noticiou uma ausência chocante. Na sessão de abertura da Conferência (o Presidente da República não pôde assistir por doença, mas enviou uma mensagem). O Governo não se fez representar por um só ministro. Já a solenidade ia pelo meio quando, esbaforido, apareceu o secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares. Sentou-se num lugar errado, mas nem por isso conseguiu tapar o enorme e feio buraco.

A contrastar com o distanciamento do Executivo, duas presenças chamaram a atenção pelo seu significado. O Brasil entrou torrencialmente (enfim!) na solidariedade com Timor-Leste. Os seus quatro representantes tiveram participação intensa nos debates. Um deles, jornalista, transmitiu reportagens do acontecimento para uma cadeia de 170 rádios, incluindo a Globo. E, finda a Conferência, visitaram o novo embaixador, o ex-presidente Itamar Franco e pediram-lhe que se envolvesse pessoalmente na solidariedade com o povo maubere, facilitando iniciativas que possam levar os dirigentes timorenses a terras brasileiras.

Outra nota reconfortante foi o alto nível das delegações dos Palops. Angola, Moçambique, Cabo Verde estiveram representados por figuras de projecção internacional: Lúcio Lara, França Van Dunen, Marcelino dos Santos e Pedro Pires.

(!) É estranhável, aliás, que o juiz Kirby nas referências que, na sua intervenção, faz à pujança económica da Indonésia e à melhora dos índices relativos às estruturas sociais, recorda como fonte estatística apenas ao Banco Mundial, ao afirmar que a percentagem de pobres naquele país caiu de 60% para 13% nos últimos 25 anos.



Declaração de Lisboa

A Conferência Interparlamentar Internacional de Lisboa, reunida de 31 de Maio a 2 de Junho, teve como objectivo prioritário ajudar o povo de Timor-Leste a vencer a sua batalha pela liberdade.

A República da Indonésia invadiu e ocupou Timor-Leste em Dezembro de 1975, violando a Carta das Nações Unidas.

O povo de Timor-Leste foi impedido pela força de exercer o seu direito à autodeterminação e independência.

A Assembleia Geral e o Conselho de Segurança das Nações Unidas condenaram imediatamente a agressão praticada pela República da Indonésia.

O povo de Timor-Leste foi submetido a uma política de genocídio pela República da Indonésia que anexou o território, provocando mais de 200 000 mortos.

A República da Indonésia, negando-se a cumprir as Resoluções das Nações Unidas e a atender os apelos da Comunidade Internacional, continua a recusar o Estatuto de Portugal, como Potência Administrante do território de Timor-Leste, para promover o processo da autodeterminação do seu Povo.

Considerando a situação criada, os participantes na Conferência Interparlamentar Internacional de Lisboa:

1º Exortam a República da Indonésia a cumprir as resoluções da ONU sobre Timor-Leste;

2º Apela às Nações Unidas para que assegurem o respeito pelos Direitos Humanos em Timor-Leste;

3º Apela à ONU e a todos os Governos e Parlamentos de países que têm vendido armas à Indonésia, para que sejam implementadas com urgência medidas capazes de tornar efectivo o embargo a esse comércio, condenado pelo Parlamento Europeu e pela Comunidade Internacional;

4º Exigem a libertação imediata de Xanana Gusmão e de todos os presos políticos timorenses encarcerados na Indonésia e em Timor-Leste;

5º Alertam os Estados membros da ONU, designadamente as potências com influência na área, para a necessidade urgente de cooperarem na busca de uma solução internacionalmente aceitável que assegure o direito inalienável à autodeterminação do povo de Timor-Leste;

6º Solicitam à ONU que proclame o 7 de Dezembro dia internacional de Timor-Leste;

7º Prestam homenagem à heróica e trágica saga do povo de Timor-Leste em defesa da sua liberdade e identidade, afirmada ao longo dos séculos.

Lisboa, 2 de Junho de 1995

Nota — Posteriormente, foram acrescentadas à Declaração de Lisboa duas adendas, sob a forma de artigos, uma por proposta de Marcelino dos Santos, a outra por iniciativa de um participante brasileiro:

— Envolver Xanana Gusmão e as organizações representativas da Resistência timorense nas negociações levadas a cabo pelo Secretário-Geral das Nações Unidas;

— Apelar aos parlamentares e entidades diplomáticas e populares que manifestem sob as mais diferentes formas a sua solidariedade à justa luta do povo de Timor-Leste.

A II Assembleia do Sector Intelectual de Lisboa do PCP, realizada no passado fim-de-semana na Faculdade de Belas-Artes foi marcada pelo riquíssimo contributo de dezenas de comunicações, escritas na fase preparatória ou proferidas no decorrer dos trabalhos, que, integradas em dois dos pontos da Ordem de Trabalhos, abordariam e proporcionariam debate em temáticas tão diversas como «cultura e mercado», «intelectuais e teoria revolucionária», «necessidade e justiça da crítica ao capitalismo contemporâneo», «o valor do trabalho intelectual para o desenvolvimento social e nacional e para a radicação e ampliação da democracia», «a autonomia relativa do trabalho intelectual», «intelectuais e poder», situação e políticas na ciência e tecnologia, comunicação social, música, autarquias, sindicalismo, democracia cultural, etc., etc. Nomes como António Abreu, Aurélio Santos, Eduardo Chitas, Fernando Correia, Fernando Valdez, Francisco da Silva, Gisela da Conceição, Jorge Lima Barreto, José Barata-Moura, José Duarte, Madalena Santos, Manuel Gusmão, Paulo Sucena, Rogério Gonçalves, Rui Namorado Rosa, Sérgio Ribeiro ou Urbano Tavares Rodrigues foram alguns dos autores das muitas comunicações escritas a que se acrescentou a colaboração, nos dois dias de trabalhos, do debate entre as centenas de presenças na Faculdade de Belas-Artes de escritores, músicos, autarcas, engenheiros, professores de todos os graus de ensino, trabalhadores da função pública, encenadores, actores, jornalistas, advogados, juristas, arquitectos, editores, designers, tradutores, médicos, psicólogos, investigadores, e um outro sem-número de profissões intelectuais.

Em discussão, para além de questões de Organização e da eleição de uma nova Direcção para a estrutura (eleita por unanimidade, composta por 51 pessoas representantes de várias profissões e actividades, com a média de idades de 45 anos e sendo um terço mulheres), estiveram dois temas, assim enunciados na Ordem de Trabalhos: «os intelectuais comunistas, a perspectiva revolucionária sobre a democracia, a luta por uma nova política e a batalha eleitoral» e «a situação dos intelectuais e das suas áreas de trabalho. O valor social, democrático e nacional do trabalho intelectual, as propostas e formas de intervenção dos comunistas».

A intervenção de abertura da Assembleia coube a Helena Medina que situou os principais objectivos da Assembleia. O 1º ponto da Ordem de Trabalhos abriu com intervenções de Manuel Gusmão sobre «Os intelectuais comunistas, a perspectiva revolucionária sobre a democracia» e Viriato Jordão, sobre «A necessidade de uma nova política e a batalha eleitoral». O 2º ponto abriu com intervenções de Elvira Nereu («A situação dos intelectuais e as suas áreas de trabalho»), Francisco Silva («O valor social, democrático e nacional do trabalho intelectual») e Filipe Diniz («A intervenção social, sindical, cultural e política dos intelectuais»).

Foram aprovadas quatro moções: uma de solidariedade com os trabalhadores em luta, outra com Cuba, em defesa da Gravuras de Foz Côa e de uma Escola Pública Democrática e de qualidade, bem como uma Resolução Política onde se sintetizam as orientações adoptadas pelos participantes no debate. Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, falou no final do primeiro dia de trabalhos fazendo um intervenção que aqui publicamos.



II Assembleia do Sector Intelectual de Lisboa

O valor do trabalho

Carlos Carvalhas

Um impulso à intervenção dos no combate de todos pela libe

Saudando fraternalmente todos os participantes e convidados desta II Assembleia do Sector Intelectual de Lisboa do PCP, saudamos também todos os intelectuais comunistas que, na diversidade das suas actividades e das suas formas de intervenção política, cultural, cívica e política, dão uma contribuição do mais alto valor para a acção do nosso Partido, para a sua capacidade de corresponder às suas grandes responsabilidades na vida nacional, para uma renovada afirmação e uma maior projecção da identidade e do projecto comunista na sociedade portuguesa.

Os aspectos inovadores da preparação desta Assembleia, a qualidade e o interesse que marcaram o debate hoje realizado, as estimulantes reflexões escritas com que diversos camaradas contribuíram para os materiais preparatórios do debate, as principais análises e propostas de orientação constantes do projecto de Resolução atestam, em conjunto, a existência de um valioso património de reflexão que é uma segura e indispensável base para um maior e mais rico desenvolvimento da acção e organização do Partido junto dos intelectuais.

É certo que nesta, como em muitas outras frentes de trabalho, de intervenção e de influência, temos ainda um longo caminho a percorrer para conseguirmos superar o que está há muito identificado.

Mas, mantendo uma grande exigência para connosco próprios e não perdendo também de vista as limitações que inevitavelmente decorrem da situação objectiva em que decorre a nossa luta, cremos ser justo assinalar que esta II Assembleia representa um importante progresso na nossa reflexão e no nosso apuramento de linhas de orientação e poderá dar um novo impulso à contribuição dos intelectuais comunistas para a vida e a acção do Partido, um novo e confiante impulso à intervenção dos intelectuais comunistas neste grande combate de todos nós pela liberdade, pela democracia e pelo socialismo.

Falámos, há pouco, do caminho que temos para percorrer. A avaliar pelas especulações e deturpações que tradicionalmente são objecto as nossas avaliações ou autocríticas em relação ao nosso trabalho e actividade, dir-se-ia que deveríamos estar proibidos de as fazer.

Creio que todos compreendem que nunca poderemos aceitar uma tal chantagem e uma tal intimidação.

Mas talvez seja oportuno acrescentar que por detrás do facto de ninguém se interessar pelo estado da organização, da militância ou da influência de outros partidos e de alguns sempre empolarem e distorcerem as nossas voluntárias apreciações e críticas sobre essas matérias, talvez esteja no fundo uma diferença que só nos pode honrar e diferenciar positivamente.

É que não faz nenhum sentido perguntar ou ajuizar do estado de organização ou de militância em partidos que se converteram em segmentos do aparelho de Estado ou em meros aparelhos de apoio a um líder que tudo determina e que, no essencial, converteram os seus filiados em meros espectadores quotidianos e passivos, das iluminadas decisões de alguns.

Mas faz todo o sentido que se preocupe com a sua organização, com a mais ampla participação dos militantes, com a cultura de participação como já foi aqui dito, com o fortalecimento da democracia interna, um partido como o PCP que é uma associação

voluntária de homens livres empenhados num grande projecto humanista de transformação social, que é uma força que, longe de se contentar com o lugar que por direito próprio ocupa nas instituições democráticas, faz da sua presença e intervenção no movimento real da sociedade um elemento essencial da sua identidade e uma componente decisiva das suas concepções políticas e ideológicas.

Que nos entendam, portanto, de vez, aqueles que, desonestamente, sempre transformam as

nossas próprias avaliações ou referências a atrasos, em confissões de suposta crise ou de susto perante pretensos definhamentos.

É tempo de lhes dizer que em matéria de organização, de actividade e de militância, seja em relação ao mundo do trabalho seja em relação às camadas intelectuais, se o nosso critério fosse o de mera comparação com outros partidos então não haveria razão nem para preocupações nem para observações de carácter autocrítico.

Acontece porém é que os nossos critérios não são esses, mas sim, os exigentes critérios que definimos em função da natureza de classe do nosso Partido, das suas tarefas, dos seus objectivos e do seu projecto político...

A importante percentagem de intelectuais que integram as fileiras do Partido, o destacado papel que os intelectuais comunistas desempenham em organizações socioprofissionais, no movimento associativo e na criação cultural do país, apesar de muitas vezes vítimas individuais do muro de silêncio e das marés de preconceito que atingem o seu Partido, são um indicador claro da influência e capacidade de atracção que o PCP tem nesta importante área social.

Por outro lado, entre muitos outros sinais, quer a experiência dos «Debates com o país», quer o prestígio e impacto de recentes realizações de cultura promovidas pelo Partido, quer ainda numerosas declarações de apoio à CDU que já foram obtidas, testemunham claramente as grandes potencialidades existentes para uma aprofundamento do diálogo do PCP com a intelectualidade e para que se fortaleça o já hoje evidente movimento de simpatia e interesse em torno das propostas do PCP, do seu singular papel na vida nacional como a esquerda necessária e indispensável para uma nova política e para uma alternativa democrática.

O PCP na vida nacional

Uma nova política e uma alternativa democrática - aí estão sinteticamente dois grandes objectivos cruciais do nosso Partido com vista a esse momento decisivo que vão ser as próximas eleições legislativas e que correspondem a uma grande aspiração que se afirma crescentemente na sociedade portuguesa.

Mas o PCP não é apenas a grande força dinamizadora da resistência e oposição à política e aos governos de direita, não é apenas a força que mais coerentemente se bate por uma nova política e por uma política de esquerda, não é apenas a força que mais consequentemente se bate por uma verdadeira alternativa democrática.

É também, de entre as principais forças políticas nacionais, a única que não se conforma nem se resigna perante uma proclamada eternidade do capitalismo e que mantém vivo e aberto o horizonte de esperança, a renovar e revivificar constantemente, numa perspectiva de superação do capitalismo.

Enquanto outros mergulham em humilhantes abdicções e rendições perante os dogmas do grande capital e das ideias dominantes, o PCP é a força política que exerce uma pedagogia activa de resistência e de acumulação de forças para os avanços sociais, políticos e para os progressos de civilização que estão ao alcance da capacidade transformadora dos homens.

Num tempo onde o arrivismo, o egoísmo individualista, o pragmatismo acéfalo, a banalização do inadmissível e a aceitação do intolerável parecem ser as regras do sucesso fácil, o PCP é a força política que tem a coragem de afirmar que a dignidade humana, a coerência individual e colectiva, a verticalidade, a capacidade de revolta e indignação perante as injustiças, prepotências e dominações, a vontade de lutar, de transformar e de construir são as únicas atitudes que, no presente, ajudam a configurar um futuro melhor.

Enquanto outros se acomodam ou mostram satisfação com a perspectiva de a entrada no Século XXI se fazer com os direitos dos trabalhadores e outros direitos sociais reduzidos aos níveis do final do século XIX, o PCP é a força política que frontalmente condena uma tal ofensiva e frontalmente qualifica uma tal perspectiva como visando um intolerável retrocesso de civilização que ofende a consciência universal.

do PCP

Iho intelectual

intelectuais comunistas rdade, pela democracia e pelo socialismo

Enquanto outros se dedicam a aperfeiçoar mecanismos de desinformação, de alienação e de intoxicação ao serviço da impunidade e sobrevivência da sua política e da conservação da sua dominação de classe favorecendo uma real despolitização, um efectivo esvaziamento da cidadania e uma descarada expropriação da democracia representativa e da soberania popular, o PCP é a força política que sempre apela ao exercício da razão e do espírito crítico, ao exercício pleno da cidadania, que sempre acentua que os cidadãos devem sobretudo ter confiança na sua própria intervenção e luta.

A necessidade de uma nova política

Como se afirma no Projecto de Resolução Política desta Assembleia, o mundo contemporâneo é percorrido por uma profunda contradição entre as enormes potencialidades abertas à Humanidade nomeadamente, pelos avanços da ciência e tecnologia e a expansão da miséria e da pobreza, a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores e contra a segurança social.

A recente cimeira realizada pela ONU, em Copenhaga, sobre o desenvolvimento humano, forneceu todo um conjunto de dados impressionantes que mostram o que tem sido o desenvolvimento capitalista, isto é, como se têm acentuado as desigualdades e a desintegração social no Planeta. Mais de 1/5 da população mundial não dispõe de 1 dólar por dia para viver; 2 milhares de milhões não têm acesso a água potável, 14 milhões de crianças morrem em cada ano com doenças evitáveis e curáveis; o Brasil conta com 400 000 crianças na rua, das quais, quatro são em média mortas por dia; avalia-se em meio milhão o número de crianças prostituídas na Tailândia, no Sri Lanka e nas Filipinas; nos EUA, a taxa de desemprego dos negros é dupla da dos brancos; na França, 10% das famílias mais afortunadas recebem 1/4 do rendimento nacional e possuem metade do património privado!...

Estes são apenas alguns dados que revelam as consequências do desenvolvimento capitalista, das relações de exploração e da sua ofensiva onde intervém a arma ideológica, a arma alimentar a pressão e as intervenções militares.

E neste quadro a uniformização e o monolitismo das ideias são-lhe indispensáveis.

Assim e apesar dos factos, os apologistas do neoliberalismo continuam através de poderosos meios de comunicação a difundir uma espécie de «pensamento único» e a proclamar com arrogância que não há outra política, que não há outra saída, sob pena da desestabilização e do desencadear de uma grave crise.

Por isso, quando vemos por aí um dirigente de um partido que se proclama candidato a Primeiro-Ministro, afirmando-se «liberal na economia», para depois exortar aos valores da «solidariedade social», temos de sublinhar que as políticas neoliberais conduzem em linha recta à concentração da riqueza num pólo e no outro, à acentuação das dificuldades para um número crescente de famílias, ao aumento do desemprego e do trabalho precário pelo que, o exortar aos valores da solidariedade social, não passa de retórica para cobrir uma política que no essencial não se distingue da do PSD.

A eficácia das receitas neoliberais estão à vista em muitos países - graças a elas, na Inglaterra o número de súbditos de «Sua Majestade» que vivem abaixo do limiar de pobreza passou de 5 milhões em 1987, para cerca de 14 milhões em 1994.

Graças a elas, graças ao sistema, graças às políticas de Maastricht, todos os anos milhões de trabalhadores são colocados no desemprego, milhões de famílias são condenadas à pobreza, enquanto florescem as actividades especulativas e parasitárias e as Bolsas se mantêm em plena euforia especulativa, anunciando em fanfarra os recordes dos seus índices...

Pela nossa parte, dizemos com clareza que é necessário romper com as políticas de Maastricht e, numa altura em que se mantém anémico o consumo interno, afirmamos também que é necessário relançar a economia pelo motor da justiça social.

A melhoria do poder de compra da população é não só um factor de justiça social como um elemento de eficácia económica.

Eficácia económica porque o alargamento do mercado interno é um factor de dinamização de toda a economia e do emprego.

Assumimo-nos nas palavras e nos actos como o grande Partido da esquerda, o Partido da classe operária e de todos os trabalhadores, sem subterfúgios ou cosméticas de última hora para tentar atrair o apoio de trabalhadores indecisos.

Dizemos com clareza o que pensamos, o que propomos, o que queremos e o que fazemos.

Não nos afirmamos liberais em economia, quando nós dirigimos ao grande capital e solidários e defensores da justiça social, quando estamos com os trabalhadores.

É preciso recordar ao PS, que há dois dias numa empresa dirigindo-se a trabalhadores lhes pediu o voto de esquerda, que este PS é o mesmo partido, que defende «maior flexibilidade para os trabalhadores», que é o mesmo partido que achou pouco a entrega pelo PSD de 60 milhões de contos aos grandes proprietários do Alentejo, que é o mesmo partido que não levantou um dedo sequer contra as privatizações da Telecom, Petrogal, Portucel..., que é o mesmo partido que defende uma norma salarial que continuará a penalizar a distribuição do Rendimento Nacional em relação aos trabalhadores, que é o mesmo partido que conjuntamente com o PSD aprovou Maastricht e as suas políticas e que recusou o referendo sobre este Tratado...

Criticar as consequências, quando se esteve de acordo com as principais causas que as produziram é um puro exercício da pior política politiqueria.

O orgulhamo-nos da nossa coerência. Nós não andamos a criticar a reforma da PAC em frente dos agricultores depois de a termos aprovado no Parlamento Europeu, não andamos a avisar os viticultores que a União Europeia queria facilitar o enriquecimento dos vinhos de baixa graduação alcoólica com açúcar para favorecer alguns países do Norte, para depois votarmos em Estrasburgo um Relatório que vai nesse sentido, nós não andamos a dizer que é preciso combater o desemprego e dinamizar a produção depois da termos aprovado os critérios da União Económica e Monetária, e o seu fundamentalismo monetarista e neoliberal.

Portugal não pode continuar a assistir à liquidação da sua agricultura e das suas pescas, à desvitalização da sua indústria, à substituição da produção nacional pela produção estrangeira, com a entrega de vantagens fundamentais da sua economia às multinacionais.

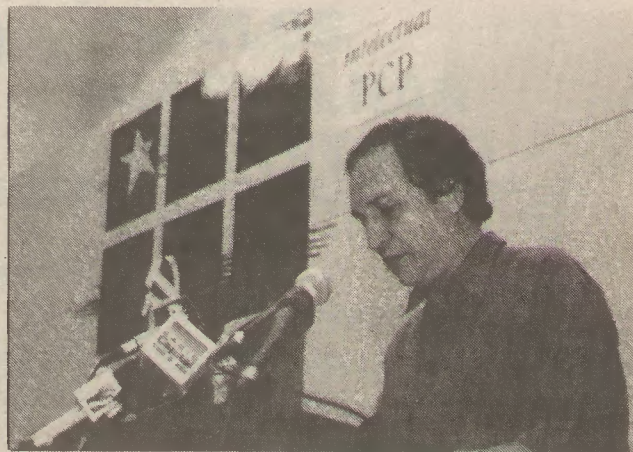
Portugal não pode continuar a comprometer parcelas significativas da sua soberania.

É necessário e urgente uma nova política que aproveite os nossos recursos e potencialidades, que valorize, defenda e estimule a produção nacional, que alargue o mercado interno melhorando as condições de vida das populações, que rompa com a política de concentração da riqueza com a política monopolista, com o saque ao património público, que assuma as suas responsabilidades constitucionais e morais na educação, na saúde e na habitação social, que dê efectivo combate ao desemprego, que dê um forte impulso à moralização da vida pública, banindo o clientelismo e o abuso do poder, que permite que um ministro «alugue» impunemente, para fins partidários e com o silêncio cúmplice de Cavaco Silva, um helicóptero à Força Aérea - não se conhecia esta nova vocação das forças armadas -, que uns e outros nomeiem os seus assessores para altos lugares de empresas públicas garantindo a «vidinha» no futuro e que todos tenham nos seus gabinetes autênticos sacos azuis para utilizarem na campanha do PSD.

PCP e CDU

- uma campanha diferente

A campanha do PCP e da CDU, grande campanha por uma nova política e por uma alternativa de esquerda, dirige-se directamente aos eleitores, privilegiará o contacto com os cidadãos e com as populações, procurando de todos e de cada um a sua reflexão crítica, o apelo à cidadania activa, combatendo a abstenção e a falsa ideia de que os partidos são todos iguais, que todos prome-



tem e não cumprem, ideia que só serve para absolver os responsáveis pela política da direita.

São cada vez mais aquelas e aqueles que partilham hoje a nossa convicção que não há resposta às suas esperanças sem a coragem de utilizar os dinheiros públicos e a riqueza do país de outra maneira, sem se pôr fim à política que promove as actividades especulativas e parasitárias e penaliza as actividades produtivas, que beneficia os que dormindo enriquecem e que castiga os que vivem do trabalho, sem que faça da educação, da ciência e da cultura vectores fundamentais do desenvolvimento económico e social do País, sem que sejam postos ao serviço do progresso do país, as capacidades, as energias e o saber dos quadros técnicos e científicos.

São cada vez mais aqueles que como nós recusam que o progresso social seja considerado como um custo, como algo de insuportável e que os sacrifícios que se impõem aos que criam riqueza como uma necessidade incontornável, colocando no centro de toda a nossa intervenção, a exigência de mais democracia, de transparência, de participação activa dos cidadãos, nós iremos ao encontro da aspiração crescente de todos aqueles que querem tomar parte das decisões lá onde elas se tomam, que querem em resumo serem parte activa do nosso futuro colectivo.

Com as nossas propostas, com a nossa coerência nós vamos ao encontro das aspirações dos trabalhadores e das trabalhadoras, de todos os que se opõem às relações de dominação de Maastricht em nome do seu empenho na defesa da soberania de Portugal e da sua concepção da Europa, de uma Europa social, democrática, de paz e cooperação.

A batalha que temos pela frente deve ser considerada uma batalha de todo o Partido, de toda a CDU, **uma batalha que tem de envolver todos e cada um.**

Dirigindo-nos às mulheres, aos homens, aos jovens, os militantes, activistas e simpatizantes do PCP e da CDU, para que na campanha façam apelo à reflexão e à experiência dos cidadãos, se empenhem em fazer partilhar as razões de votar na CDU, em demonstrar a eficácia do voto na CDU, **o voto certo e seguro que conta sempre para derrotar a direita e que é determinante para se derrotar a política de direita e para que tenhamos uma saída pela esquerda, uma política ao serviço do povo e do país.**

Vamos para a próxima batalha com confiança porque os trabalhadores e o povo sabem que nós não deixaremos liquidar a esperança, nem metemos o socialismo na gaveta.

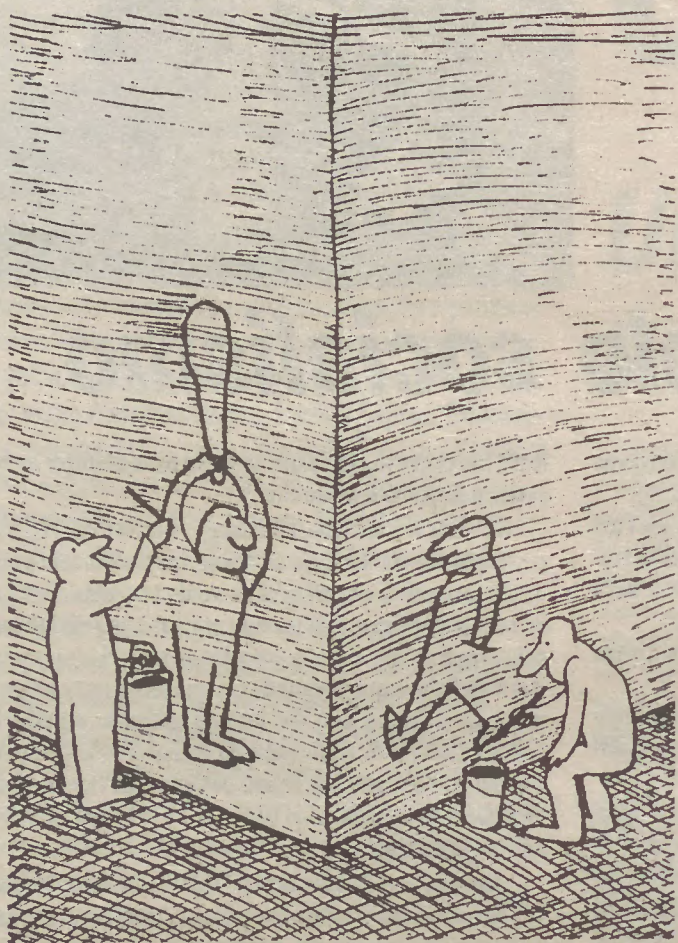
Vamos para a próxima batalha eleitoral com grande confiança, assente no nosso trabalho, no nosso património de luta e de intervenção, nas nossas propostas e projecto, na nossa coerência e verticalidade, na nossa persistência e determinação, pelo que quando outros tudo farão para que seja esquecido o que votaram, defenderam e apoiaram nós, pelo contrário, tudo devemos fazer para que se saiba e seja lembrado tudo quanto fizemos, defendemos, votámos e aprovámos...

As nossas propostas, o nosso empenho, a nossa prática dá corpo à nova esperança a um outro futuro, propondo uma outra política e uma outra perspectiva bem diferente do reinado da direita e bem diferente daqueles que no fundo querem recomeçar o que faliu.

Vamos, por isso, para a próxima batalha com serenidade, determinação e confiança sabendo de antemão que vamos ter uma grande desproporção de meios na campanha, que não faltarão as discriminações e os silenciamentos, mas sabendo também, que há uma grande corrente de simpatia à volta da CDU, que há perspectivas de uma verdadeira mudança e que nós contamos como nenhum outro partido, com uma grande força militante.

Com confiança porque a juventude, os trabalhadores e o povo sabem que podem contar connosco, nos sindicatos, nas autarquias, nas instituições e fora delas, nas pequenas e nas grandes lutas e que o reforço do PCP e da CDU, será o reforço da voz de todos, de todos os que lutam pelo desenvolvimento de uma audaciosa política pelo emprego e o progresso social, pela democracia e a independência nacional, por uma saída pela esquerda, por um Portugal de progresso e justiça, numa Europa de paz e cooperação.

PONTOS CARDEAIS



Sua Alteza vroum, vroum

Essa imprescindível publicação que é a «Olá Semanário» lançou aos povos uma informação que seguramente terá deixado a lusa gente muito mais sossegada, agitada que fora pelos faustos do casamento real ao qual compareceram uns aristocratas chegados de autocarro.

Para que conste, os presentes com os quais o sr. D. Duarte Pio foi obsequiado por ter-se enlaçado como sucedeu vão ser expostos para gáudio da população que assim poderá apreciar a máquina de lavar, a varinha mágica, o *passé vite* e outros mimos, eventualmente misturados com uma ou outra faiança

de Saxe e um terno de sofás Yves Saint Laurent. Mas vai haver um desgostozinho: da exposição não farão parte os dois automóveis que os monarcas receberam, um obsequiado pelo rei Hassan de Marrocos (as relações entre os monarcas mudaram bastante desde Tânger e Alcácer Quibir) e um *todo o terreno* dado por um anónimo súbdito. Aqui, embora não possamos completar o 4x4, faz-se luzir uma esperança sobre que as melhores tradições da monarquia lusitana poderão ter seguimento, ornadas contudo das actualizações impostas pelos tempos.

Na verdade, havia dificuldade em imaginar o Sr. D. Duarte Pio montado num alazão negro em folganças venatórias dignas dos seus antepassados D. Pedro ou D. Duarte. Igualmente parecia duvidoso que o monarca caracoleasse em marialva estilo algum puro sangue de Alter em passeios pelas lezírias ribatejanas. O Sr. D. Duarte instalado na sela real numa imóvel montada na praia do Guincho contemplando o Atlântico não surgia igualmente como verosímil. Mas está o problema resolvido. Graças ao 4x4 *todo o terreno*, a monarquia portuguesa poderá ir onde quiser. Aos campos alentejanos devastados pela seca e pelo cavaquismo. Às margens do Ave, devastados pelo desemprego e pelo cavaquismo. Às praias do Algarve devastados pelos especuladores e pelo cavaquismo. E até ao Paris-Dakar, onde, ao menos, não há cavaquismo.

Biografia

Entretanto, coincidindo com todos estes faustos, informa-se que já foi lançada a obra «D. Duarte, a primeira biografia», da autoria de Jorge Morais. Será assim de esperar a segunda. E uma terceira. E a quarta. E a quinta. É a primeira vez que o país tem um rei em fascículos.

FRASES da SEMANA

«Quem tem o apoio das populações não tem dificuldades em juntar milhares de pessoas sem gastar um único tostão.»

☞ (António Guterres, num comício, citado em «Diário de Notícias», 29.05.95)

«Tudo na vida tem o seu tempo. Numa primeira fase, achei que era minha obrigação combater os erros do Governo, agora considero ser minha obrigação dar motivos de esperança aos portugueses.»

☞ (António Guterres - «Diário de Notícias», 04.06.95)

«Em certo sentido, PS e PSD estão, como quase todos os comentadores constataam, iguais. E até mesmo, em matéria de telhados de vidro, os dois são igualzinhos, como a patética troca de acusações acerca dos «tachos» comprovou.»

☞ (Ricardo Leite Pinto - «Diário de Notícias», 03.06.95)

«Há duas semanas escrevi que, se não ocorressem factos extraordinários, António Guterres seria o próximo primeiro-ministro de Portugal. Esta semana ocorreu um desses factos extraordinários.»

☞ (José António Saraiva, «Política à Portuguesa» - «Expresso», 03.06.95)

«Fernando Nogueira perdeu o comando da direita política.»

☞ (Jaime Nogueira Pinto - «Semanário», 03.06.95)

«Já não há nogueiristas.»

☞ (Nunes Liberato, ex-secretário-geral do PSD - «O Diabo», 06.06.95)

«O futebol torna uma pessoa mais conhecida do que a política. É mais popular e as diferenças são mais vincadas.»

☞ (Santana Lopes - «Semanário», 03.06.95)

«Sou verde desde que nasci e laranja desde há algum tempo.»

☞ (Idem)

PONTOS NATURAIS

Fábula

Então Esopo amigo puxou da cábula que trazia consigo volta e meia e leu à assembleia a seguinte fábula.

Papagaio real que fala em revoadas teve uma «gaffe» tal que não houve animal que lhe não atirasse contra a face setas envenenadas. Um número, um calhamaço um peso bruto.

«Gaffes» e tagarelas

Diz-se que fruto do cansaço que dimana da longa caravana tomou, por quinze, três

cinco, talvez, ou quatro, não sei bem.

Mas «gaffes», quem não tem? Simplesmente implacável a gente, a bicharada, nunca perdoa nada. E chove a ferroadada...

Pedem parecer ao mocho cuja palavra é de ouro: — Ora bem. Eu cá, ocho perdão!, acho que o louro com a «gaffe» ou sem ela dê no cravo ou na sola é sempre um tagarela um gabarola. Nisto de tagarelas com as «gaffes», em suma, não esperem uma mas um caixote delas...

O mocho tem razão. Às vezes a anedota é uma bolota que nos tira a visão.



SUMMERS

Mário Castrim

Iniciativas do PCP

Almada - Plenário de Quadros: sexta-feira, 9, às 21h30, no CT do Laranjeiro.

Amadora - Debate com Reformados e Idosos da Amadora: quinta-feira, 8, às 15h, no Auditório da CM, com a participação de Maria do Carmo Tavares.

Carcavelos - Reunião com Jovens: terça-feira, às 21h, no CT, em Sassoeiros.

Cascais - Plenário de militantes da Freguesia de Alcabideche sobre as eleições legislativas, com a participação de Júlio Filipe: sábado, dia 10, às 15h.

Espinho - Plenário de militantes da Organização Concelhia sobre «O Partido e as eleições legislativas»: sexta-feira, 9, às 21h30, com a participação do camarada António Salavessa.

Lisboa - Reunião de Quadros das freguesias de Sacramento e S. Paulo, preparatória da 2ª Assembleia da Organização da Zona: sexta-feira, 9, às 19h, no CT Vitória.

Sta. Maria da Feira - Plenário de militantes da Organização Concelhia para discussão da situação política e eleições legislativas: sexta-feira, 9, às 21h30, na Junta de Freguesia de Fiães, com a participação do camarada Joaquim Almeida.

S. Domingos de Rana - Debate-convívio com a participação do camarada Domingos Abrantes: domingo, 11, às 15h, no CT de Tires.

Homenagem a Germano Vidigal

Amanhã, dia 9 de Junho, passam 50 anos sobre o assassinato de Germano Vidigal. Militante comunista e membro do Comité Local de Montemor-o-Novo, fora preso nesse mesmo dia. No posto da GNR, agentes da polícia política e guardas espancaram-no até à morte.

A Organização do PCP de Montemor promove amanhã, em sua memória, uma romagem ao cemitério local.

Convívio CDU

PARQUE NATURAL DA AMORA

Quinta do Serrado
Sábado a partir das 11h:
Grupos Corais
Baile

Intervenção de Ruben de Carvalho

Debate

em VILA NOVA DE GAIA

«A Segurança das Populações»
com a participação de
João Amaral e Antero Pires

Salão Nobre da Liga das Assoc. Socorros Mútuos
Quinta-feira, 14, às 21h30

Encontros Distritais da

CDU

BRAGA

Encontro Distrital da CDU sobre as Eleições legislativas

Sábado, 10, a partir das 10h, no Auditório do Instituto da Juventude com a participação de candidatos, dos quais o cabeça de lista da CDU, António Lopes, e do camarada CARLOS CARVALHAS, que também participa, no final, no **almoço de confraternização** (Refeitório do CCD dos Trab. da Segurança Social - (R. S. Marcos)

BRAGANÇA

Encontro Distrital da CDU

Domingo, 11, a partir das 15h, no Salão da JF de Mirandela com a participação do cabeça de lista da CDU, António Morais, de outros candidatos e do camarada Henrique de Sousa. No final: Porto de Honra no CT de Mirandela

VILA REAL

Encontro Distrital da CDU

Domingo, 11, a partir das 15h30, na Esc. Sec. Fernando de Magalhães com a participação do cabeça de lista da CDU, Agostinho Lopes

BEJA

Encontro Distrital da CDU

Sábado, 10, a partir das 15h, na Casa da Cultura com a participação de candidatos e de Vítor Dias

• Almada

Encontro Concelhio da CDU: dia 10, a partir das 14h30, no Hotel da Costa da Caparica (Auditório do 8º Andar), com a participação de Luís Sá.

• Arruda dos Vinhos

Sessão de apresentação dos candidatos da CDU da Área Norte e Oeste do Distrito de Lisboa, com a participação de Luís Sá: terça-feira, 13, às 17h, no Palácio Morgado.

• Barreiro

Sessão de esclarecimento da CDU na Escola Prim. da Verderena, com a participação do camarada José Morais: sexta-feira, 9, às 21h30.

• Coimbra

Jantar-convívio da Juventude CDU com a presença de candidatos e apresentação do Manifesto da Juventude CDU: hoje, quinta-feira, às 19h30, no Restaurante «A Democrática».

• Évora

- Hoje, quinta-feira: plenário de Reformados, às 15h, no Centro Cultural de Vendas Novas; plenários em Vale Pereiro, na Junta de Freguesia, e em Igrejinha, também na JF - ambos às 21h.

- Sexta-feira, 9: Sessão com Reformados em Alqueva (JF, 17h); plenário em Arraiolos (JF, 21h); sessão na Casa do Povo de Escoural, às 21h, com a participação de Lino de Carvalho.

- Sábado, 10: Festa-convívio na barragem do Monte Novo, às 10h; plenários em Venda/Alandroal (15h, Centro Cultural), em Glória (JF, 21h), em Sta. Vitória (21h); acções de propaganda nos mercados de Montemor-o-Novo e Cabeção e porta-a-porta em Orada (de manhã); Festa da Juventude em Portel (21h).

- Domingo, 11: acções de propaganda em S. Cristóvão (às 15h) e no Mercado de Borba.

CARLOS CARVALHAS NO DISTRITO DE LEIRIA

Domingo, 11

Às 13h - Festa-Convívio no Parque das Merendas da Praia de Vieira
Às 16h - Contacto com a população da Nazaré (Av. Marginal)

CDU

PCP-PEV

a esquerda necessária para uma nova política

ENCONTRO REGIONAL DA CDU/PORTO

com
CARLOS CARVALHAS
Secretário-geral do PCP
e
JOÃO AMARAL
Cabeça de lista da CDU/Porto

Hotel Tuela
9 de Junho, 6ª-feira, 21, 15hs.

- Plenários de Reformados: em Marmelos, dia 12, às 18h; dia 13 em Alandroal (18h, JF) e Amieira (17h, JF); dia 14, em Venda, no Centro Cultural (18h).

• Lisboa

Jornada de convívio da CDU/Olivais: no CT do PCP, sábado, a partir das 13 h.

• Seixal

Convívio CDU no Jardim da Seixeira, Aldeia de Paio Pires, sábado, às 21h30. Baile com Jorge Costa e Sérgio Martins.

• Setúbal

Almoço-convívio na Coop. de Habitação «Bem-vinda a Liberdade» (Faralhão), com a participação de Octávio Teixeira: domingo, 11, a partir das 13h.

• Vila Franca de Xira

Encontro-convívio com Independentes apoiantes da CDU: hoje, quinta-feira, a partir das 19 h, no «Varynaice Club» - Pátio da Galacha, com a participação de Rosa Saúde, Daniel Branco e Luís Sá.

Fim-de-semana de convívio na Pateira de Fermentelos

promovido pela Com. Dinamizadora do CT de Arroios/Lisboa:
Dias 17 e 18 de Junho, com dormida na Estalagem da Pateira

(Inscrições: cam. Ivone, tel. 8138119)

Iniciativas da ASSOCIAÇÃO DE AMIZADE PORTUGAL-CUBA

• **Sessão «Marti e a Revolução Cubana»**
com José Saramago, Miguel Urbano Rodrigues
e Embaixador de Cuba
Lisboa - Dia 8 de Junho às 21h no Hotel Roma

• **Viagens a Cuba**
Havana-Pinar-Trinidad-Cienfuegos-Guaná
Varadero-Holguim-Guardalavaca-Santiago
Partidas a 21 e 27 de Julho
(Inscrições e informações na
Associação de Amizade - Tel. 3857305)

Construir a Festa!

Sábado, 10:
Jornada de Trabalho
do Concelho de Sintra
na Quinta da Atalaia
Partida às 8h30 do CT do Cacém

Atalaia

Borba promove jornada de trabalho e convívio

A Comissão Concelhia de Borba do PCP vai dar apoio à construção da Festa do «Avante!» organizando uma jornada de trabalho e convívio agendada para sábado, 17 de Junho. A partida de Borba será por volta das sete horas e a partir das 13 horas o convite é para a conversa e os petiscos. Para esta jornada todos os que desejem participar podem inscrever-se junto de qualquer membro da Comissão Concelhia.

Juventude CDU

Sardinhada no Centro Vitória
(Avenida da Liberdade, 170 - Lisboa)
Sábado, 10 de Junho, 20 horas.
Aparece!

Dia 12
NOITE DE STO. ANTÓNIO
no Terraço da Vitória

SARDINHADA
promovida pela DORL

TEATRO

CADEIA DA RELAÇÃO

Porto. De 3ª a sáb. às 22.00, dom. às 16.00. PORTO D'HONRA, textos de Benjamin Veludo, Manuel Dias e Norberto Barroca, encenação de Norberto Barroca, pelos Seiva Trupe.

CASA DAS ARTES

Porto, R. António Cardoso, 175. Tel. 6004301. De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. OS POLÍCIAS, de Mrozek, encenação de Helder Costa, pelo Teatro Experimental do Porto.

COMUNA

Lisboa, Pç. Espanha, Tel. 7271818. De 5ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. A PULGA ATRÁS DA ORELHA, de George Feydeau, encenação de João Mota, pelo Teatro da Comuna. Café-Teatro: às 00.30. ATÉ AS CORISTAS FALAM, encenação de Fernando Gomes. Sala Nova: todos os dias às 21.30. A NOSSA ALDEIA, de Carlos Jorge Pessoa, pelo Teatro da Garagem.

MUSEU CONDES DE CASTRO GUIMARÃES

Cascais. Marcações: tels. 4670320 e 4867933. De 3ª a dom. às 21.30. ESTÁ LÁ FORA UM INSPECTOR, de J. B. Priestley, pelo Teatro Experimental de Cascais.

PALÁCIO RIBAMAR

Algés. 6ª e sáb. às 21.30. LORCA

ESPAÑA CUMPLICIDADES, dramaturgia e encenação de Armando Caldas, pelo Intervalo - Grupo de Teatro.

TEATRO DO BAIRRO ALTO

Lisboa, R. Ten. Raul Cascais, 1-A. Tel. 3961515. VAI VER SE CHOVE, de George Courteline, encenação de Miguel Guilherme, pelo Teatro da Cornucópia (até 11/6).

TEATRO CINEARTE

Lisboa, Lg. de Santos, 2. Tel. 3965275. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. O AVARENTO, de Molière, encenação de Helder Costa. - De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. NÃO HÁ NADA QUE SE COMA, de Francisco Pestana, encenação de Rui Luís Brás. - De 4ª a sáb. às 22.00, dom. às 17.00. MARLY, A VAMPIRA DE OURINHOS, de Carlos Queiroz Telles, encenação de Maria do Céu Guerra.

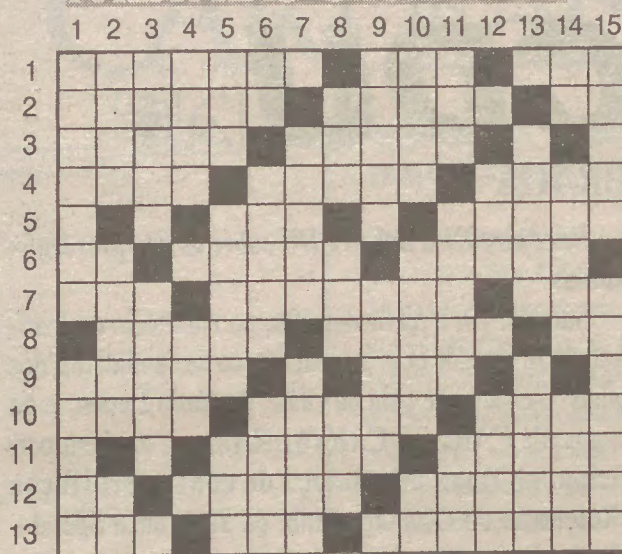
TEATRO IBÉRICO

Lisboa, Rua de Xabregas, 54. De 5ª a dom. às 21.30. O VENENO DO TEATRO, de Rodolfo Sierra, encenação de José Blanco Gil, pela Companhia do Teatro Ibérico.

TEATRO MUNICIPAL S. LUIZ

Lisboa, R. António Maria Cardoso. Tel. 3471279. Sala Estúdio - 2ª às 21.30. EUROPA NÃO! PORTUGAL NUNCA!!, de Mário Viegas.

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 - Terreno plantado de armas frutíferas (pl.); reduz a pó por meio de moinho; um cento. 2 - Avarentos; residir, sexta nota da escala musical. 3 - Respeitante a um determinado lugar; cada uma das partes de um todo (pl.). 4 - Planos laterais do avião; fileiras; aterro à beira dos rios para resguardar os terrenos marginais das inundações. 5 - Patas; pisar no gral com o pilão. 6 - O espaço aéreo; abrir furo em; pôr em silêncio. 7 - Chefe etíope; pôr limites em; pano de arrás. 8 - Cortar a rama inútil das árvores; móvel que serve para sobre ele se comer, trabalhar, etc.; igreja episcopal ou patriarcal. 9 - Leitões; grande extensão de água salgada. 10 - Lavar com arado ou charua; fazer rifa de; calçado de couro que cobre o pé e a parte da perna. 11 - Sofrimentos; curar. 12 - Décima quarta letra do alfabeto (pl.); nome de uma planta da família das amarelidáceas; exprimir por palavras. 13 - Astro centro do nosso sistema planetário; designativa de uma pancada; manobrar os remos.

VERTICAIS: 1 - Sentido do gosto; espessamento e endurecimento da pele (pl.). 2 - Células que resultam da fecundação dos gametas; cortar rente; solitário. 3 - Espécie de padiolas para transportar os doentes; adicionar. 4 - Pedras de altar; oferecer. 5 - Relação; dás saltos; comunica. 6 - Segunda pessoa do singular do presente do indicativo do verbo ser; causar ferimento a; flor da roseira. 7 - Calcem com os pés; fitas a vista em. 8 - Substância doce fabricada pelas abelhas; órgão excretor que forma a urina; bílis. 9 - Mulheres novas; assuntos que se querem provar ou desenvolver. 10 - Rezas; ligar pelo casamento; crença. 11 - Caminhava para lá; sustar o movimento de; tio na América. 12 - Dez vezes cem; projectil metálico, esférico ou alongado, de armas de fogo. 13 - Casa fidalga; dar a cor a. 14 - Forma arcaica de «o»; abastecimento ao peso de qualquer género bem como compensação do invólucro (pl.); antiga moeda indiana. 15 - Acabar com a vida de; cortar ou terminar a ligação com.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

HORIZONTAIS: 1 - Somara; amigas. 2 - Sala; eras. 3 - AC; rama; atas; lá. 4 - Cal; somaras; par. 5 - IVAS; faca. 6 - Levas; mel; riras. 7 - Apela; evita. 8 - Caros; lar; mares. 9 - Aras; sala. 10 - Nós; renovar; sai. 11 - As; cano; eles; sr. 12 - Bota; amei. 13 - Remara; amoras.

VERTICAIS: 1 - Fácil; canal. 2 - Cave; aros. 3 - Os; lavaras; be. 4 - Mar; sapos; com. 5 - Alas; sés; rata. 6 - Ramos; penar. 7 - Am; mal; nó. 8 - Ave; ano. 9 - Ar; ler; vê. 10 - Metas; calam. 11 - Iras; rim; remo. 12 - Gás; fitas; ser. 13 - As; pararas; ia. 14 - Laca; elas. 15 - Saras; saira.

XADREZ

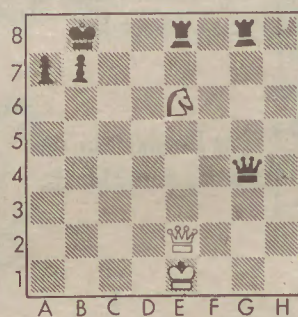
DXV - 8 DE JUNHO DE 1995

PROPOSIÇÃO N.º 1995X043

Por: ERCOLE DEL RIO

Sopra il giuoco degli scacchi, Modena, 1750

Pr: [6]: Ps. a7, b7 - Ts. e8, g8 - Dg4 - Rb8
Br: [3]: C. 66 - D62 - Ré1



Mate em 7 lances

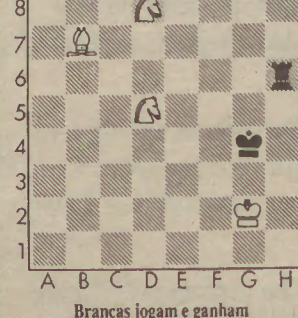
PROPOSIÇÃO N.º 1995X044

Por: HENRI RINCK

Basler Nachrichten, 1921

Pr: [2]: Th6 - Rg4

Br: [4]: Cs. d5, d8 - Bb7 - Rg2



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º DXV

N.º 1995X043 [E. del R.]: 1. D6+5, Ra8; 2. Cc7+, Rb8; 3. C. e8+, Ra8; 4. Cc7+, -; 5. Ca6+, Ra8; 6. Db8+, Tb8; 7. Cc7#

N.º 1995X044 [H. R.]: 1. Cf7!, Th4; 2. Bc8+, Rh5; 3. Rg3, Ta4; 4. Cf4+ e.g.

A. de M. M.

DAMAS

DXV - 8 DE JUNHO DE 1995

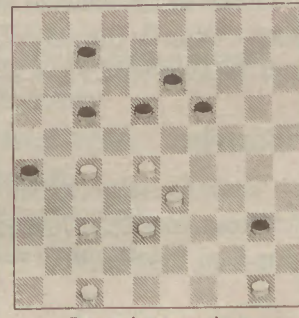
PROPOSIÇÃO N.º 1995D043

Por: G. L. GORTMANS

1001 Miniaturen, 1938

Pr: [7]: 7-13-17-18-19-26-40

Br: [7]: 27-28-33-37-38-47-50



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 1995D044

GOLPE N.º 123

Por: WILLIAM F. RYAN

[Sem indicação de autor]

In Tricks, Traps & Shots, 1950

1. 11-15, 21-18; 2. 10-13-25-21; 3. 13-17, 18-

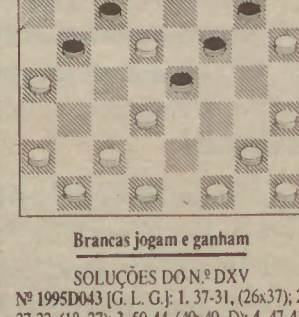
14; 4. 12-16, 22-18; 5. 6-11, 29-25; 6. 15-9-

24-20. DIAGRAMA

{Pr. [12]: 14-18-20-21-23-25-26-27-28-30-

31-32;

Br. [12]: 1-2-3-4-5-7-8-9-11-16-17-19 Br. +}



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º DXV

N.º 1995D043 [G. L. G.]: 1. 37-31, (26x37); 2.

27-22, (18x27); 3. 50-44, (40x49=D); 4. 47-41,

(49x23); 5. 41x1=D + [Se. 5. ..., (13-18/23-

45/23-46); 6. 33-28/33-29/3-28 +]

N.º 1995D044 [W. F. R.]: 7. 11-15, 20+11; 8.

16-20, 23-16; 9. 19-22, 26-19; 10. 17-26,

30-21; 11. 5-10, 14-5; 12. 7-30=D +

A. de M. M.

FILMES

QUINTA, 8

O Testamento

«Testament» (EUA/1983). Real.: Lynne Littman. Int.: Jane Alexander, William Devane, Roxana Zal, Ross Harris, Lukas Haas. Cor, 86 min. Ver Destaque. (14.30, SIC)

Missão em Lamberne

«Schweitzer» (EUA/1990). Real.: Grey Hofmyer. Int.: Malcolm McDowell, Susas Strasberg, Helen Jessop, Andrew Davis, John Carson. Cor, 90 min. Biográfico. (00.05, Canal 1)

SEXTA, 9

O Último Guerreiro

«The Last Warrior» (EUA/1989). Real.: Martin Wragge. Int.: Graham Greene, Maria Holvae. Cor, 90 min. Aventuras. (14.30, SIC)

O Regresso de Jedi

«Return of the Jedi» (EUA/1983). Real.: Richard Marquand. Int.: Mark Hamill, Harrison Ford, Carrie Fisher, Billy Dee Williams. Cor, 133 min. Ver Destaque. (21.40, Quatro)

Almas Perversas

«Scarlet Street» (EUA/1945). Real.: Fritz Lang. Int.: Edward G. Robinson, Joan Bennett, Dan Duryea, Margaret Lindsay, Rosalind Ivan. P/B, 98 min. Ver Destaque. (00.10, TV 2)

Os Impostores

«The Adventures» (EUA/1970). Real.: Lewis Gilbert. Int.: Bekim Fehmiu, Alan Badel, Candice Bergen, Ernest Borgnine, Fernando Rey. Cor, 185 min. Aventuras. (01.25, Canal 1)

SÁBADO, 10

Camões

(Port./1946). Real.: António Lopes Ribeiro. Int.: António Vilar, José Amaro, Igrejas Caeiro, Paiva Raposo, Dina Salazar, Leonor Maia. P/B, 118 min. Ver Destaque. (17.20, Quatro)

O Sangue

(Port./1989). Real.: Pedro Costa. Int.: Pedro Hestnes, Nuno Ferreira, Inês Medeiros, Luís Miguel Cintra, Canto e Castro, Isabel de Castro. P/B, 92 min. Ver Destaque. (23.40, TV 2)

Gilda

«Gilda» (EUA/1946). Real.: Charles Vidor. Int.: Rita Hayworth, Glenn Ford, George MacReady, Joseph Calleia, Steven Geray. P/B, 104 min. Ver Destaque. (00.00, Quatro)

O Segredo de Milagro

«The Milagro Beanfield War» (EUA/1987). Real.: Robert Redford. Int.: Ruben Blades, Richard Bradford, Sónia Braga, Julie Carmen. Cor, 113 min. Ver Destaque. (00.05, Canal 1)

Tentação Mortal

«Deadly Temptation» (1991). Real.: Nelo Risi. Int.: Serena Frandi, Gerardo Amato. Drama. (00.15, SIC)

O Grande Bluff

«Le Grand Bluff» (Fr./1957). Real.: Patrice Dally. Int.: Eddie Constantine, Dominique Wilms, Mireille Granelli, Bernard Dhéran. P/B, 91 min. Comédia Policial. (02.00, Canal 1)

DOMINGO, 11

Missão de Fogo

«Cannonball» (EUA/1976). Real.: Paul Bartel. Int.: David Carradine, Veronica Hamel, Bill McKinney, Gerrit Graham, Robert Carradine. Cor, 93 min. Comédia / Acção. (16.45, Canal 1)

O Diabo Desceu à Vila

(Port./1980). Real.: Teixeira da

Fonseca. Int.: Gizela, Ribeirinho, Maria Helena Matos. (16.50, SIC)

Papillon

«Papillon» (EUA/1973). Real.: Franklyn Schaffner. Int.: Steve McQueen, Dustin Hoffman, Victor Jory, Don Gordon, Anthony Zerbe. Cor, 144 min. Ver Destaque. (22.20, SIC)

Bosna

«Bosna» (Fr./1994). Real.: Bernard-Henri Lévy e Alain Ferrari. Documentário. (A partir das 22.35, TV 2).

SEGUNDA, 12

O Falhado Amoroso

«The Producers» (EUA/1968). Real.: Mel Brooks. Int.: Zero Mostel, Gene Wilder, Dick Shawn, Kenneth Mars, Estelle Winwood. Cor, 88 min. Ver Destaque. (14.30, SIC)

Kickboxer Americano

«American Kickboxer» (EUA/1990). Real.: Franz Nel. Int.: John Barrett, Kate Vitali, Brad Morris. Cor, 100 min. (22.20, SIC)

TERÇA, 13

O Assassínio Romântico

«My Bloody Valentine» (Can./1981). Real.: George Mihalka. Int.: Paul Kelman, Lori Hallier, Neil Affleck, Keith Night, Alf Humphreys. Cor, 91 min. Terror. (14.30, SIC)

O Pátio das Cantigas

(Port./1941). Real.: Francisco Ribeiro. Int.: Vasco Santana, António Silva, Laura Alves, Roberinho. P/B, 120 min. Comédia. (21.30, Quatro)

O Fio do Horizonte

(Port./Fr.). Real.: Fernando Lopes. Int.: Claude Brasseur, Andrea Ferreol, Ana Padrão, António Valero, Miguel Guilherme. Cor, 92 min. Ver Destaque. (24.00, TV 2)

O Jogo do Mal

«Bloodstone» (EUA). Real.: Ted Nicolau. Int.: Anders Hove, Denice Duff, Kelvin Blair, Melanie Shatner. Cor, 84 min. Terror. (02.20, Canal 1)

Um Pendura dos Diabos

«Viens Chez-Moi, J' Habite Chez une Copine» (Fr./1981). Real.: Patrice Leconte. Int.: Michel Blanc, Bernard Girardeau, Thérèse Liotard. Cor, 83 min. Ver Destaque. (00.40, SIC)

QUARTA, 14

Eva

«All About Eve» (EUA/1950). Real.: Joseph L. Mankiewicz. Int.: Bette Davis, Marilyn Monroe, Anne Baxter, George Sanders, Thelma Ritter. P/B, 132 min. Ver Destaque. (14.30, SIC)

O Confronto

«Harry and Son» (EUA/1984). Real.: Paul Newman. Int.: Paul Newman, Robby Benson, Eileen Barkin, Wilford Brimley, Judith Ivey. Cor, 111 min. Drama. (21.30, Quatro)

48 Horas, Parte II

«Another 48 Hours» (EUA/1990). Real.: Walter Hill. Int.: Eddie Murphy, Nick Nolte, Brion James, Kevin Tighe, Ed O'Ross. Cor, 92 min. Comédia / Policial. (22.10, Canal 1)

Os Cinco Réis

«The Five Pennies» (EUA/1959). Real.: Melville Shavelson. Int.: Danny Kaye, Barbara Bel Geddes, Louis Armstrong, Harry Guarding. Cor, 118 min. Musical / Biográfico. (01.00, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

PROGRAMAÇÃO

Quinta, 8

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Táxi
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.50 Sonhos de Mulher
14.30 Malha de Intrigas
15.40 Corpo Santo
16.35 A Família Trapp
17.00 A Minha Amiga Lúcia
17.25 Acrobatas Detectives
17.45 Com a Verdade M' Enganas
18.30 Marimar
19.15 Lotaria Nacional
19.20 Os Andrades
20.00 Telejornal
20.45 Desencontros
22.00 Isto Só Vídeo
22.35 O Besouro e a Rosa
23.10 24 Horas
23.50 Remate
00.05 Missão em Lamberene
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

14.00 Ténis - Torneio de Roland Garros
17.00 Perigo nas Montanhas
17.55 Escola Paraíso
18.20 Rua Sésamo
18.50 Caderno Diário
19.00 Um, Dó, Li, Tá
20.20 Timewatch
21.10 Magazine - «Ver Artes»
21.30 RTP/Financial Times
21.40 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.45 Enriquecer
23.35 Musical: «Beyond The Grooves»
00.30 Motociclismo
01.50 Souvenirs

SIC

11.00 As Receitas do Dia
11.30 Por Amar-te Tanto
12.30 Quatro por Quatro
13.30 Primeiro Jornal
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 O Testamento
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Buéréré
17.40 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 A Escrava Isaura
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.35 Os Tralalhões em Portugal
22.15 A Máquina da Verdade
23.15 A Noite da Má-Língua
00.20 Último Jornal
00.35 Internacional SIC

QUATRO

11.30 Lumen 2000
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.40 Éramos Seis
14.35 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.25 Jornal Nacional
17.50 Caprichos
18.45 O Preço da Paixão
19.25 Novo Jornal
20.20 MacGuyver
21.15 Fora de Jogo
21.40 Pelo Contrário
23.30 TVI Jornal
24.00 Indochina I - Cambodja
00.30 Dar que Falar
01.25 O 8º Dia

Sexta, 9

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Táxi
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Sonhos de Mulher
14.30 Malha de Intrigas
15.40 Corpo Santo
16.35 A Família Trapp
17.00 A Minha Amiga Lúcia
17.25 Acrobatas Detectives
17.45 Com a Verdade M' Enganas
18.30 Marimar
19.15 Os Andrades
20.00 Telejornal
20.45 Desencontros
21.30 Concurso 1, 2, 3
23.45 24 Horas
00.25 Remate
00.40 Contos Assombrosos
01.25 Os Impostores
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

14.00 Ténis - Torneio de Roland Garros
17.00 Uma Família Feliz
18.00 Escola Paraíso
18.30 Rua Sésamo
18.50 Caderno Diário
19.00 Um, Dó, Li, Tá
20.10 O Mundo em Guerra
21.00 A Roda do Mundo
21.20 Ver Para Ler
21.30 RTP/Financial Times
21.40 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.45 Histórias que o Tempo Apagou
23.15 A Volta do Coreto
00.10 Almas Perversas
(ver «Filmes na TV»)
01.50 Motores
02.35 Souvenirs

SIC

11.00 As Receitas do Dia
11.30 Por Amar-te Tanto
12.30 Quatro por Quatro
13.30 Notícias
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 O Último Guerreiro
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Buéréré
17.40 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 A Escrava Isaura
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.35 Mini Chuva de Estrelas
22.40 Minas e Armadilhas
23.50 Os Donos da Bola
01.05 Último Jornal
01.20 Playboy

QUATRO

11.30 Lumen 2000
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.40 Éramos Seis
14.35 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.25 Jornal Nacional
17.50 Caprichos
18.45 O Preço da Paixão
19.25 Novo Jornal
20.20 MacGuyver
21.15 Fora de Jogo
21.40 O Regresso de Jedi
(ver «Filmes na TV»)
00.15 TVI Jornal
00.45 Dar que Falar

Sábado, 10

CANAL 1

08.00 Programa Infantil/Juvenil
11.30 Clube Disney
13.00 Notícias
13.15 Fórmula 1
14.15 Made in Portugal
14.50 Sonhos de Mulher
15.35 As Aventuras de Brisco County Jr.
16.25 Arca de Noé
16.50 Futebol - Sporting-Marítimo (Final da Taça de Portugal)
19.00 A Grande Pirâmide
19.55 Totoloto
20.00 Telejornal
20.55 Seleção de Esperanças
21.50 Parabéns
23.45 24 Horas
00.05 O Segredo de Milagro
(ver «Filmes na TV»)
02.00 O Grande Bluff
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Euronews
13.00 Parlamento
14.00 Jogo Falado
15.00 TV2 Desporto
16.00 Para Além do Ano 2000
19.35 Forum Musical
20.35 Praia da China
21.30 Música dos Outros
22.00 TV2 Jornal
22.30 Dinheiro em Caixa
23.05 TV2 Desporto
23.40 O Sangue
(ver «Filmes na TV»)

SIC

11.00 Buéréré
13.00 Portugal Radical
14.00 Quatro por Quatro
15.00 Dra. Quinn
16.00 Os Imortais II
17.00 Muita Lóco
18.00 Médicos Sem Fronteiras
19.00 A Escrava Isaura
20.00 Uma Noite de Sonho
21.00 Jornal da Noite + A Semana
22.15 Big Show Sic
00.15 Tentação Mortal
(ver «Filmes na TV»)
02.10 Último Jornal

QUATRO

10.00 Clube da Manhã
10.45 O 8º Dia
11.30 Missa
13.30 Portugal Português
15.15 Jornal do País
15.50 Mini Gladiadores
16.30 Babylon 5
17.30 Adultos à Força
18.30 O Poder da Lei
19.25 Telejornal
20.00 Prolongamento + Bang-Bang
21.10 Detectives na Onda
22.10 Marchas de Lisboa 95 - Antevsão
23.50 Jornal do Mundo

Domingo, 11

CANAL 1

08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.30 Sem Limites
13.00 Jornal da Tarde
13.15 Top +
14.15 Beverly Hills V
15.05 86-60-86
15.50 Rolling Stones
16.45 Missão de Fogo
(ver «Filmes na TV»)
18.30 Eférea?
19.25 Apanhados
19.55 Joker
20.00 Telejornal
20.40 Casa Cheia
21.30 Nico D' Obra
22.00 Eu Tenho Dois Amores
23.15 Paixões
00.15 Domingo Desportivo
01.45 Fórmula 1
02.00 24 Horas
02.20 No Calor da Noite

TV 2

09.00 À Mão de Semear
09.30 Caminhos
10.00 Novos Horizontes
10.30 70 x 7
11.00 Missa
12.00 Regiões
12.00 Euronews
14.00 Blanche
15.00 TV2 Desporto
19.15 Um País de Floresta
20.00 Fórmula 1 - Grande Prémio do Canadá
20.00 Música ao Domingo
22.00 TV2 Jornal
22.40 Sempre ao Domingo

SIC

11.00 Buéréré
13.00 Vida Selvagem
14.00 Olho de Falcão
14.50 Norte e Sul
16.50 O Diabo Desceu à Vila
(ver «Filmes na TV»)
19.00 Assuntos de Família
20.00 Madona de Cedro
21.00 Jornal da Noite de Domingo
22.20 Papillon
(ver «Filmes na TV»)
01.05 Último Jornal
01.30 No Fim do Mundo

QUATRO

10.00 Clube da Manhã
10.45 O 8º Dia
11.30 Missa
13.30 Portugal Português
15.15 Jornal do País
15.50 Mini Gladiadores
16.30 Babylon 5
17.30 Adultos à Força
18.30 O Poder da Lei
19.25 Telejornal
20.00 Prolongamento + Bang-Bang
21.10 Detectives na Onda
22.10 Marchas de Lisboa 95 - Antevsão
23.50 Jornal do Mundo

Segunda, 12

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Táxi
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.50 Sonhos de Mulher
14.45 Malha de Intrigas
15.35 Corpo Santo
16.25 A Família Trapp
16.50 A Minha Amiga Lúcia
17.15 Acrobatas Detectives
17.30 Com a Verdade M' Enganas
18.10 Marimar
19.00 Os Andrades
19.35 Boião de Cultura
20.00 Telejornal
20.45 Desencontros
22.00 Noite de Santo António
24.00 Zona+ Carlos Cruz
01.45 24 Horas
02.25 Remate
02.40 Ténis
03.00 Caminhada sem Tréguas
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

13.00 Televendas
14.00 TV2 Desporto
18.00 Escola Paraíso
18.30 Rua Sésamo
19.00 Caderno Diário
19.05 Um, Dó, Li, Tá
20.05 Que Família
20.40 Magazine - «Saúde»
21.00 Segunda Parte
21.25 Ver para Ler
21.30 RTP/Financial Times
21.40 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 Bailado - «A Queda de Ícaro»
23.45 Símbolo de Comando
00.40 NBA
01.55 Souvenirs

SIC

11.00 As Receitas do Dia
11.30 Por Amar-te Tanto
12.30 Quatro por Quatro
13.30 Notícias
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 O Falso Amoroso
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Buéréré
17.40 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 A Escrava Isaura
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.40 Não Se Esqueça da Escova de Dentes
23.10 Casos de Polícia
00.25 Último Jornal
00.40 Um Pendura dos Diabos
(ver «Filmes na TV»)

QUATRO

11.30 Lumen 2000
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.40 Éramos Seis
14.35 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.25 Jornal Nacional
17.50 Caprichos
18.45 O Preço da Paixão
19.25 Novo Jornal
20.20 MacGuyver
21.15 Fora de Jogo
21.30 Marchas de Lisboa 95 (Transm. directa)
21.40 Rosa de Alfama
(ver «Filmes na TV»)
01.30 TVI Jornal
02.00 Novos Ventos

Terça, 13

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Táxi
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.50 Sonhos de Mulher
14.45 Malha de Intrigas
15.35 Corpo Santo
16.25 A Família Trapp
16.50 A Minha Amiga Lúcia
17.15 Acrobatas Detectives
17.30 Com a Verdade M' Enganas
18.10 Marimar
19.00 Os Andrades
19.35 Boião de Cultura
20.00 Telejornal
20.45 Desencontros
22.00 Todos ao Molho e Fé em Deus
22.35 Eferreá
23.00 Prova Oral
01.05 24 Horas
01.45 Remate
02.00 Ténis
02.20 O Jogo do Mal
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

13.00 Televendas
14.00 Ténis
17.05 Immenhof
18.00 Escola Paraíso
18.30 Rua Sésamo
19.05 Um, Dó, Li, Tá
19.55 Rotações
20.55 Magazine - «Cinema»
21.30 RTP/Financial Times
21.40 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.45 Especial Lisboa
24.00 O Fio do Horizonte
(ver «Filmes na TV»)
01.40 Golo Europa
02.55 Souvenirs

SIC

11.00 As Receitas do Dia
11.30 Por Amar-te Tanto
12.30 Quatro por Quatro
13.30 Notícias
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 O Assassínio Romântico
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Buéréré
17.40 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 A Escrava Isaura
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.40 Cenas de um Casamento de Dentes
23.10 Casos de Polícia
00.25 Último Jornal
00.40 Um Pendura dos Diabos
(ver «Filmes na TV»)

QUATRO

11.30 Lumen 2000
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.40 Éramos Seis
14.35 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.25 Jornal Nacional
17.50 Caprichos
18.45 O Preço da Paixão
19.25 Novo Jornal
20.20 MacGuyver
21.15 Fora de Jogo
21.30 Marchas de Lisboa
21.30 O Pátio das Cantigas
(ver «Filmes na TV»)
24.00 TVI Jornal
00.30 Novos Ventos
01.00 Dar que Falar
01.50 Caixa de Perguntas

Quarta, 14

CANAL 1

08.05 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Táxi
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.50 Sonhos de Mulher
14.45 Malha de Intrigas
15.35 Corpo Santo
16.25 A Família Trapp
16.50 A Minha Amiga Lúcia
17.15 Acrobatas Detectives
17.30 Com a Verdade M' Enganas
18.10 Marimar
19.00 Os Andrades
19.35 Boião de Cultura
19.45 Vamos Jogar no Totobola
20.00 Telejornal
20.45 Desencontros
21.40 Falhas e Fifas
22.10 48 Horas - Parte II
(ver «Filmes na TV»)
23.45 24 Horas
00.25 Remate
00.40 Ténis
01.00 Os Cinco Reis
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

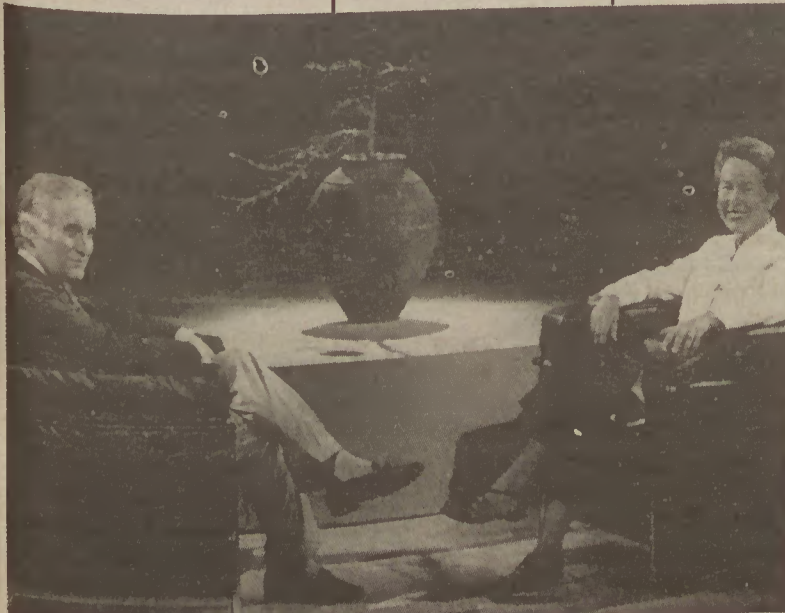
13.00 Televendas
14.00 Ténis
17.05 Visões
18.00 Os Amigos de Gaspar
18.00 Escola Paraíso
18.30 Rua Sésamo
19.05 Um, Dó, Li, Tá
20.10 O Fogo e a Terra
20.50 América Selvagem
21.25 Ver para Ler
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.45 Reportagem
23.40 Pecados
00.40 O Super Inimigo
01.30 Motores
02.45 Souvenirs

SIC

11.00 As Receitas do Dia
11.30 Por Amar-te Tanto
12.30 Quatro por Quatro
13.30 Notícias
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Eva
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Buéréré
17.40 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 A Escrava Isaura
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.40 Cenas de um Casamento
22.20 Agora É a Sua Vez
23.20 Só para Inteligentes
00.55 Último Jornal
01.10 Tostões e Milhões

QUATRO

11.30 Lumen 2000
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.40 Éramos Seis
14.25 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.25 Jornal Nacional
17.50 Caprichos
18.45 O Preço da Paixão
19.30 Novo Jornal
20.20 MacGuyver
21.15 Fora de Jogo
21.30 O Confronto
(ver «Filmes na TV»)
23.45 TVI Jornal
00.20 Directa
00.45 Dar que Falar



A Bósnia e outros teatros actuais de violência no «Sempre ao Domingo» desta semana • Dulce Pontes com Represas na «Música dos Outros» • «A Queda de Ícaro»: bailado, segunda-feira, na TV2

Por isto e por aquilo...

O Testamento (Quinta, 14.30, SIC)

A família Wetherly vive pacificamente numa pequena localidade da Califórnia. Mas, um dia, um súbito e intenso clarão ilumina o horizonte. Que seria? Acabava de eclodir a «terceira guerra mundial» - a última! Inicialmente rodado para a televisão, este filme de Lynne Littman expressava, na época, os generalizados receios inspirados pela «corrida aos armamentos». Algumas referências consideram-no uma obra impressionante. A SIC, ao colocá-lo a esta hora, parece ser da opinião de que não. Vamos ver quem tem razão...

O Regresso de Jedi (Sexta, 21.40, Quatro)

Enquanto Darth Vader empreende a construção da Estrela da Morte, os robots C3PO e R2D2 partem com Leia para libertar Hans Solo. Por seu lado, Skywalker escapa a Rancor uma criatura monstruosa, tal como o seu nome indica. Até que... E a história continuaria se não fosse este o último capítulo (por agora) de A Guerra das Estrelas, mais uma vez repetido, agora pela Quatro. Ora acontece que, perante este costume de as televisões chegarem a transferir, tal como pensadas há dois/três anos, as grelhas de programação de filmes para as emissões de hoje (sem mesmo às vezes disfarçarem), a «piada» que uma vez se achou a certos filmes de puro divertimento esmorece irremediavelmente. Tal como a paciência.

Almas Perversas (Sexta, 00.10, TV 2)

Ora aqui está um belíssimo exemplar do filme negro «norte-americano», remake de uma versão anterior, essa de Jean Renoir. Daí as aspas, já que de dois grandes cineastas europeus se trata: é que Almas Perversas foi encenado por Fritz Lang e os seus protagonistas principais (Edward G. Robinson e Joan Bennett) dão corpo às personagens de uma história complexa e cheia de duplicidades, que aqui não adiantamos para não roubar o interesse ao espectador. Um belo e alternativo fim de noite de sexta-feira em perspectiva.

O Sangue (Sábado, 23.40, TV 2)

Primeiro filme realizado por um cineasta promissor, Pedro Costa, O Sangue é, ainda, rodado no magnífico preto-e-branco do director de

rios, o guarda-roupa e... uma história - elementos constantes e sempre recorrentes na mitologia de Hollywood. Indispensável. Tal como (desculpem-me!) a bofetada de Glenn Ford...

O Segredo de Milagro

(Sábado, 00.05, Canal 1)

«Fábula ecologista», posta em cinema com empenho por Robert Redford (aqui atrás da câmara, como realizador), infelizmente nem sempre essas boas intenções se traduziram numa obra à sua altura. Não deixa, entretanto, de ser um prazer assistir ao desempenho de um tão volumoso e valioso naipe de intérpretes dando corpo à história da população de uma pequena cidade do Novo México em luta contra a construção de um parque de diversões.

Papillon (Domingo, 22.20, SIC)

Contando com o chamariz certo de Dusty Hoffman, Papillon (já repetido várias vezes nos últimos dois anos pelas várias televisões) é uma adaptação de Dalton Trumbo do romance homónimo de Henri Charrière que se debruça sobre as peripécias vividas por um prisioneiro da Ilha do Diabo nas suas sucessivas e frustradas tentativas de fuga. Interpretado, no principal papel, por Steve McQueen, o filme agarra sem margem para dúvidas o espectador (embora se ressinta bastante da sua exagerada duração), e foi realizado com a habitual eficácia por um especialista no cinema de acção - Franklin Schaffner.



Ross Harris, Lucas Haas e Jane Alexander numa cena de «O Testamento», de Lynne Littman

provoca momentos de farta diversão, como tantos outros que Brooks posteriormente realizaria.

O Fio do Horizonte (Terça, 24.00, TV 2)

«Um patologista da morgue de Lisboa, com cinquenta anos, homem de hábitos rotineiros, vê um dia chegar o cadáver de um jovem, no qual se reconhece fisicamente. A partir daí enceta uma investigação que o leva a um labirinto de pistas, bem como a um percurso para um destino sem retorno: a morte.» Assim rezam (com alguns retoques que, com a devida vénia, resolvemos dar no «português») as notas insertas no Boletim de Programas da RTP. Não conhecemos o filme mas, vindo de quem vem



Harrison Ford, Carrie Fisher e Mark Hamill, intérpretes principais de «O Regresso de Jedi», de Richard Marquand

fotografia alemão Martin Schaffer. Uma fotografia nostálgica que se adequa admiravelmente a esta história de amizade e cumplicidade situada nas memórias da infância. Com Pedro Hestnes e Inês de Medeiros.

Gilda (Sábado, 00.00, Quatro)

Obra-prima do filme negro dos anos 40, é também, seguramente, a maior criação de Rita Hayworth, inesquecível na deslumbrante sequência da sua primeira aparição em cena. Num argumento complexo, que nos fala dos negócios venais do proprietário de um casino com os nazis alemães, as paixões e os ódios, as amizades traídas e os amores dissimulados fervejam nos meandros tortuosos de um enredo que se desenrola na Argentina nos finais da II Guerra Mundial. A esplêndida fotografia a preto e branco de Rudy Mate dá a ver, como nunca, a aparente segura envolvente da acção, a sensualidade da dança, os rostos e os corpos, os cená-



Chick Vennera e Ruben Blades numa cena de «O Segredo de Milagro», de Robert Redford

O Falhado Amoroso (Segunda, 14.30, SIC)

Primeiro filme realizado por Mel Brooks, O Falhado Amoroso (desadequado título português, que em nada corresponde ao original - The Producers) é um dos seus maiores êxitos, tendo-se transformado numa espécie de filme de culto, já que representa uma antevisão de todas as qualidades (entre as quais alguma saudável loucura) e de todos os defeitos (de que o frequente mau gosto não é o menor) que os seus posteriores filmes viriam a confirmar. Brooks põe aqui em cinema a história de um produtor que, arruinado por uma carreira de insucessos, decide encenar uma opereta verdadeiramente louca e impossível, intitulada Primavera com Hitler, tão absurda e tão inverosímil que acaba por constituir um tremendo êxito... Nos principais papéis, Zero Mostel e Gene Wilder são tão irrepreensíveis quanto irresistíveis e o filme, embora desigual e em alguns aspectos revelando o «amadorismo» do seu autor (sobretudo nos enquadramentos, veja-se a foto nesta página),

(Fernando Lopes, um dos melhores realizadores nacionais), é certamente de recomendar a sua visão.

Um Pendura dos Diabos (Quarta, 00.40, SIC)

Um tipo desempregado, desejoso de acção, resolve pedir auxílio a um casal de amigos. Mas, a sua decisão de asilar em casa destes, começa a provocar os sarilhos mais insuportáveis, pondo mesmo em risco a harmonia do parzinho. Até que, mais importante ainda, as coisas vão ao ponto de o amigo perder, também ele, o emprego! Posto no olho da rua, o nosso «herói» parasita pensa já nas próximas iniciativas a tomar... Adaptado de uma comédia de café-teatro de grande sucesso, o filme é algo mais do que a simples transposição para a tela da trama passada em palco e acaba por ver-se com imenso agrado.



Gene Wilder e Zero Mostel, em «O Falhado Amoroso», de Mel Brooks



Ann Baxter, Bette Davis, Marilyn Monroe e George Sanders, numa cena de «Eva», de Joseph L. Mankiewicz

«O Verdadeiro Oeste»: Teatro e outros milagres

■ Correia
da Fonseca

Nos Estados Unidos é tudo grande, rico, fascinante. A gente sabe porque vê na Televisão. Não nos serviços noticiosos, aí a gente só vê desastres de aviação, inundações e discursos do Clinton. Na verdade, a grande informação acerca dos USA chega-nos dentro das séries que não parecem da área da informação, mas são. Mesmo nas séries de grande violência: até ela é portentosa, sedutora. Mesmo nas «sit-coms» de suposto humor com gargalhadas pré-fabricadas: até nelas se vê como os norte-americanos vivem bem (dantes, quando os tempos eram outros, dizia-se «à grande e à francesa» porque a França era então a mirífica imagem do bem-estar), como são felizes e sem problemas de monta.

Por isto, de resto, é que todos os povos do mundo sonham ser americanos quando forem crescidos. Nós próprios, portugueses, sob a liderança do Senhor Professor, temos andado a estudar para americanos. E já fazemos algumas coisas. Já temos muito desemprego acompanhado por uma pós-moderna abstenção de eficazes apoios aos desempregados. Já temos muitos drogados e uma promissora taxa de delinquência. Já temos algum racismo e andamos agora a ensaiar umas primeiras tentativas de ku klux klan à portuguesa. Já temos muitas vendas a crédito e muita gente a afundar-se no desespero de dívidas imensas. Já temos na TSF, ao fim das tardes dos dias úteis, um pregador a lavar os cérebros dos portugueses com superpop ultraliberal.

Por outro lado, porém, ainda temos gente lúcida empenhada em cumprir o dever de lutar contra a intoxicação. De dizer que o Tio Sam, rei do actual mundo unipolar, não apenas vai nu, mas podre. E, às vezes, cada vez menos vezes, este aviso fundamental atravessa filtros, perfura barreiras, e surge onde menos se espera. Isto é: na Televisão. Foi o que aconteceu numa ainda recente segunda-feira, já perto da madrugada seguinte e, naturalmente, na TV2, com a transmissão de «O Verdadeiro Oeste», peça de um dos mais importantes dramaturgos norte-americanos da actualidade: Sam Shepard.

A verdadeira América

«O Verdadeiro Oeste» foi realizado e certamente escolhido por Artur Ramos, homem verdadeiramente precioso para a RTP, não por força do seu posicionamento ideológico mas sim pelo aprofundado conhecimento das coisas da TV (e do Cinema, e do Teatro, o que na circunstância está longe de ser irrelevante), pela cultura sólida, até pela obstinada defesa de valores e entendimentos que com razão considera indispensáveis numa Televisão que, pública ou privada, queira assumir um papel de utilidade nacional que em última instância a justifique. Considerando que «O Verdadeiro Oeste» revela uma face menos esplendorosa e atraente da sociedade norte-americana, pode alguém supor que a escolha de Artur Ramos decorreu do seu suposto antiamericanismo que decerto já estava inscrito, ao menos tacitamente, na ficha que o realizador tinha na PIDE/DGS. Quem o supuser, contudo, supõe asneira. De facto, em «O Verdadeiro Oeste» não há antiamericanismo nenhum, mas sim, pelo contrário, solidariedade para com a tragédia quotidiana de muitos norte-americanos, isto é, solidariedade com a América profunda que moveu a escrita de Sam Shepard. Antiamericanos serão, isso sim, os que se prosternam, beatos, perante os falsos mitos norte-americanos que atraíam os norte-americanos reais.

Mas «O Verdadeiro Oeste», peça de Shepard, poderia ser bem pouca coisa na Televisão. Lembro, a propósito, que já há mais de uma dúzia de anos Proença de Carvalho assegurava, com aquele tranquilo sorriso com que debita as mais inaceitáveis coisas, que o Teatro não tinha lugar na TV, onde

a telenovela o substituíam com adequação e vantagem. Por mim, sempre me surpreendeu este óbvio desconhecimento do que é o Teatro, na TV ou fora dela, num homem que não tenho por totalmente analfabeto em matéria cultural. O que sei, de qualquer modo, é que a sua animosidade contra o Teatro na TV deixou na Radiotelevisão Portuguesa sementes que criaram raízes. Hoje, como é visível, a RTP quase não faz Teatro e, quando o faz, é quase sempre pelas mãos de Artur Ramos. Entenda-se: estou a falar de Teatro e não dos espectáculos muito peculiares construídos por La Fêria, que são outra coisa.

Ora, aconteceu que «O Verdadeiro Oeste», de Shepard/Artur Ramos, foi, além do mais, a prova de que o Teatro na TV é possível, empolgante, e não se confunde com o comboio interminável e ronco em que uma telenovela acaba por transformar-se, por melhor que tenha arrancado. Teatro é aquilo: tensão permanente, crispação, síntese (mesmo quando não o parece ser), lufadas de sopro poético, explosão. Além disto, que está longe de ser tudo, o Teatro faz outros milagres, o que bem se viu em «O Verdadeiro Oeste». Eu explico. A gente vê «Isto só Vídeo» e inevitavelmente conclui que o apresentador é um canastrão incapaz de fazer coisa melhor. A gente vê «Só Riso», programa de anedotas sub-brejeiras, e julga perceber que o apresentador, coitado, não presta mesmo para mais nada. De súbito, porém, chega «O Verdadeiro Oeste» e tudo se transforma. Afinal, o de «Isto só Vídeo» é Virgílio Castelo, um grande actor. Afinal, o de «Só Riso» é José Pedro Gomes, um actor com enormes capacidades (talvez só um pouco menos bem na embriaguez que terá sido descurada com traços demasiado acentuados).

É forçoso que fiquemos a pensar muito mal de uma Televisão que durante tanto tempo reduziu estes dois homens à condição de entregadores ao domicílio de mercadoria de rebotalho. Mesmo que isso os tenha salvo de algumas agruras no plano da sobrevivência financeira.

Registo de uma ameaça

Vem a propósito, e muito, registar que Artur Ramos pode estar à beira de ser expulso da RTP ao abrigo da inatacável razão burocrática de ter atingido a idade da reforma. Guardadas as devidas diferenças, é como se, por limite de idade, tivessem sido impedidos de criar, a partir de certa altura, um grande músico, um grande pintor, um grande romancista. É certo que, quanto a expulsões da RTP, Artur Ramos já colecionou algumas ao longo da sua vida profissional: agora, porém, é mais sério, porque a que se avizinha é legítima e democrática. E o pior, na óptica da crítica de Televisão, é que a saída de Artur Ramos ameaça poder ser o fim do Teatro na TV feito por portugueses, o que no plano cultural se revestiria de uma gravidade de que, espero-o, a actual gestão saberá dar-se conta.

Dir-se-á, talvez, que parte Artur Ramos mas ficarão outros. Talvez, não sei, tenho algumas dúvidas. Não duvido, porém, de que serão poucos, mesmo numa hipótese optimista. E sei, sem dúvida nenhuma, que o alegado «serviço público», contratual ou não, que indeclinavelmente cabe à RTP prestar, sempre será incompleto e tosco sem a presença do Teatro que, como «O Verdadeiro Oeste» veio provar, é perfeitamente possível na TV. Muito mais, sem dúvida, com um Artur Ramos a trabalhar. Isto é, a aplicar a sua cultura, a investir a acumulada sabedoria da TV e do Teatro, a partilhar connosco o muito que aprendeu lendo, criando, vivendo. Tudo acumulado num património que seria pecado contra a cultura deixar «passar à reforma».



Escrava do Amor

Realização: Nikita Mikhalkov
Fotografia: Pavel Lebeshev
Intérpretes: Yelena Solovei, Rodion Nakhapetov

Dias de guerra civil na Rússia. Uma equipa de filmagens que estava rodando o melodrama «The Love Slave», protagonizado por Olga Voznesenskaya, foge em pânico da Moscovo «vermelha» para uma pequena aldeia do sul ocupada pela guarda «branca». O habitual «co-star» que é o ídolo do cinema mudo Makasakov, violou o seu contrato e permaneceu em Moscovo. Este facto surpreendeu de tal forma Olga, que pela primeira vez ela começou a reflectir sobre os acontecimentos correntes.

Na cidade onde eles filmavam, actuava um grupo «subterrâneo» de revolucionários que é comandado pelo operador Victor Pototsky. Arriscando a própria vida, ele filma secretamente todas as actividades arbitrárias de Fedotov, cabecilha da contra-espionagem da Guarda Branca.

Pototsky apaixonou-se por Olga e tenta revelar-lhe o significado dos recentes acontecimentos na Rússia. Demonstrando sensatez e honestidade, Olga começa a ajudar os revolucionários chegando a salvar a vida ao próprio Pototsky.

Entretanto, Fedotov arma uma armadilha ao operador de câmara, que é morto em frente da actriz. A partir deste momento, Olga não tem dúvidas acerca do caminho a seguir. Com a ajuda dos revolucionários, ela mata Fedotov.



SÉRIE FILMES SOVIÉTICOS

- 001 - O COURAÇADO POTEMKINE
- 002 - A MÃE
- 003 - ESCRAVA DO AMOR
- 004 - A BALADA DO SOLDADO
- 005 - AMOR EM TEMPO DE GUERRA
- 006 - A GREVE

Preço Unitário: 3500 escudos
Pacote de 3 filmes: 10 000 escudos

Cinema
de qualidade
em sua casa

Via CTT À cobrança (Zona Grande Lisboa)

Faça os seus pedidos para:
crac serviços, CRL
VIDEO cracfilmes
Apartado 90
Queluz Ocidental
2746 QUELUZ CODEX

de FOICE

O trambolho

Sabermos, esta semana, que uma Comissão de Fiscalização, ao investigar as contas do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), detectou nas contas de 1994 deste organismo governamental "despesas realizadas em contravenção com as leis em vigor", já não é notícia que se veja.

Extraordinário seria descobrir-se que tinha batido tudo certo.

Mesmo acrescentando a referida Comissão de Fiscalização que, além de despesas ilegais, o IEFP cometeu uma estranha poupança de 30 milhões de contos, ao aplicar cortes orçamentais nas áreas da formação profissional e do apoio ao desemprego (por acaso as que dão razão de ser ao referido Instituto, que por isso se chama "do Emprego e Formação Profissional"), também não espanta ninguém. O estranho seria, no já vetusto Governo de Cavaco Silva, que um Instituto cumprisse a função para que foi criado.

Também há muito que deixaram de ser intrigantes os caminhos ou os insondáveis alçapões onde, ao longo dos anos, se têm escoado verbas atrás de verbas, fale-se dos milhões volatilizados pelo Ministério de Leonor Beza, dos buracos orçamentais que regularmente têm ornamentado este executivo rodoviário ou das carradas de dinheiro da CEE que se têm sumido como chuva de Verão, para não ocuparmos muito espaço com exemplos repetitivos.

E deixaram de ser intrigantes, pela linear razão de que há muito se percebeu que não vale a pena questionar este Governo ou invocar o direito e a justiça: nada faz bulir o executivo cavaquista, na sua olímpica impunidade.

Ora quando sucessivos mistérios se tornam em sucessivos escândalos governamentais e os escândalos governamentais em inocuidades ainda mais misteriosas, não há paciência que aguarde intrigar-se eternamente.

É mais simples concluir o que parece óbvio: além de incompetente e corrupto, o Governo do PSD é impenetrável a quaisquer mecanismos fiscalizadores, imune a protestos e indiferente à opinião pública.

Um verdadeiro trambolho montado no regime democrático e a atravancar o País.

E o trambolho atingiu tais proporções, que nem já os próprios comensais do poder laranja acreditam que alguém o ponha a caminho de nova vitória eleitoral, em 1 de Outubro próximo. A prova está - insuspeita e medida no apurado barómetro dos oportunistas -, na cavalgada de nomeações de um exército de assessores e outros amigalhões para tachos seguros na administração pública, que lhes garantam a vidinha numa mais que provável derrota.

O que aqui resulta de notável é, apesar de tudo, a confiança voraz desta gente e congéneres numa suposta ingenuidade das massas, na eterna eficácia da manipulação, na confiança que parecem depositar na demagogia que lhes estrutura a intervenção política, como se o mundo tivesse petrificado na ordem que supõem comandar *ad aeternum*.

Confirmam-lho, talvez, os muitos sucessos que vão obtendo e que parecem garantir-lhes, de uma maneira ou de outra, a perpetuação no poder.

Esquecem-se - ou não, para o caso tanto faz - que a sabedoria das massas não é uma balela e, muito menos, as massas são um rio eternamente contido nas margens que o poder lhes propõe. Mostra-o a história do homem em todos os tempos e em qualquer parte do mundo.

E, quando em movimento, não há trambolho que lhes resista, nem que tenha o tamanho da légua da póvoa - que não sei que tamanho tinha mas era, de certeza, uma enormidade com mais classe que o Governo do PSD/Cavaco Silva.

■ HC

CDU chega às mãos de 1 milhão de eleitores

A Jornada Nacional de Propaganda levada a cabo pela CDU nos dias 2, 3 e 4 deste mês saldou-se por um grande sucesso.

Com o objectivo de levar as propostas da CDU a um milhão de eleitores, candidatos e activistas da Coligação saíram para a rua, de Lisboa a Braga, de Vila Real a Faro, de Setúbal a Portalegre, por todo o país, enfim, distribuindo documentos, colocando faixas, promovendo debates, organizando convívios, discutindo os problemas que

afectam as populações e apresentando propostas pa-

ra a sua resolução. Mostrar que existe uma alternativa democrática para o país e que essa alternativa passa necessariamente pelo reforço eleitoral da CDU, foi a mensagem repetida de Norte a Sul.

O bom acolhimento dispensado aos milhares de camaradas e amigos que participaram na iniciativa, como documentam as fotos de Lisboa com Carlos Carvalhas e outros activistas, é bem a prova de que os portugueses estão apostados na mudança.



Dia Mundial do Ambiente Carlos Carvalhas visita o Seixal

A marcar as comemorações do Dia Mundial do Ambiente, o Secretário-Geral do PCP visitou o Seixal a convite do Presidente da Câmara, Eufrazio Filipe. A visita começou de manhã na Câmara, passou por um passeio ao concelho em contacto com a população, até ao almoço a bordo de uma fragata, onde Carlos Carvalhas afirmou que a «palavra ambiente não é palavra vã para a CDU, mas componente de um projecto de desenvolvimento social que passa pelo crescimento económico acompanhado de justiça social. Há que sensibilizar as entidades privadas, os cidadãos e a autarquia a investir em mais projectos de protecção ambiental».

Carlos Carvalhas foi recebido na Câmara Municipal do Seixal, onde lhe foi entregue um plano de preservação do ambiente e de total limpeza da baía do Seixal que já foi limpa em 90% de matérias poluentes. Depois seguiu-se a visita ao Parque Natural das Paivas e às piscinas da Amora.

A terminar a visita, o Presidente da Câmara convidou o Secretário-Geral do PCP e seus acompanhantes, entre os quais se contava Octávio Teixeira, cabeça de lista da CDU pelo distrito de Setúbal, e Heloísa Apolónia, da Ecolojovem, a visitarem a baía a bordo da fragata "Baía do Seixal", onde um cozinheiro da Sociedade Timbre Seixalense serviu uma caldeirada à moda do Seixal. Foi um momento de descontração onde não faltou política: o Presidente da Câmara falou à Comunicação Social em vésperas da negociação de um protocolo de cooperação com a Administração do Porto de Lisboa para obter o apoio desta entidade para a recupera-

ção da baía e apoio ao progresso histórico-cultural, afirmando nomeadamente: «pede-se a colaboração privada para investir neste plano que decerto irá contribuir para o bem-estar da população».

Carlos Carvalhas também fez declarações sobre o ambiente e o projecto ambiental do PCP: «é essencial o apoio ao desenvolvimento e investimento ambiental», manifestando o seu apoio ao trabalho feito pela autarquia no que se refere à recuperação e melhoria em espaços verdes e na baía do Seixal e afirmou: «há recuperação e desenvolvimento, conseqüentemente aumenta o turismo. Processo este que tem de ser também responsabilidade do Estado». Sobre o projecto do PCP, acrescentou ainda: «o PCP não promete nada sem fundamento e orgulha-se de ter sido até hoje o único Partido que não apresentou nenhum projecto na área ambiental sem cobertura orçamental».

STAL à porta do Conselho de Ministros

O Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local realizou na passada quinta-feira uma vigília junto à presidência do Conselho de Ministros, na qual participaram várias dezenas de dirigentes, delegados e activistas das regiões de Aveiro, Braga, Bragança, Setúbal e Vila Real. Envolvendo outras direcções regionais do STAL, iniciativas semelhantes têm lugar hoje e nos dias 22 e 29.

Com estas vigílias, refere uma nota de imprensa do sindicato, pretende-se exigir do Governo o início de negociações sérias para a resolução dos problemas mais graves dos trabalhadores das autarquias (por diversas vezes apontados, e apresentados ao Governo sob a forma de caderno reivindi-

cativo), já que os compromissos assumidos no âmbito do Ministério do Planeamento e Administração do Território continuam sem concretização.

O STAL responsabiliza «directamente o primeiro-ministro, professor Cavaco Silva, e o partido que o suporta, o PSD» por continuarem sem resolução reivindicações dos trabalhadores sobre matérias como os salários (actualizados abaixo da inflação e mantendo um mínimo no sector inferior ao mínimo nacional), o suplemento de insalubridade, penosidade e risco (que aguarda regulamentação há mais de 5 anos), ou o emprego (milhares de postos de trabalho estão ameaçados pela vaga privatizadora de serviços públicos).

